



Rubens Russomanno Ricciardi
Lucas Eduardo da Silva Galon
Paulo Eduardo de Barros Veiga
Odair Aparecido de Paula

H I S T Ó R I A
D A M Ú S I C A
E M
R I B E I R ã O
P R E T O

POR UMA POÉTICA DE RECONSTRUÇÃO - DOS CONFLITOS
ENTRE POSSEIROS AO MESTRE DE CAPELA DA MATRIZ

VOLUME I



Rubens Russomanno Ricciardi
Lucas Eduardo da Silva Galon
Paulo Eduardo de Barros Veiga
Odair Aparecido de Paula

HISTÓRIA DA MÚSICA EM RIBEIRÃO PRETO

*Por uma poética de reconstrução – dos conflitos
entre posseiros ao mestre de capela da Matriz*

VOLUME I

Projeto gráfico de Gerson Watanuki

Ribeirão Preto, 2025





Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

História da música em Ribeirão Preto : por
uma poética de reconstrução : dos
conflitos entre posseiros ao mestre de
capela da Matriz : volume I / Rubens
Russomanno
Ricciardi...[et al.]. -- Ribeirão
Preto, SP : Fundação do Livro e Leitura
de Ribeirão Preto, 2025.

Outros autores: Lucas Eduardo da Silva
Galon, Paulo Eduardo de Barros Veiga, Odair
Aparecido de Paula.

Bibliografia.

ISBN 978-65-998084-8-7

1. Crítica de arte 2. Cultura - Brasil
3. Música - Brasil - História 4. Música -
Filosofia
I. Ricciardi, Rubens Russomanno. II. Galon,
Lucas Eduardo da Silva. III. Veiga, Paulo
Eduardo de Barros. IV. Paula, Odair
Aparecido de.

25-255115

CDD-780.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Música : História e crítica 780.981

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Projeto gráfico e diagramação: Gerson Watanuki

Esta edição conta com o patrocínio da Usina Alta Mo-
giana e integra o projeto Núcleo de Formação de Lei-
tores (PRONAC 2310591), Lei de Incentivo à Cultura
do Governo Federal.

Todos os direitos desta edição estão reservados e
protegidos pela Lei 9.610/98 à FUNDAÇÃO DO LIVRO E
LEITURA DE RIBEIRÃO PRETO

Rua Prof. Mariano Siqueira, 81, Jd. América | Ribeir-
ão Preto | SP | (16) 3911.1050

fundacaodoliroeleiturarp.com





Agradecimentos

Ao padre Francisco Jaber Zanardo Moussa, cura paroquial, pelo apoio à pesquisa nas fontes primárias do Arquivo da Catedral de São Sebastião de Ribeirão Preto.

Ao padre Christian Aparecido Batista Ferreira, nosso estudante de graduação pelo Departamento de Música da FFCLRP-USP, pelo apoio à pesquisa nos arquivos arquidiocesanos em Brodowski.

À Dulce Maria Neves, pelo apoio fraterno de sempre.

À Cristina Moura Emboaba da Costa Julião de Camargo, descendente do fundador da cidade e mártir fabriqueiro, Manuel Fernandes do Nascimento – *in tristem memoriam* – pelas informações da capela demolida e da placa furtada.

À Secretaria da Administração Municipal de Ribeirão Preto, pelo seu Arquivo Público Histórico “Prof. Divo Marino”, em nome do funcionário Rodrigo Menezes da Silva (salvo informação contrária, as fotos antigas remontam ao APHRP).

Aos professores da UFMG, em Belo Horizonte, Eduardo França Paiva e André Miatello, pelas consultas de temas históricos.

À Sara Cecília Cesca, por ter sido a primeira a perceber que este livro precisava ser escrito.





Sobre as denominações de ruas e logradouros

Nos créditos e demais referências das fotos antigas, mantivemos os nomes atuais das ruas e logradouros. Entretanto, vale a pena informar, previamente, como se deram os respectivos desdobramentos históricos.

O Largo da Matriz, hoje Praça XV de Novembro, também se chamou Jardim do Doutor [Augusto Ribeiro de] Loyola, Jardim Público ou ainda Passeio Público.

A Câmara dos Vereadores de Ribeirão Preto, instalada em 4 de junho de 1874, definiu as primeiras ruas e logradouros¹.

O Largo das Dores, em 1878, tornou-se o Largo da Constituição e, em 1897, Praça Tiradentes. Naqueles tempos inaugurais de Ribeirão Preto, eram

os largos naturalmente nivellados, o da Matriz e o da Constituição; aquelle é de dimensões arrazoadas e ainda que não contenha obras artísticas é um bellissimo passeio – nas manhãs de tempo secco².

Já as ruas e as travessas, denominadas em 1874, tiveram os seus nomes alterados em 1878.

As ruas, mais movimentadas, eram perpendiculares ao Ribeirão Preto (Avenida Jerônimo Gonçalves) e paralelas ao Córrego do Retiro (Avenida Francisco Junqueira): Rua Esperança (Visconde do Rio Branco), Rua Nossa Senhora das Dores (Rua do Comércio e ainda, posteriormente, Rua Mariana Junqueira, em 1909), Rua Quatro de Junho (Rua Duque de Caxias) e Rua do Bom-fim (Rua General Osório).

As travessas, menos movimentadas, eram paralelas ao Ribeirão Preto (Avenida Jerônimo Gonçalves) e perpendiculares ao Córrego do Retiro (Avenida Francisco Junqueira): Travessa do Botafogo (Rua Conselheiro Saldanha Marinho), Travessa da Alegria (Rua Amador Bueno), Travessa da Boa Vista (Rua Alvares Cabral), Travessa das Flores (Rua Tebericá, depois Tibiriçá), Travessa do Comércio (Travessa Nossa Senhora das Dores ainda em 1874 e, posteriormente, Rua Visconde de Inhaúma), Travessa da Lajem (Rua Barão do Amazonas).

A “Rua de São Sebastião” – também mencionada em 1879 – e as ruas paralelas desde a Saldanha Marinho eram “apenas delineamentos projectados que aguardão a sancção do porvir, talvez proximo”³.

¹ Cf. EMBOABA [DA COSTA], 1955, p. 340.

² CORREIA [COELHO], Sebastião J[osé]. *Variedade – Dous mezes no Ribeirão Preto*. In: *Correio Paulistano* (jornal). São Paulo, 6 de novembro de 1879, p. 1.

³ *Ibidem*.





ÍNDICE DO VOLUME I

PREFÁCIO.....	6
INTRODUÇÃO: POR UMA POÉTICA DE RECONSTRUÇÃO PARA O LARGO DEMOLIDO DA MATRIZ.....	10
DA CULTURA DO PORCO E DO BOI À CULTURA DO CAFÉ – DA CAPELA CURADA AOS TRILHOS DA MOGIANA.....	38
OS PRIMEIROS PADRES DE RIBEIRÃO PRETO.....	78
A CULTURA RACISTA DA CÂMARA MUNICIPAL.....	90
FRANCISCO CAETANO DOS ANJOS GAIA: A CULTURA AMUSA CONTRA O MESTRE DE CAPELA.....	92
BIBLIOGRAFIA.....	100



PREFÁCIO

Eu, porém, respondo a isso não de forma combativa, como em um dicastério [tribunal], mas afável; nem mesmo por meio de um esforço, como numa discussão dialética, competindo pela precisão máxima; mas seguindo os critérios da biografia; somente eles, que eu acredito serem verdadeiros (Damasco, *Fragmento* 8.6)⁴.

Atribui-se a Isidoro de Damasco⁵ (séculos V-VI) a invenção do neologismo *biographía* (βιογραφία), expressão cujo sentido filosófico é maior do que a narração de uma vida. Ao filósofo sírio, que viveu num mundo romano tardio, a biografia, antes de tudo, é um exercício histórico e revelador, na medida em que se preocupa com a verdade ou, melhor ainda, a *alétheia* (ἀλήθεια). Nesse sentido, o conhecimento biográfico não pode ser uma área desvinculada da história, tampouco um exercício da curiosidade, sem liame com o seu compromisso o mais central: a experiência humana na perspectiva da microesfera social, se assim pensarmos que a história das civilizações são os estudos dos macroacontecimentos.

Por isso, a Isidoro, o exercício do pensamento biográfico não tem, no seu fim, a retórica, conquanto a retórica perpassasse os discursos. Também, o biógrafo – o filósofo da vida histórica – não se confunde com o poeta, tampouco o seu objetivo seja compor versos ou elaborar uma obra de linguagem. No caso, o pesquisador que se dedica aos acontecimentos históricos, a partir do ponto de vista da pessoa, deve seguir as medidas que dita a disciplina da biografia, pois é ela que daria conta, portanto, da vida humana em sua microesfera não dissociada do mundo.

O esquecimento da biografia enquanto atividade do pensamento sob rigor crítico-histórico, perdido o lastro com os gregos e romanos, é fruto da confusão que existe, hoje, entre obra de linguagem e vida do poeta, por exemplo. O biógrafo não é quem revisita curiosidades sobre pessoas importantes, tampouco justifica as produções pelos acontecimentos, sob intuito de fundir ficção e acontecimento. Tão *kitsch* quanto dizer que um poeta escreve porque está apaixonado é confundir uma solfa com os comportamentos sociais de um compositor, esquecendo-se do exercício revolucionário do artista.

A biografia, portanto, deve estar a serviço da história, sob a perspectiva da vida (individual), pois, para a biografia, ela se torna a principal medida. Diferentemente das áreas que se dedicam às ciências da natureza, a biografia necessita partir da pessoa ou

⁴ ἐγὼ δὲ πρὸς ταῦτα ἀποκρινοῦμαι οὐτι γὰρ μαχητικῶς ὥσπερ ἐν δικαστηρίῳ, ἀλλὰ πρῶτον, οὐδέ γὰρ διὰ σπουδῆς οἷας ἐν διαλέκτῳ πρὸς τὸ ἀκριβέστατον ἀμυλλωμένης, ἀλλ' οἷα μέτρα βιογραφίας, αὐτὰ μόνα, ἅπερ ἀληθῆ εἶναι πιστεύω (...).

⁵ *Isidōrou ho Damáskios* / Ἰσιδώρου ὁ Δαμάσκιος.





mesmo de um grupo de pessoas para estabelecer a sua interpretação crítica sobre um período. É assim que, em oposição a Platão (*Teeteto*, 152a.2-4), podemos validar a máxima de Protágoras, um filósofo nascido na Trácia, no século V a. C., que teria tido influência de Heráclito de Éfeso.

[Protágoras] diz em algum lugar: de todas as coisas, o ser humano é a medida, tanto das existentes, como é, quanto das inexistentes, como não é⁶.

Embora essa afirmação tenha sido refutada por Platão, que percebe que ela é inválida às percepções físicas do mundo, se não quisermos cair num relativismo estéril, para o viés histórico ela é pertinente, pois não são critérios físicos que estão em vigor. A vida do ser humano é, portanto, métrica para estabelecer sua história e finalidade aos estudos biográficos.

Uma vez que a vida é a medida da biografia e que o comprometimento com a verdade histórica é o seu principal critério, podemos arriscar e dizer que, na verdade, existem raros biógrafos; muito mais contadores da história; copiosos falsificadores da história; e demasiadamente ingente a quantidade de especuladores e *voyeurs* da vida alheia. Sem o compromisso com a verdade do mundo mediante a vida, não há biografia. Arriscamos dizer que se trata, de fato, de um gênero raramente produzido, pois, na maior parte, o que atualmente se cataloga como biografia são, na verdade, romances ruins.

Nesse rigor, Isidoro de Damasco cunhou o termo biografia para nomear a área específica de atuação cujo exercício de pesquisa volta-se à pessoa histórica. Segundo a *Suda* (*Suidae Lexicon*), o compêndio primordial do século X, Isidoro Damascio foi um filósofo estoico de origem síria, portanto, estava inserido no mundo romanizado da Ásia Menor, sob reinado de Justiniano I, o grande (Taurésio, ca. 482 – Constantinopla, 565).

Damascio, filósofo estoico, sírio, foi amigo da família dos frígios Simplicio e Eulália: floresceu nos tempos de Justiniano. Escreveu sobre Platão, sobre os princípios e sobre a história filosófica (*Suidae*, s. v.)⁷.

Na perspectiva estoica, o inventor da biografia entende que ela, não sendo retórico-jurídica, nem literária e dialética, estabelece seus próprios critérios em comprometimento histórico, enquanto uma disciplina autônoma – tal é a própria história. Assim, ela é um exercício do pensamento ou do conhecimento em ação crítico-

⁶ [Πρωταγόρας] φησὶ γάρ πού “πάντων χρημάτων μέτρον” ἄνθρωπον εἶναι, “τῶν μὲν ὄντων ὡς ἔστι, τῶν δὲ μὴ ὄντων ὡς οὐκ ἔστιν.

⁷ Δαμάσκιος, Στωϊκὸς φιλόσοφος, Σύρος, Σιμπλικίου καὶ Εὐλαλίου τῶν φρυγῶν ὁμιλητής: ἤκμαζεν ἐπὶ τῶν Ἰουστινιανουῦ χρόνων. γέγραπται αὐτῷ ὑπομνήματα εἰς Πλάτωνα καὶ Περὶ ἀρχῶν καὶ Φιλόσοφος ἱστορία.





hermenêutica, porque interpreta e compreende a experiência humana diante dos acontecimentos históricos da vida.

O culturalismo, hoje, coloca a biografia como identidade ou, ao mesmo tempo, fantasia e falsificação. É comum o questionamento da validade histórica da vida, uma vez que ela pode forjar enganos. Há quem trate a biografia como a narração de uma vida enquanto ficção fantasiada, inclusive pelo autobiografado, vítima da memória falha e dos engodos narcisistas da mente. Não que não seja verdadeiro que fantasiemos sobre nós mesmos e que possamos relatar o que nunca aconteceu. A questão é que nada disso é biografia.

O biógrafo, nesse sentido, não deve se comprometer com questões fortuitas da vida cotidiana, tampouco com o acaso dela. Reforça-se que a biografia tem um comprometimento histórico – não retórico, não combativo. A sua atividade é de pesquisa e de busca por verdades, sendo um campo importante do conhecimento humano, atrelado à pesquisa histórica e, acrescenta-se, musicológica e literária.

Devido ao estofo crítico-histórico da biografia, repete-se que suas medidas são próprias. Ou seja, a biografia é mais história da vida do que da vida pessoal por um viés individual e centralizante. É a microesfera que trata da macro. Ou então, é a microhistória que também trata da história e seus liames, como a geopolítica, a geografia e a cartografia. Afinal, de que se compõe a história senão de um conjunto de vidas? Talvez a biografia seja, para Isidoro, uma história ou registro de vidas no mundo da vida ou *Lebenswelt* – conceito de Heinrich Heine (Düsseldorf, 1797 – Paris, 1856). Nessa perspectiva, a biografia é o estudo organizado, rigoroso e epistemológico sobre o mundo das vidas, haja vista a experiência humana. Assim, para o biógrafo, como a Protágoras, a vida poderia ser compreendida como a medida de todas as coisas que concernem a ela.

Um conjunto de vidas que compartilham um mesmo espaço (uma *pólis*, uma *urbs* ou um município), na sua mais ampla diversidade, constituem uma história local. Este livro, assim, não intenta apenas examinar aspectos históricos e artísticos de Ribeirão Preto, nem apenas a música na cidade. Estas pesquisas desejam chegar às artes e à história pela vida musical em Ribeirão Preto. Trata-se de compreender, na sua hermenêutica, as experiências humanas que abarcam toda a atividade musical do município, dentro do possível, considerando o limite material da memória. Para isso, levantam-se fatos, documentos e dados em que se revela não apenas uma parte do passado de Ribeirão Preto, mas o mundo da vida musical.





Nesse viés, a história da música em Ribeirão Preto se entrelaça com a própria formação da cidade, revelando como a composição urbana e artística configura-se a partir das condições materiais e imateriais, numa relação indissociável entre políticas públicas, patrimônio e as classes sociais, nas suas condições sempre desiguais.

Neste primeiro volume, o foco é a Ribeirão Preto do século XIX – desde os primeiros posseiros até o seu único mestre de capela – bem como a demolição do seu patrimônio, contra a qual propomos uma poética de reconstrução. No segundo volume, adentraremos mais nas questões musicais – sobre os músicos e as suas corporações – do século XX até a contemporaneidade.

Este livro em dois volumes, ao resgatar a trajetória da música na cidade, deseja compreender como a música não apenas acompanhou o desenvolvimento da cidade, mas também ajudou a moldá-la. Ao revisitar os caminhos percorridos pelos músicos e pelas instituições artísticas, o leitor é convidado a vivenciar a música e os seus espaços físicos (teatros, coretos, auditórios) enquanto patrimônio vivo que, na sua condição periclitante, tenta se manter.





INTRODUÇÃO: POR UMA POÉTICA DE RECONSTRUÇÃO PARA O LARGO DEMOLIDO DA MATRIZ

Em cumprimento a uma das cláusulas do contrato, tornava-se urgente a entrega da velha Matriz à Câmara para ser demolida, e esta demolição teve começo a 2 de junho de 1905, tendo eu celebrado no referido dia às oito horas da manhã o Santo Sacrifício da Missa, perante imensa multidão de fiéis que, pela última vez, vinham saudosos e cheios de recordações elevar suas preces a Deus naquele templo, onde foram batizados seus queridos filhos, unidos pelos laços sagrados do matrimônio às donzelas e feitas as festas com tanta solenidade (Monsenhor Siqueira, junho de 1905)⁸.

Sombrios são os tempos neoliberais – e não apenas nas questões da economia política, mas também na epistemologia das linguagens. As historiografias culturalistas incorrem na confusão entre arte e cultura: priorizam o mercado dos eventos ditos culturais em detrimento do mundo do trabalho artístico. Entretanto, sequer incluímos aqui a arte entre os bens culturais: consideramos a arte extrínseca à cultura – a expectativa da arte enquanto bem cultural corresponde àquela do peixe fora d'água. Assim, essa história da música ribeirãopretana procura desvendar ideologias e cuidar das linguagens artísticas – em especial, aquela da arte do som no tempo.

No Brasil, as histórias da música mais referidas reduzem-se a crônicas de caráter jornalístico – com compilados de documentos e fotos. Já as raras tentativas críticas cedem às tentações sociológicas e antropológicas das convicções e dos princípios sem evidências nem fatos, prescindindo do objeto que ora pretendem analisar: falam da arte ignorando tanto a elaboração inventiva da obra de linguagem (*poíesis*) quanto a sua interpretação e execução (*práxis*).

Nas historiografias culturais no Brasil, não se denunciam os ataques contrários à música, nem se critica a indústria da cultura de matriz ianque-estadunidense – cada vez mais ocupando o lugar das artes brasileiras. Desde aproximadamente a década de 70 do século passado, confluyente ao surgimento de um colonialismo neoliberal, a indústria da cultura no Brasil, com a sua pirotecnologia importada do *showbiz*, começou a estabelecer novos gêneros e padrões redutivos: os sons eletrônicos dominaram as festas juninas, o sertanejo universitário (uma filial do *country*) substituiu a música caipira e as invasões culturais do *funk* e do *hip-hop* tomaram o lugar do samba – entre outras moedas de troca de valor inferior quanto às possibilidades da *poíesis*. Assim, os que confundem a indústria da cultura ianque-estadunidense com arte popular brasileira equivocam-se duplamente: 1) a deturpação ideológica, ignorando o colonialismo neoliberal desses gêneros; 2) a

⁸ *Apud* EMBOABA [DA COSTA], 1955, p. 417.





precariedade na linguagem, assimilando acriticamente o *kitsch* na sua tagarelice – a comunicação clichê.

Em relação ao patrimônio arquitetônico, nas bibliografias culturalistas não constam críticas contrárias à demolição das construções coloniais e dos séculos XIX e XX – ocorreu antes o esquecimento de épocas inteiras da arte no Brasil. Os culturalistas demonstram desdém àqueles que lamentam a conservação precária dos nossos bens arquitetônicos – pejorativa e injustamente acusados de conservadorismo.

No seu relativismo cultural, os culturalistas são aqueles que reduzem as artes, a filosofia e até mesmo as ciências da natureza a meros bens culturais. Só os eventos ditos culturais importam para os culturalistas – a obra de arte não passa de um preconceito para eles. Enfim, caracterizam-se pela apatia: não se emocionam nem se despertam intelectualmente pelas artes. Não compreendem o que esteja fora da animação de festa e da descontração na indústria da cultura, sendo incapazes de um potencial de fato crítico. Aliás, os culturalistas dividem em dois o *páthos* existencial (o conjunto dos sentimentos humanos): para eles, a indústria da cultura é alegre e a arte é triste. A apatia não se dá somente no plano das artes, mas na linguagem como um todo, a exemplo de metáforas, abstrações e demais recursos expressivos. O trágico e o irônico foram cancelados: só os heróis da *Marvel* coadunam com os regramentos morais e a delegacia dos bons costumes neoliberais.

O tríplice ódio nos tempos da Velha República contrário à monarquia, ao clero e aos portugueses – a carta branca para a destruição de todo o patrimônio histórico-artístico do século XVI ao XIX, justificada pela eugenia⁹ da tal ordem e do tal progresso, porque os pobres – em grande parte pretos, pardos (mestiços) e indígenas – foram expulsos dos centros das cidades coloniais e assim formaram as primeiras favelas nas periferias – desdobrou-se, agora, no ódio dos culturalistas contrário às artes, à história e à filosofia. A depender dos culturalistas – herdeiros da rigidez positivista¹⁰ nas ditas ciências humanas

⁹ O conceito de eugenia, pseudocientífico e racista – a “higiene das raças”, como diziam os nazistas – remonta ao antropólogo inglês Francis Galton (1869), com a pretensão positivista de “melhorar a raça humana” a partir de experimentos médicos e psicológicos, então consagrados pelo *consensus sapientium* (consenso dos sábios). No Brasil, a eugenia positivista marcou ideologicamente o período do fim do Império, da Velha República e ainda definiu a Constituição de 1934 no Estado Novo, promovendo a “educação eugênica” (artigo 138 b) enquanto incumbência da União, dos Estados e dos Municípios.

¹⁰ O positivismo é a transposição forçada dos pretensos métodos das ciências da natureza à filosofia, às artes e às demais áreas do conhecimento. O seu lema, idealizado por Auguste Comte, *L'amour pour principe et l'ordre pour base; le progrès pour but* (o amor enquanto princípio e a ordem enquanto base; o progresso enquanto meta), foi aclamado na nossa bandeira republicana. Da eugenia na Velha República aos encargos rígidos da CAPES, o Brasil talvez seja o país mais sofrivelmente contaminado por essa “decapitação da filosofia”, na definição de Edmund Husserl (Proßnitz, 1859 – Freiburg 1938).





– estão proibidos tanto o pensamento crítico quanto a discussão do gosto – a bem do neoliberalismo e do gosto mediano.

Retomando a questão bibliográfica no campo da história da música brasileira, as narrativas são construídas sem pesquisa crítica. Com o falso argumento de uma neutralidade ideológica, os culturalistas acabam por reproduzir acriticamente o *modus operandi* da indústria da cultura também nas tais ciências humanas – já reduzidas a “ciências da indústria da cultura”¹¹. Eivados por um antropologismo ou sociologismo neoliberal um tanto raso, os culturalistas propagam um dos engodos mais perversos, qual seja, que a música brasileira extrínseca à tal MPB¹² – e o mesmo vale para toda arte brasileira mais antiga – é sempre branca, eurocêntrica, erudita, burguesa, esnobe, aristocrata, desprovida de brasilidades, de baixa qualidade e ainda atrasada em relação a outros centros.

Até se ensina nas escolas¹³ – e mesmo nos livros pretensamente especializados – que o Theatro Pedro II foi construído para servir às elites. Os culturalistas dissimulam assim, na sua hipocrisia, o seu próprio ódio contra as artes: sem qualquer constrangimento, eles depreciam o espaço físico mais digno da cidade.



O Quarteirão Paulista (inaugurado em 1930) – da esquerda para direita: Edifício Meira Júnior, Theatro Pedro II e o novo Hotel Central (cartões postais de Theodor Preising, 1937).

¹¹ Passim MARTIN, 2016.

¹² Importante não confundirmos a história da música popular brasileira de fato – com a qual trabalhamos aqui e que pode ser reconstituída pelo menos desde século XVIII – com a ideologia tardia conhecida pela sigla MPB. Inicialmente um procedimento de comércio, a sigla surgiu nas lojas de discos nos anos 60 do século passado, simplificando a classificação Música Popular Brasileira – demasiado comprida para escrever nas plaquinhas das prateleiras. Os vendedores separavam os discos de vinil entre os diversos gêneros: *Jazz*, *Rock*, *Sertanejo*, *Country*, Música Clássica e, no lugar da Música Popular Brasileira, encurtou-se para MPB. Eis que da simples plaquinha na prateleira das lojas, de uma hora para outra, a sigla atingiu uma dimensão descomunal. Claro como a luz do dia, a MPB se tornou uma unanimidade quanto à identidade nacional – mesmo que, com isso, as memórias anteriores fossem ignoradas ou preteridas e, em especial, a produção dos compositores pretos e pardos brasileiros dos séculos XVIII e XIX. Ou seja, da sigla decorre uma violência excludente, pois são desconsiderados quase 300 anos de história da música brasileira em tom popular e extrínseca à indústria da cultura. Como toda proposta identitária, a tal MPB, enquanto construção de segunda ordem, também elimina a heterogeneidade das concepções crítico-poéticas originais na univocidade de um discurso ideológico tardio, deturpado e excludente. Trata-se da tentativa de falsificação numa missão epistemologicamente impossível de ser cumprida, restando-lhe a arbitrariedade de uma propaganda ideológico-cultural.

¹³ As escolas particulares e públicas priorizam a indústria da cultura enquanto conteúdo de ensino – tal como nas diretrizes da Base Nacional Curricular Comum e do Currículo Paulista, ambos reacionários e neoliberais, com tendências privatistas evidentes.





Nós não concordamos com tais deturpações pejorativas. A qualidade e a quantidade das obras dos artistas brasileiros desde o período colonial, quase todos os principais pretos e pardos, em grande parte invisibilizados desde a eugenia positivista da Velha República, refutam tal desprezo culturalista. A música em Ribeirão Preto, como em todo o Brasil, jamais foi uma arte de elite, ainda que os culturalistas tachem de elitista tudo que é extrínseco à indústria da cultura.

Para a *Poiesis Crítica*¹⁴, entretanto, o único contexto em que a palavra elite adquire um significado forte, no seu sentido crítico e negativo, é do capital financeiro predatório: a elite a mais reacionária, causadora de sofrimento à humanidade. Fora dessa burguesia neoliberal e da sua indústria da cultura milionária, contudo, definir a elite intelectual num sentido pejorativo, ainda mais nas artes e na música, é um *nonsense*.

Incapazes e desinteressados na leitura das solfas¹⁵, os culturalistas mutilam a história da música brasileira, só levando em consideração as gravações – o que precariza em grande parte as suas pesquisas. O suporte do fonograma nem sempre resolve todos os contextos histórico-artísticos. Infelizmente, os culturalistas ignoram a música brasileira anterior à Casa Edson¹⁶: o que não foi gravado pela indústria da cultura, simplesmente não existe para eles.

Ainda em relação às solfas, apesar dos processos coletivos nas artes, nos diversos tempos e lugares, em que a *poiesis* e a *práxis* se tornam um só, até mesmo em práticas

¹⁴ A nossa nova epistemologia voltada à pesquisa crítico-filosófica nas artes, fundada no Núcleo de Pesquisa em Ciências da *Performance* do Departamento de Música da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (NAP-CIPEM do DM-FFCLRP-USP). No livro *Contra o identitarismo neoliberal – um ensaio de Poiesis Crítica pela apologia das artes*, de Rubens Russomanno Ricciardi (São Paulo: Contracorrente, 2023), temos um dos estudos inaugurais desta nova epistemologia.

¹⁵ Para a *Poiesis Crítica*, o conceito de solfa é central no caso da música. O bom músico há que ser um bom solfista: uma *conditio sine qua non* do nosso ofício. Mesmo que tenha caído em desuso, evidenciamos a relevância de retomar o conceito de solfa, utilizado no nosso período colonial, pois assim se definiam os papéis de música, manuscritos ou impressos, tanto na *poiesis* quanto na *práxis* do canto de órgão (música do Renascimento e da Época do Baixo Contínuo) – enfim, na escritura da arte da música como um todo. A palavra remonta à antiga mão medieval com notas musicais de Guido d'Arezzo (ca.991-1050), também chamada mão guidoniana, cuja nota c, hoje correspondente ao Dó central, era designada pela junção de *Solfaut* (Sol-Fá-Dó), depois simplesmente *solfa*. Daí também surgiram o substantivo solfejo e o verbo solfejar: a leitura musical num processo indissociável em que se escreve (*poiesis* – ofício do compositor) e se interpreta e executa (*práxis* – ofício do cantor, do instrumentista e do maestro) a música. Ou seja, só é possível o solfejo, só é possível solfejar, se há a solfa: o material mais importante com o qual trabalhamos no nosso ofício de músico para além das sonoridades orais. A solfa, portanto, intrínseca à percepção musical, integra esse fecundo processo de mão dupla: o som ouvido ou imaginado que se torna solfa ao ser anotado no papel; a solfa lida que se torna som enquanto música executada.

¹⁶ A Casa Edson foi fundada por Frederico Figner (Milevsko, 1866 – Rio de Janeiro, 1947) – judeu checo convertido ao kardecismo que emigrou para os EUA e depois se estabeleceu no Rio de Janeiro. Os seus primeiros discos gravados remontam ao ano de 1902. Figner detinha tanto os direitos dos fonogramas gravados como das respectivas partituras impressas, também editadas por ele. Anos depois, a indústria da cultura passou a trabalhar só com os fonogramas – prescindindo definitivamente das solfas.





ágrafas – como na belíssima polifonia vocal não temperada dos pigmeus – entendemos que tais improvisos decorrem da liberdade e do experimento, imprescindíveis na arte, mas sem que se exclua, com isso, o estilo de um autor que inventa sozinho a sua *poïesis* num fecundo exercício de escritura originária (*l'archi-écriture*) – conceito de Jacques Derrida¹⁷, traduzido aqui livremente pela condição grafomediada do *lógos* poético¹⁸, aquela que designa a notação primordial da linguagem. À vista disso, na música, a liberdade da escritura, por meio da solfa, é ainda maior que a da oralidade.

Como citamos a questão da ideologia, definimos aqui o conceito segundo Karl Marx (Trier, 1818 – Londres, 1883) e Friedrich Engels (Barmen, 1820 – Londres, 1895)¹⁹: uma abstração enganosa da história enquanto deturpação política no conhecimento, quando uma falsa autoridade, por meio de uma falsa consciência, procura assegurar os aparelhos de poder. Este é o significado forte (filosófico) de ideologia, cujo sentido é crítico e negativo. A ideologia tem a ver com a hegemonia político-econômico e cultural da classe dominante – e não com as lutas da classe dominada pela sua emancipação nem com as linguagens crítico-inventivas das artes.

Contudo, há também o significado fraco (da ditadura da opinião pública), num sentido neutro, no qual se define a ideologia enquanto conjunto ou mesmo ciência das ideias – desde pelo menos Antoine Destutt de Tracy (Paris, 1754-1836), o precursor do positivismo. No seu significado fraco (pequeno burguês), a ideologia se tornou um cartão de visita para qualquer representação político-partidária – esta é a acepção amplamente utilizada, apesar da sua aparência alienada. A assimilação precária – e em nada crítica – do conceito de ideologia (no seu significado fraco) prevalece entre os acadêmicos das assim chamadas humanidades (hoje abrangendo sociólogos, antropólogos, educólogos,

¹⁷ DERRIDA, 1967, p. 339.

¹⁸ O conceito de *lógos* remonta a Heráclito de Éfeso – “todas as coisas vêm a ser segundo o *lógos*” (Fragmento I) – designando ao mesmo tempo linguagem e inteligência, tanto da natureza como do ser humano. Há pelo menos quatro desdobramentos para o *lógos* humano: I) *homología*, a propensão de indagar, investigar, induzir experiências, procurar compreender e pensar de acordo com a natureza, daí homologar, ou seja, ter o mesmo *lógos* das leis do universo – o *lógos* dos cientistas da natureza, incluindo os estudos da vida; II) *lógos* filosófico ou hermenêutico-dialético, a interpretação e o questionamento das contradições no mundo da vida – o *lógos* do pensamento crítico-existencial; III) *lógos* poético, definindo a condição da *poïesis*, de inventar linguagens em obras de arte e de engenharia, entre outras invenções – o *lógos* dos artistas da *poïesis*, dos engenheiros e demais inventores; IV) *lógos* corpóreo, a interação da mente com o corpo, daí *mente manúque* (mente e mão), a capacidade intelectual articulada com a virtuosidade manual ou corporal, a ação nas diversas habilidades dos seus movimentos, ou seja, as destrezas práticas do corpo humano – o *lógos* dos artistas da *práxis* nas artes representativas e dos atletas esportistas, entre outros, como também as antigas artes do *Kama Sutra* etc. Assim, o *lógos* humano tem a ver com a inteligência enquanto linguagem no sentido da verdade desvelada (*alétheia*) – e não com a comunicação neoliberal e demais abstrações enganosas e ideologias: o *lógos* não se confunde com o oportunismo.

¹⁹ MEW 3, *passim* *Die deutsche Ideologie*, 1978 [1845-1846].





cientistas políticos, psicólogos etc.). Ao final, com a ideologia deles do tal eurocentrismo, ignora-se, de modo o mais oportunista, a questão do centrismo ianque-estadunidense – o problema de fato do colonialismo contemporâneo. Falam de decolonialidade, mas são essencialmente colonizados e perpetuam o imperialismo.

A história que propomos se encontra apartada dessas tendências hoje hegemônicas. Trata-se do oposto: a crítica contrária ao uso desses preconceitos ideológicos neoliberais, os quais conferem um sentido pejorativo às artes – mesmo àquelas milenares. Buscamos uma hermenêutica existencial nas questões históricas, bem como um pensamento crítico-dialético, tendo por princípio cuidar da arte enquanto arte. Para logarmos sucesso neste projeto, elaboramos as nossas hipóteses de trabalho no âmbito da *Poiesis* Crítica: uma teoria vietcongue que procura travar e vencer as batalhas no nosso próprio terreno das artes – ou seja, fora dos domínios ideológicos da (indústria da) cultura. *Pari passu* ao levantamento de documentos sobre a história da música em Ribeirão Preto, a nossa pesquisa se fundamenta num pensamento crítico que, além de nos afastar dos modismos culturalistas e identitários, reconstrói uma história da música não apenas restrita à *práxis* (a qual, segundo a *Poiesis* Crítica, não se confunde com um mero evento cultural), mas principalmente a partir dos inventores de obras de linguagem (compositores, artistas da *poiesis*) – negligenciados ou quase sempre invisibilizados, como já reiterado aqui.

O nosso recorte geográfico – a região de Ribeirão Preto – está inserido na perspectiva maior da música brasileira, não só pela sua riqueza artística, mas pela percepção mais aguçada da própria trajetória deste pequeno centro do interior brasileiro. Esperamos que a presente publicação seja útil aos pesquisadores em geral, mantendo-se ainda ao alcance de um público amplo – para se descobrir que Ribeirão Preto também é uma cidade luz, ainda que permeada pelos conflitos históricos nos contextos paulista e brasileiro.

Para que uma história da música como a que pretendemos aqui lograsse interesse, importa que tenhamos três componentes: um levantamento documental e bibliográfico abrangente, incluindo novas pesquisas em fontes primárias; um objeto significativo e pouco explorado; e uma hermenêutica dialética (não culturalista), capaz de extrair desse material histórico-artístico as suas melhores possibilidades conceituais. Pela primeira vez, é mencionado aqui um mestre de capela na então *Villa d'Entre-Rios* – ainda nos tempos





do Padroado Régio²⁰, quando a Igreja Católica e a Monarquia eram uma só. Com uma hermenêutica crítica, ao mesmo tempo existencial e dialética, esse documento inédito do nosso primeiro e único mestre de capela nos fez perceber que não só tivemos um músico oficial da Igreja Católica local, mas que uma história da música deveria tomá-lo como ponto de partida.

Também nos demos conta de que a cronologia dos artistas da *poíesis* é mais desveladora dessa história, pois viabiliza uma crítica contrária à mecânica brutal dos pares metafísicos, sem os quais a *intelligentsia* brasileira, infelizmente, não consegue subsistir: erudito/clássico *versus* popular; branquitude *versus* pretitude; elite *versus* povo; europeu *versus* brasileiro; centro *versus* periferia; anacrônico *versus* narrativa do momento (*trends*) – entre outras deturpações redutivas e alienantes.

Verificamos ainda que se repetiu, em Ribeirão Preto, a realidade do Período Colonial, qual seja, um ambiente favorável à ascensão social, especialmente no caso dos pretos e pardos. Sem dúvida beneficiando os artistas, desde pelo menos o Alvará de 16 de janeiro de 1773²¹, assinado pelo Marquês de Pombal²², conferindo maiores possibilidades de “ofícios, honras e dignidades” a todos, somando-se aos então processos de *coartação*²³ com a possibilidade de compra da liberdade pelos artistas escravizados, as artes passaram a representar um oásis para os alforriados em meio aos horrores da escravidão: pretos, pardos (mestiços), indígenas e brancos dividiam os mesmos *partidos* (orquestras) e *funções* (serviços musicais). Trabalhavam dignamente em conjunto, tanto na *práxis* como na *poíesis*, nos mais diversos gêneros musicais, tanto vocais como instrumentais, tanto camerísticos como sinfônicos e sem qualquer divisão ou especialidade: na ópera (seja tragédia ou comédia), na música sacra, na música dos concertos e das serenatas, na música militar, nas artinhas (repertório didático) e também

²⁰ Antigo acordo ibérico com o Papa desde o século XV, no qual o Rei de Portugal, de Castela e, posteriormente, o Imperador do Brasil eram ao mesmo tempo chefes de Estado e soberanos da Igreja. O Padroado Régio – ou simplesmente Padroado – vigorou no Brasil até 1889 – extinto que foi com o efetivo golpe militar com o qual a Velha República foi estabelecida.

²¹ *Determinando as providencias precisas para por termo a escravidao em que, no Reino do Algarve e em outras províncias de Portugal, vive ainda uma grande quantidade de negros e mestiços* – alvará manuscrito, assinado por Marquês de Pombal – Arquivo Nacional Torre do Tombo em Lisboa (PT/TT/LO/003/0007/00108, Leis e ordenações, Leis, março 7, nº 108).

²² Secretário de Estado de José I, cujo reinado durou de 1750 a 1777, Sebastião José de Carvalho e Melo (Sernancelhe, 1699 – Pombal, 1782), também Conde de Oeiras e finalmente Marquês de Pombal, foi um déspota esclarecido: estadista marcado, paradoxalmente, tanto pela sua brutalidade e violência peculiares dos piores tiranos, como pela sua racionalidade iluminista. Com projetos modernos de arquitetura e urbanismo, reconstruiu Lisboa após o terremoto de 1755. Expulsou, porém, em 1759, os jesuítas dos territórios portugueses – com consequências desastrosas para a educação tanto no Brasil como em Portugal, implicando diretamente, por séculos, no atraso e no subdesenvolvimento em ambos os lados do atlântico.

²³ *Passim* PAIVA, 1995.





nos batuques, nos lunduns e nas modinhas. Portanto, só os tolos dividem a música brasileira entre o tal popular e o tal erudito.

Nos tempos da Velha República, os músicos mantiveram a mesma multifariedade, ainda que o seu mundo de trabalho tenha se transferido, em parte, para os coretos das praças e para as salas de cinema. A segregação, entretanto, jamais foi a norma na história da música brasileira – não obstante o crescimento do racismo, no Brasil, com a eugenia positivista. Assim, entendemos que a pauta identitária neoliberal ianque-estadunidense, importada diretamente do Partido Democrata dos EUA e financiada, entre outras, pela *Ford Foundation*, não apenas não coaduna com a realidade histórica brasileira como também prejudica um pensamento de fato crítico e emancipado em nosso país.

Denunciamos ainda, a partir da *Póiesis Crítica*, a iconoclastia tosca de alguns modernistas – diziam-se futuristas à época. Não apenas no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas também no interior, sob o lema bota-abaixo ou abaixo as velhas taperas, houve uma mesma postura de demolição do patrimônio arquitetônico em prol da tal ordem e do tal progresso. Não foram apenas palacetes, casarões e prédios públicos que foram demolidos em Ribeirão Preto. Além do Coreto (noticiado desde 1883, demolido entre 1929 e 1930), a Capela (posteriormente Igreja Matriz) de São Sebastião (construída a partir de 1863 e demolida em 1905) também sucumbiu para que, ao final, próxima ao seu altar, houvesse a cultura do *Aedes aegypti*: uma fonte luminosa²⁴ (criadouro do mosquito da dengue) com a *background music* dos seus alto-falantes ruidosos para o balé das larvas.

A Praça XV chegou a desfrutar de uma Choperia da Companhia Cervejaria Paulista (inaugurada em 1919 e demolida em 1923 ou antes) e de um Trianon, com bar no térreo e mirante na cobertura (inaugurado provavelmente em 1923 e demolido em 1938). Mas o charme elegante destas construções foi brutalmente substituído, em 1939, pelo *kitsch* ruidoso e de cores postiças da citada fonte luminosa. Um cronista anônimo reclamava, então, das “suas aleias e passeios cheios de buracos”, pois “a linda praça

²⁴ O talento nem sempre se distribui por igual numa família. Enquanto Homero de Sá Barreto (Cravinhos, 1884 – Rio de Janeiro, 1924), compunha obras musicais inspiradas e apoiava Heitor Villa-Lobos (Rio de Janeiro, 1887-1959) nos seus projetos, o seu irmão, então prefeito de Ribeirão Preto, era assim noticiado, em 1939, por ocasião da inauguração de uma obra nada artística: a fonte luminosa da Praça XV. Naqueles anos, o aniversário municipal era comemorado em 20 de janeiro: “A abertura da solenidade, verificada às 21h, discursou o dr. Fábio Barreto, que, ao inaugurar o melhoramento, declarou fazel-o com a dupla satisfação de dotar a cidade de mais um atractivo e, ao mesmo tempo, registrar com elle a passagem de mais um anniversario da fundação de Ribeirão Preto” – A Tribuna (jornal). Santos, 21 de janeiro de 1939, p. 1. A data do padroeiro, São Sebastião, ainda que se mantenha feriado municipal, não é mais comemorada como aniversário da cidade. Mas o tal atrativo, que jamais proporcionou qualquer melhoria, permanece até hoje, perpetuando o gosto mediano no coração da cidade e ainda pior, colocando em risco a saúde pública.





perdera todo o seu encanto de outrora para se transformar num campo de cultura de tiririca e outras ervas daninhas”²⁵. Assim, fomos da cultura da tiririca à cultura do *Aedes aegypti*.

Hoje, junto à fonte luminosa – cujo tombamento é uma aberração – há uma pedra sinalizando o marco zero da cidade, como se ali tivesse sido construída a Capela, depois Igreja Matriz. Errado! Nem sequer o Coreto se situava no tal marco zero descabido, pois fora construído mais próximo de onde hoje se encontra a herma belicista no estilo do Estado Novo – para festejar a constituição eugenista de 1934. A Matriz, de fato o marco zero da cidade, situava-se próxima à Rua Álvares Cabral e igualmente mais próxima à Rua Duque de Caxias. Importa que os alicerces da saudosa Igreja Matriz de São Sebastião ainda estejam lá – aguardando os tempos de menor burrice – para que o espaço primordial da cidade possa ressuscitar e voltar a sediar a vida artística e comunitária da cidade.



A foto mais antiga da Igreja Matriz na Praça XV: esquina da General Osório, à esquerda, com Álvares Cabral ainda com árvores, ao fundo – a mesma área das duas fotos abaixo²⁶.

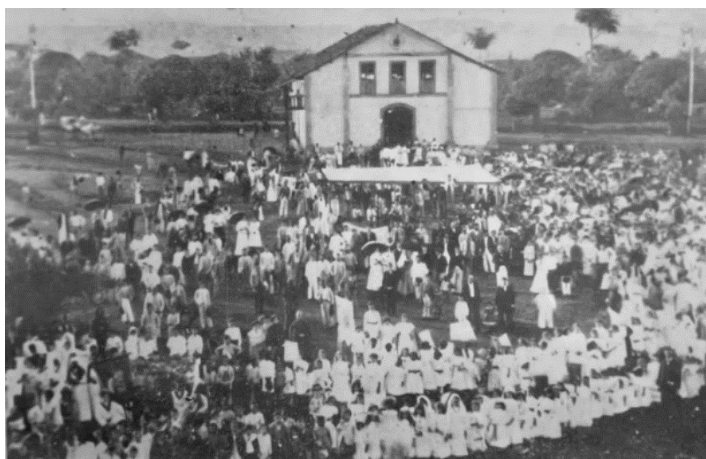


À esquerda, já com construções na Álvares Cabral – no final da General Osório, consta a Estação da Companhia Mogiana. À direita, após 1930 (cartão postal da *Photo Sport*).

²⁵ O Estado de São Paulo (jornal). São Paulo, 3 de janeiro de 1939, p. 5.

²⁶ Nos casos de incerteza quanto aos fotógrafos ou datas, optamos por deixar em aberto, sem informações.





Acima, a Matriz sem torres e a Álvares Cabral com árvores; abaixo, a mesma Matriz com as duas torres e o cruzeiro – incluindo as suas *Arma Christi*²⁷ – e a Álvares Cabral já com as primeiras construções.



Duque de Caxias com Álvares Cabral: à direita, a lateral e os fundos da Igreja Matriz, onde houve um cemitério; ao centro, ao fundo, o teto do Theatro Carlos Gomes (foto de João Passig, posterior a 1897).

²⁷ Segundo costume católico, são literalmente as “armas de Cristo” que adornam os cruzeiros negros – chamadas ferramentas de sofrimento na Paixão: os instrumentos de tortura e demais objetos utilizados na crucificação de Jesus de Nazaré, símbolos do sacrifício e do martírio. Desta foto do antigo cruzeiro ribeirãoopretano, observa-se, com maior nitidez, a escada pendurada em diagonal. Por certo, entretanto, havia outros objetos também pregados na cruz – aqui pouco nítidos nesta iconografia. Em geral, os cruzeiros, nos adros das matrizes, contemplam um galo no alto, a inscrição INRI (*Iesvs Nazaræns Rex Ivdæorum*), escada, coroa de espinhos, torquês, alicate, martelo, marreta, cravos, esponja, lança e bolsa de Judas Iscariotes (representando as 30 moedas de prata da traição).





A Praça XV nos tempos do Largo da Matriz (final do século XIX).



A mesma praça, já com a água parada para a sopa de larvas.



A fonte luminosa (foto de José Gullaci Jr.) – criadouro do *Aedes aegypti*, com as suas larvas dançantes ao som dos alto-falantes ruidosos – vista do Theatro Carlos Gomes, pouco antes da sua demolição. Ao fundo, o Theatro Pedro II. A Igreja Matriz, o Coreto, a Choperia e o Trianon já haviam sido demolidos.





Inauguração (Einweihung) do Passeio Público com o Coreto ao centro, visto da Duque de Caxias. À direita, a silhueta da Igreja Matriz (foto de João Passig).



Outros ângulos do Coreto no *Jardim Público*. Abaixo, a loja *Ao Novo Queima* (fachada com três divisões: a maior, ao centro) na General Osório (foto de João Passig).



Casa de Comércio Portuguesa – *Portugiesisches Geschäftshaus* (foto de João Passig): *Ao Novo Queima*.

General Osório, entre Tibiriçá e Álvares Cabral, em frente ao Coreto. Queima era o apelido do comendador José Manuel Mendes (Sevivas, 1855 – Ribeirão Preto, 1928), comerciante português conhecido por suas liquidações de estoque e avô paterno de Gilberto Ambrósio Garcia Mendes (Santos, 1922-2016). Antão Adelino Mendes, na foto, tio-avô do compositor, assumiu posteriormente o negócio.



Móveis Delloiagono já no lugar do *Novo Queima*, na inauguração da herma de Luiz Pereira Barreto (foto de Aristides Motta, 11 de janeiro de 1924) – depois transplantada para o outro extremo da praça.



A mesma General Osório por outros ângulos. A herma granadeira²⁸ já consta da paisagem, mutilando o cenário anterior mais artístico e singular (cartões postais de Theodor Preising, 1937).

²⁸ Inaugurada em 9 de julho de 1937 – cf. Correio Paulistano (jornal). São Paulo, 17 de julho de 1937, p. 14 – a herma do *Soldado Paulistano*, ameaçando o Theatro Pedro II com a sua granada, foi outra melhoria do prefeito Fábio de Sá Barreto.





O soldado granadeiro mira o Theatro Pedro II – lembrando, com o seu gesto truculento, os atuais secretários de cultura (Theodor Preising, 1937).



General Osório, vista agora da esquina com Álvares Cabral.



Praça XV e General Osório: à esquerda, em 1934; à direita, já com o relógio, inaugurado em 1939.

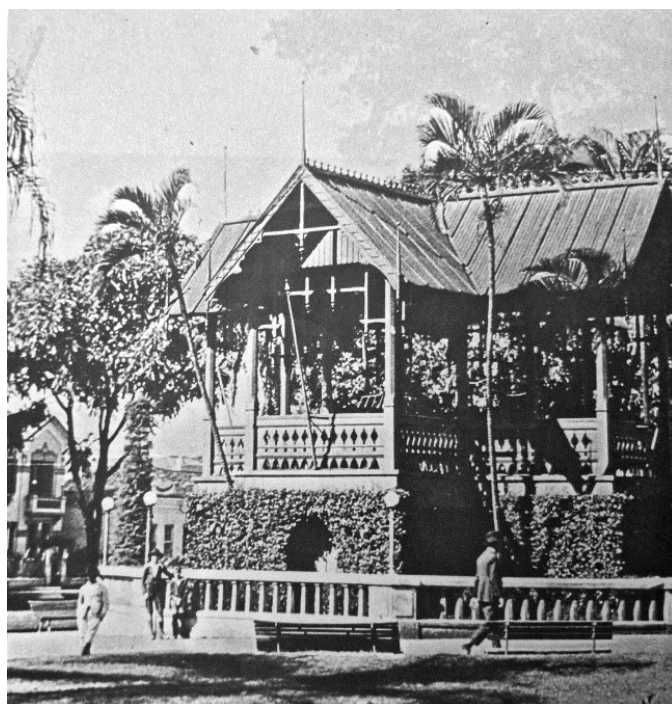




Praça XV, vista da General Osório: o Coreto, ao centro; o primeiro Hotel Central na Álvares Cabral (hoje Theatro Pedro II), ao fundo. À direita, a Rua Duque de Caxias.



O Coreto (com adornos) visto da loja *Ao Novo Queima*, na General Osório.



O Coreto (sem adornos), com o Palacete Camilo de Mattos à esquerda.





Praça XV: General Osório no quartirão entre Tibiriçá e Visconde de Inhaúma.
À direita, o Coreto, entre Tibiriçá e Álvares Cabral.



A Choperia da Companhia Cervejaria Paulista na Praça XV: em 1919 e no início da década de 1920.





Theatro Carlos Gomes, ao centro; Trianon da Praça XV (que substituiu a Choperia), à esquerda.



O Trianon ao centro, com o Theatro Carlos Gomes encoberto por árvores à esquerda, e a General Osório à direita, entre Tibiriçá e Visconde de Inhaúma (cartão postal de Theodor Preising, 1937).



A herma de Pereira Barreto já transplantada, à frente; o Trianon, no centro; o Theatro Pedro II, ao fundo.





Vista aérea da mesma paisagem anterior, anterior a 1935.



A Praça XV sem o Trianon, ainda com os teatros Carlos Gomes e Pedro II (entre 1939 e 1944).



O relógio, o soldado da granada, a sopa de larvas e se avistava ainda, mais ao fundo, a fachada do Palácio Rio Branco no outro lado da praça. O Theatro Carlos Gomes já havia sido barbaramente demolido.

Por sua vez, inaugurado em 1897, por iniciativa de Francisco Schmidt (Osthofen, 1850 – São Paulo, 1924) e demolido, em 1944, por ordem de Fábio de Sá Barreto²⁹ (Resende, 1876 – Ribeirão Preto, 1948), o formidável Theatro Carlos Gomes foi depenado e derrubado em prol da construção de um árido terminal de ônibus que, desnecessário, deu lugar a uma praça adornada, ironicamente, com os motivos do próprio Theatro Carlos Gomes – *in tristem memoriam*.

²⁹ Este prefeito ribeirãopretano parece ter aprendido com Pereira Passos (São João Marcos, 1836 – Rio de Janeiro, 1913), o bota-abixo. Por ironia do destino, a cidade natal do prefeito demolidor do Rio de Janeiro foi despovoada e arrasada durante o Estado Novo, restando-lhe poucas ruínas – *in tristem memoriam*.





Lápide horizontal (mosaico de triste memória) na Praça Carlos Gomes: túmulo do Theatro Carlos Gomes.

Ícone da iconoclastia modernista no interior, a demolição do Theatro Carlos Gomes é palco de mais ironias: tendo sido antes a sede dos seus encontros, os integralistas³⁰ usaram o espaço do teatro apenas para ecoar o seu projeto reacionário e, tempos depois, destruí-lo. A não existência do Theatro Carlos Gomes em Ribeirão Preto – apesar do monumental Theatro Pedro II que ainda temos – fantasmagoriza o Quarteirão Paulista ainda hoje, tal qual as sombras do Morro do Castelo se estendem sobre os aterros cariocas.



Theatro Carlos Gomes com faixa integralista (foto de José Gullaci, década de 1930).
Ao fundo, à esquerda, o saudoso Palacete Innechi.

³⁰ Movimento fascista – inequívoco de extrema direita – com o lema “Deus, Pátria e Família”. Os integralistas eram positivistas, eugenistas e higienistas, cujo plano visava “limpar o Brasil da mestiçagem” – equivalentes, hoje, aos identitários neoliberais atrelados ao *mainstream* democrata ianque-estadunidense, incluindo a hegemonia fisiológica das *big-techs*.





À esquerda, o extinto Palacete Inecchi – demolido pelo Banco Itaú para dar lugar a uma das suas agências mais feias. À direita, a antiga sede da Sociedade Recreativa (hoje Museu de Arte de Ribeirão Preto – MARP). Esquina da Barão do Amazonas com Duque de Caxias (1934).



Theatro Carlos Gomes (fundos e lateral). Esquina da Duque de Caxias com Barão do Amazonas.





88 - Ribeirão Preto - Theatro Carlos Gomes



Esplanada do Theatro Carlos Gomes. Ao fundo, as casas já demolidas na General Osório, entre Barão do Amazonas e Visconde de Inhaúma.





À esquerda, o Theatro Carlos Gomes; ao centro, a Sociedade Recreativa (atual MARP); à direita, o Palácio Rio Branco.



O interior do Theatro Carlos Gomes, já parcialmente depenado (foto de José Gullaci).



Demolição do Theatro Carlos Gomes, em 1944.





Modelo de reconstrução para o Teatro Carlos Gomes (Vão Arquitetura).

O fetiche da demolição transmutou-se. Os seus ecos hodiernos se encontram no coração daqueles que ridicularizam os que anseiam pela reconstrução desses espaços. Entretanto, trata-se de um fenômeno mundial irreversível: a poética de reconstrução dos espaços físicos das artes já se tornou realidade nos grandes centros da Europa, redimindo as destruições da guerra. Aqui seria o caso de nos redimir das demolições causadas pela burrice. Ainda assim, a ideologia persiste: não mais os positivistas, eugenistas ou integralistas, mas agora são os culturalistas e, entre eles, em especial, os identitários, que se autoproclamam baluartes do progresso – leia-se, a última narrativa do momento. Nós, que procuramos preservar a arquitetura também das obras de relevância histórica, somos ainda criticados por aqueles que confundem modernidade com demolições, porque, segundo dizem, nós não compreendemos a tal evolução dos tempos. Esses mesmos culturalistas, assim, zombam daqueles que lamentam a perda do patrimônio, chamada pejorativamente de retórica da perda. Eis que debater a reconstrução do Teatro Carlos Gomes ou da Igreja Matriz de São Sebastião causa-lhes risos nervosos.





Aqueles que não gostam de arte chamam a nova *Frauenkirche* em Dresden ou o novo *Schloss* em Berlim, caprichosamente reconstruídos em todo o seu esplendor, de falso histórico. Os culturalistas reduzem, assim, as obras de arquitetura às pedras com as quais foram construídas. O novo fetiche, agora do autêntico, não passa de uma desculpa estéril em nome da coisificação (*Verdinglichung*, como diria Marx): a obra de arte se reduz a uma coisa material (*Ding*), ignorando o projeto poético – sempre esquecem a *poíesis*. Como não reconhecem a obra de arte enquanto processo inventivo, a linguagem do artista não apenas lhes é estranha, como a desprezam abertamente: importa a autenticidade da pedra, não o *lógos* poético do arquiteto. As artes e o patrimônio nunca têm chance com os culturalistas.

Os culturalistas se opõem ainda a esses espaços físicos reconstruídos porque há neles potencial para atividades artísticas – já que são antagônicos às artes: idolatram a estética da ruína e são contrários à poética de reconstrução. Mas quem gosta e vive da arte verdadeiramente, quem prefere que tenhamos uma poética de reconstrução ao invés de uma estética de ruína – que de fato é a ruína da estética – sabe que a reconstrução das obras destruídas ou demolidas, quer seja por conta dos desastres naturais, das guerras ou da burrice (e, no caso ribeirãopretano, só há esta terceira condição), é benéfica para o mundo da vida ou *Lebenswelt* – conceito já citado de Heinrich Heine. Temos que reabitar esses espaços para que, neles, possamos vivenciar novas experiências existenciais e, não menos importante: produzir as artes com *poíesis* e *práxis*. Em Ribeirão Preto, tais quais as igrejas espelhadas em Mariana (das veneráveis ordens terceiras de Nossa Senhora do Carmo e de São Francisco), veríamos realizado um sonho perfeito e feliz de cidade: dois imponentes teatros defrontes, o Theatro Carlos Gomes reconstruído e o Theatro Pedro II – ambos com óperas, balés e concertos sinfônicos – e, entre eles, a charmosa Capela, a Matriz também reconstruída – para madrigais e música de câmara – incluindo o Coreto na sua última *Gestaltung* de que temos notícia – para bandas e grupos de chorinho. Por fim, um novo Trianon para termos de novo uma Choperia de verdade – com toda a certeza, encantaria a praça. De modo algum seria um exagero para a antiga Capital d'Oeste: um êxito fecundo, hoje, sem precedentes, para a sobrevida das artes no Brasil.

Mas a tragédia ribeirãopretana não termina com demolições e vandalismos. Há outros tipos de destruição. Se as ruínas dos grandes odeões por todo mundo romano, mesmo não reconstruídas, são testemunhos de um passado primordial e fundador da história, já em Ribeirão Preto, o que temos é o sonho inacabado do engenheiro/arquiteto





Jaime Zeiger³¹ (Kovel, 1919 – Ribeirão Preto, 1982), entristecendo qualquer ribeirãopretano consciente. No Morro de São Bento, há também outros dois teatros espelhados, ambos inaugurados em 1969: o modernista Teatro Municipal – inadequado à música – no alto e, logo abaixo, no côncavo da já adentrada belíssima floresta urbana, o Teatro de Arena³² – inspirado nas ruínas de um odeão romano na Grécia, sempre ainda com imperfeições estruturais.

O sonho grego por excelência, no qual as artes – com os seus teatros e odeões – veem-se entremeados pela natureza exuberante do bosque urbano, hoje se encontra em novas ruínas calculadamente planejadas: de tempos em tempos, uma reforma municipal piora o Teatro de Arena com uma espécie de demolição conceitual programada. Passamos da *Antígona* de Sófocles (primeira peça ali encenada) aos *shows* pirotecnológicos da indústria da cultura com a sua amplificação ruidosa e artificial, importunando ainda os animais do Bosque Fábio Barreto (talvez o único projeto desse prefeito que tenha sido uma melhoria de fato): a história da música de Ribeirão Preto é também a história do fracasso dos seus espaços físicos.

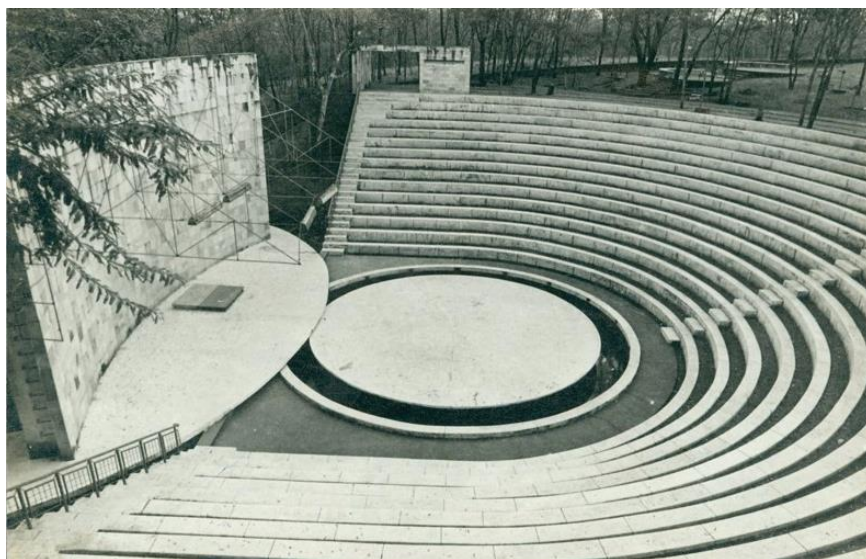
³¹ Jaime Zeiger, judeu polonês, em 1927, mudou-se para o Brasil com a sua família, estabelecendo-se em São Paulo, no Bom Retiro. Graduiu-se em Arquitetura e Engenharia pelo Instituto Mackenzie. Trabalhou no projeto da construção de parte dos estúdios da Companhia Cinematográfica Vera Cruz, em São Bernardo do Campo, juntamente com Bassano Vaccarini (San Colombano al Lambro, 1914 – Altinópolis, 2002), com quem firmou parceria em trabalhos posteriores. Em 1956, por intermédio do próprio Bassano Vaccarini, a convite do prefeito Costabile Romano (São Paulo, 1905-1966) para elaborar o cenário da Exposição do Primeiro Centenário, acabou estabelecendo-se em Ribeirão Preto, atuando, aqui, na Prefeitura Municipal. Idealizou o Plano Diretor Viário da cidade, de onde saíram soluções urbanas importantes, incluindo o Anel Viário – dos mais funcionais e modernos do Brasil. Além do Teatro de Arena, projetou a Estação Rodoviária do Triângulo (atual Corpo de Bombeiros, década de 60 do século passado) e o Mercado Central (1956). Participou da finalização das obras dos teatros municipais de Sertãozinho e de Batatais. Foi professor da Faculdade de Engenharia e Agrimensura, em Pirassununga, bem como do Centro Universitário Moura Lacerda, em Ribeirão Preto. Frequentou cursos na FAU-USP, em São Paulo, tendo sido amigo de João Batista Vilanova Artigas (Curitiba, 1915 – São Paulo, 1985). Foi membro ainda da Associação de Planejamento Regional de Nova York. Atuando também como jornalista, desenvolveu parcerias com artistas visuais da cidade, incluindo o já citado Bassano Vaccarini (escultor), além de Francisco Amendola (Ibitinga, 1924 – Ribeirão Preto, 2007) e Odilla Mestriner (Ribeirão Preto, 1928-2009), ambos pintores, entre outros.

³² A denominação Teatro de Arena foi inspirada no homônimo paulistano, fundado em 1953. Contudo, tal título é confuso. *Arena* é areia em latim. Outrora, os grandes anfiteatros ovais romanos tinham areia no solo para as lutas de gladiadores – como o Anfiteatro de Verona (hoje Arena de Verona). Havia também os estádios para corridas de bigas e demais entretenimentos da época – cuja forma original é conservada, por exemplo, na *Piazza Navona* em Roma (antigo Estádio Domiciano). Entretanto, o Teatro de Arena em Ribeirão Preto foi a tentativa de reproduzir, ainda que em menor escala, as ruínas do Odeão de Herodes Ático em Atenas. Na Antiguidade, os odeões, sempre cobertos, eram espaços físicos artísticos voltados à tragédia e à comédia. A sua arquitetura contempla um semicírculo, com piso do palco em madeira (forma retangular) e da orquestra em mármore (forma semicircular – jamais circular, como infelizmente é o caso de Ribeirão Preto, restringindo sobremaneira o espaço artístico). Ou seja, o nosso Teatro de Arena, paradoxalmente, reproduz as ruínas alteradas de um odeão ateniense, em nada se assemelhando – nem na estrutura nem na função – à arena dos gladiadores.





Vista aérea do Teatro Municipal e do Teatro de Arena (IBGE, década de 1970).



Teatro de Arena (IBGE, década de 1970).



Teatro de Arena (2024).





O Teatro de Arena, cujas reformas, uma após outra, vão piorando o espaço físico com intervenções toscas – sem projeto arquitetônico de mérito nem resolução das suas necessidades artísticas básicas – em total subserviência à indústria da cultura.

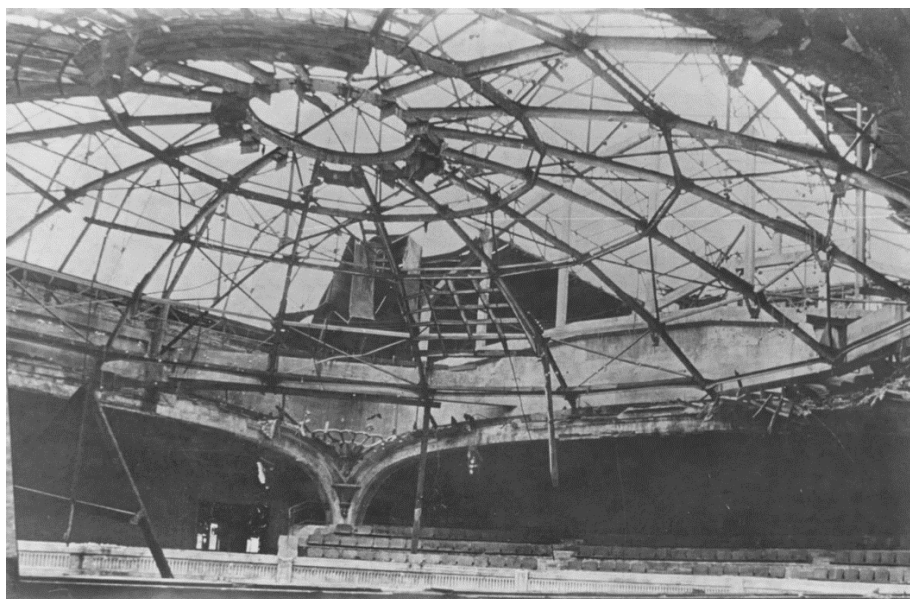


A pintura externa deturpa a linguagem artística, piorando a concepção arquitetônica. Incorre ainda a deturpação ideológica, iludindo os ingênuos, de que o espaço físico seja amigo da natureza – talvez (a)traídos pela ilustração pseudonaïf ou neorrupestre dos animais. Prevalecem, porém, o barulho e a pirotecnologia dos *shows*: não há isolamento acústico nem visual. Faça chuva, faça sol e mesmo à noite, com a elevação da temperatura nos últimos anos, o Teatro de Arena se mantém inviável para a arte.

A única exceção digna em nossa cidade, quanto à conservação dos espaços físicos artísticos municipais, talvez seja mesmo o Theatro Pedro II (inaugurado em 1930 e ressuscitado em 1996, após um incêndio em 1980), ainda de pé, imponente, a acautelarse no Quarteirão Paulista – por sorte, desatrelado da Secretaria da [Indústria da] Cultura.

Na gestão das artes, Ribeirão Preto é um excelente paradigma para o Brasil, justamente por conta da sua Fundação D. Pedro II (mantenedora do Theatro Pedro II), uma autarquia com enorme potencial para os projetos em ópera, balés sinfônicos e música de câmara e sinfônica. Caso o Theatro Pedro II fosse administrado pela Secretaria da [Indústria da] Cultura, entretanto, já teria caído em ruínas mais uma vez.





Ruínas do Theatro Pedro II, após o incêndio de 1980.



O Theatro Pedro II ressuscitado, em 2022, num concerto da USP Filarmônica em conjunto com a Academia Livre de Música e Artes de Ribeirão Preto – ALMA (foto de André Estevão).

Ao paciente e arguto leitor, advertimos que a reconstrução que propomos com este livro não é apenas de relatos e fatos documentados, inseridas numa linha sincrônica e ordenadas pedagogicamente para que se perceba nelas um sentido histórico. A reconstrução proposta alude à utopia – afinal, sem sonho não há projeto – de uma reconstrução histórica literal, no seio da própria existência e dos espaços da arte e da memória, dignos das melhores possibilidades que a *urbs* pode nos oferecer. Se assim não fosse, a nossa hermenêutica não seria crítica, mas estéril – tal como a esterilidade da estética de ruína. Não pretendemos, portanto, apenas reconstruir poeticamente (projeto de *poíesis*) e com questionamentos a nossa memória, mas também trilhar novos caminhos no *mundo da vida* por meio das artes.





DA CULTURA DO PORCO E DO BOI À CULTURA DO CAFÉ – DA CAPELA CURADA AOS TRILHOS DA MOGIANA

A poeira vermelha invade tudo, encarde a roupa branca, estraga a de côr. Quando chove, em vez da poeira, têm-se a lama ferruginosa característica. Quando o turista chega a S. Paulo com lama encarnada nas botinas, toda a gente pergunta se vem de Ribeirão Preto (Antenor Nascentes, 1926)³³.

Uma compilação das publicações anteriores – de cronistas e pesquisadores – deveria resolver este capítulo da fundação da cidade. O nosso tema é a música. Contudo, deparamo-nos com incongruências na bibliografia existente.

Precárias, infelizmente, são as fotos ou referências iconográficas mais antigas. Rio de Janeiro, São Paulo, Recife ou Santos, entre outras, ainda que quase totalmente demolidas, pelo menos restou delas o registro de grandes artistas como Militão Augusto de Azevedo (Rio de Janeiro, 1837 – São Paulo, 1905) ou Marc Ferrez (Rio de Janeiro, 1843-1923). Nós não tivemos a mesma sorte. A Ribeirão Preto antiga também foi demolida e sequer há fotografias precisas da sua arquitetura fundadora.

Algumas unanimidades entre os cronistas – a fonte luminosa enquanto marco zero e a narrativa não menos atrapalhada das fotos da Matriz com torres anteriores àquelas sem torres – levou-nos a uma redação mais densa deste capítulo. Assim, compilamos as principais publicações anteriores, mas incluímos novos questionamentos.

Uma das primeiras resoluções do reinado de Pedro I, em 1823, foi a proibição da doação de novas sesmarias – sem que houvesse, contudo, novas regras para a apropriação das zonas ruais. Com tal lacuna jurídica, as ditas terras devolutas passaram a ser ocupadas por posseiros. Os irmãos Vicente José dos Reis (Bom Jesus da Cana Verde, doravante Batatais, 1789-1839), capitão Mateus José dos Reis (Batatais, 1792-1843) e Manuel José dos Reis (Batatais?, 1801? – Fazenda da Figueira, 1839), incluindo as suas irmãs Bárbara e Ana Rosa, filhos dos mineiros Manuel José dos Reis Araújo (Jacuí?, 17?? – Batatais, 1802) e Maria Madalena de Jesus (Congonhas, 17?? – Fazenda da Figueira, 1838), talvez tenham sido os primeiros posseiros da região onde hoje se situa Ribeirão Preto³⁴.

³³ NASCENTES, Antenor. *Um plano geral de turismo – Ribeirão Preto*. In: *Vida Doméstica* (revista do lar e da mulher), ed. 101. Rio de Janeiro, julho de 1926, p. 77 e 78.

³⁴ *Passim* Lages, 2010. Eis a cronologia das ocupações das terras já transformadas em fazendas, tendo o atual centro da cidade (Barra do Retiro) a referência, segundo José Antônio Lages: Figueira no Sudeste (1808); Palmeiras no Leste e Cabeceiras do Ribeirão Preto no Sul (1832); Retiro no Sul, Laureano no Oeste e Ribeirão Preto no Centro (1834) (*op. cit.*, p. 138). Nos seus entornos, desenvolveram-se outras fazendas, descritas aqui no sentido horário de acordo com a posição geográfica, começando pelo Leste: Palmeiras, Barra do Esgoto, Águas Claras, Esgoto, Lagoa do Campo, Barra da Figueira (antiga Figueira), Figueira, Cravinhos, Tamanduá, Pântano, Sapecado, Flores, Cabeceiras do Ribeirão Preto, Retiro, Lageado, Sertãozinho do Mato Dentro, Laureano, Santo Antônio da Boa Vista e Pontinha do Ribeirão Preto Abaixo (GARCIA, 2013, p. 100, segundo levantamento de Roberto Martins, 1998), entre outras denominações.





O paranaense Salvador José Correia Coelho³⁵ (Vila do Príncipe de Santo Antônio da Lapa, 1820 – São Paulo, 1891), um dos primeiros cronistas da nossa história, já elucidava, em 1879, a origem mineira dos primeiros habitantes:

a população do município do Ribeirão Preto é quasi toda emigrada da industrial e laboriosa provincia de Minas Geraes, que lhe tem dado o lavrador, o estancieiro, etc.³⁶.

Pouco antes, em 1877, o latifundiário Martinho da Silva Prado Júnior – doravante Martinico Prado (São Paulo, 1843-1906) – também reiterava a origem mineira: “A população é quasi toda de typo louro e oriunda de Minas Geraes”³⁷. Ainda que tenham sido os mineiros, de fato, os primeiros povoadores de Ribeirão Preto, a notícia de uma população inicial dita quase toda de tipo loiro não passa de uma deturpação eugênica – a citada ideologia racista da burguesia brasileira desde o final do século XIX.

Ainda sobre os primeiros posseiros, de acordo com Osmani Emboaba da Costa (Bonfim Paulista, 1912 – Ribeirão Preto, 1988), nosso principal cronista local, outras notícias de propriedades rurais remontam a 1845, tal como “a Fazenda do Laureano ou Braço Direito do Ribeirão Preto”, que pertenceu a Antônio José Teixeira Júnior (Goiás?, ? – Casa Branca, ?), dito Carvalhinho, com “cinco sextas partes”, e o seu cunhado Mateus dos Reis Araújo (Batatais, 1822 – Ribeirão Preto, 1861), “com uma sexta parte”³⁸, respectivamente genro³⁹ e filho do citado Vicente José dos Reis – em meio ao questionamento, a todo instante, destas propriedades e das suas dimensões.

Tanto aqui como nas demais regiões do Brasil, os posseiros ocuparam desordenadamente as terras, resultando em disputas judiciais infundáveis que, uma vez

³⁵ Bacharel pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, na década de 1840, Salvador José Correia Coelho, filho de bracarenses, foi um interessante cronista de viagens – por certo influenciado, no gênero, por Heinrich Heine. Sua extensa crônica sobre Ribeirão Preto, publicada em várias edições do Correio Paulistano, em novembro de 1879, foi talvez injustamente ignorada ou esquecida. É autor também do livro *Passeio à minha terra* (São Paulo: Typographia da Lei, 1860), contendo relatos pioneiros sobre a viola caipira, incluindo questões poético-filosóficas. Pouco se sabe sobre sua trajetória biográfica: casou-se, em 1853, com Maria Antônio Rodrigues, em Mogi das Cruzes – onde foi deputado provincial (conservador monarquista, mas antiescravista), juiz municipal e de órfãos (não raramente envolvido em celeumas), inspetor da instrução pública e administrador da presidência provinciana. Passou por Jaú, em 1877. Transferiu-se para Ribeirão Preto, em 1879, atuando aqui como advogado e 1º juiz de paz da paróquia até fevereiro de 1885, quando sofreu novamente com conflitos internos do judiciário. Retornou a Mogi das Cruzes, em maio de 1885, onde assumiu o cargo de promotor público interino.

³⁶ CORREIA [COELHO], Salvador J[osé]. *Variedade – Dous mezes no Ribeirão Preto*. In: Correio Paulistano (jornal). São Paulo, 9 de novembro de 1879, p. 2.

³⁷ A Província de São Paulo (jornal). São Paulo, 14 de outubro de 1877, p. 1.

³⁸ EMBOABA [DA COSTA], 1955, p. 356.

³⁹ Casados em Casa Branca, em 1840, a esposa de Carvalhinho se chamava Claudina Maria (nascida em Batatais, em 1825), filha de Vicente José dos Reis (cf. LAGES, 2010, p. 181). O dito Carvalhinho era goiano, natural de Bonfim (Meia Ponte, atual Pirenópolis?), subdelegado (1849), coletor (1851) e promotor público interino na Vila de Casa Branca (1856) (cf. EMBOABA [DA COSTA], 1955, p. 347).





estabelecida a vila, envolverão ainda a administração (*Fábrica*) da Matriz e as autoridades da Câmara Municipal. Segundo Valéria Eugênia Garcia⁴⁰,

a confusão de instâncias e competências amplamente discutidas em juízo que em meio à falta de clareza sobre procedimentos de aforamento, ausência de regras, concessões dúbias ou em duplicidade, no limite, expressaram a má fé de fabriqueiros⁴¹, foreiros⁴² e vereadores.

Em meados do século XIX, a doação de terras à Igreja legitimava a propriedade territorial – ao mesmo tempo que viabilizava recursos para a manutenção autônoma da administração eclesiástica. Tais procedimentos repercutem até hoje. Em pleno século XXI, nos processos de compra e venda dos imóveis no centro de Ribeirão Preto, ainda se paga um laudêmio à Fábrica da Matriz – mesmo que não haja mais fábrica nem matriz. Por ironia do destino, a Igreja se torna sócia vitalícia da especulação imobiliária.

A distância então de “cerca de dez léguas” – cerca de 66 quilômetros – até a Matriz de São Simão era um obstáculo na obtenção dos ditos socorros espirituais. Para tanto, os moradores precisavam oferecer doações de terras para compor o patrimônio eclesiástico, cujas dimensões deveriam garantir o sustento da igreja. Além da distância entre Ribeirão Preto e São Simão, outros motivos – menos do além e mais do aquém – justificavam ainda mais a pretensão dos moradores: 1) a construção de uma igreja local possibilitaria o reconhecimento de posse das terras, não obstante a insegurança da então recente Lei de Terras; 2) para que Ribeirão Preto pudesse obter elevações eclesiásticas (quem sabe uma futura capela curada) e, assim, maior autonomia político-administrativa. Portanto, a ausência de uma igreja mitigava o desenvolvimento local e trazia riscos às propriedades das terras para além do argumento religioso de que os moradores estivessem supostamente desassistidos na fé.

Em 1850, logo após a abolição do tráfico de escravizados, com a Lei Eusébio de Queiroz (Lei nº 581 de 4 de setembro de 1850), o Império decretou também a citada Lei de Terras (Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850) – e esta consolidou a perversa concentração fundiária. É nela que se origina uma prática viciada do latifundiário brasileiro: a grilagem de terras – a apropriação de terras devolutas através de documentação forjada – regulamentando e consolidando o modelo da grande propriedade rural capitalista, aumentando a violência contra as populações originárias, prejudicando

⁴⁰ GARCIA, 2013, p. 9.

⁴¹ Membro do conselho paroquial, encarregado de recolher os rendimentos de uma igreja, administrar-lhe o patrimônio e zelar pela conservação de alfaías e paramentos (*Dicionário Online de Língua Portuguesa*).

⁴² Arrendatário ou enfiteuta: aquele que usufrui de um imóvel mediante pagamento de um valor, de um foro, previamente acertado com o proprietário (*ibidem*).





os pequenos posseiros e ainda mais os alforriados e, assim, formalizando as bases da desigualdade social e territorial que persistem ainda hoje – isso tudo somado à destruição compulsiva da natureza. Nota-se que não nos posicionamos contra os ricos. Apenas questionamos o porquê da miséria e da violência no campo contra os menos favorecidos.

Tal processo brutal se verifica também nos primórdios de Ribeirão Preto. Segundo levantamento de Roberto Vasconcellos Martins, a fazenda do Laureano – desde o posseiro Vicente José dos Reis, anterior a 1845, dividida por cerca de 10 herdeiros, acabou adquirida por um único latifundiário: Francisco Schmidt, entre 1890 e 1898. Já a imensa fazenda do Lageado, desde a posseira mineira Ana Claudina Diniz Junqueira (Baependi, 1792 – São Simão, 1864), em 1856, dividida por cerca de 15 herdeiros, acabou adquirida por apenas dois latifundiários: Martinico Prado, entre 1879 e 1893, e Henrique Dumont (Diamantina, 1832 – Rio de Janeiro, 1892), entre 1880 e 1887⁴³. Se por um lado, entretanto, a família Reis entrou em declínio, por outro lado, a família Junqueira diversificou os conflitos por suas propriedades em diversas regiões da província – celeiro de coronéis e latifundiários.

A violência não se dava apenas pela acumulação de propriedades. Reiteradamente, houve conflitos de terras e demais pendengas políticas, mesmo entre os benfeitores locais. Em meio a tais enfrentamentos, o Bispado de São Paulo exigia um patrimônio mínimo (terras) para amenizar a sua dependência para com o Padroado, oferecendo condições para que a igreja e o seu capelão pudessem se sustentar. Reiteramos que nos tempos de Pedro II e igualmente, antes dele, desde o Renascimento, os reis de Portugal eram soberanos não apenas nas questões de Estado, mas também do Catolicismo enquanto religião oficial. Por certo, haveria ainda uma influência na organização do perímetro urbano com a doação de terras, além das demais questões administrativas cotidianas. No Padroado dos tempos do Império, a Igreja dependia da Sua Majestade Imperial – ainda que compartilhasse a responsabilidade com as assembleias provincianas – para a construção e manutenção das suas casas sacras e pagamento da cômputa aos seus clérigos. Assim, a responsabilidade do Estado nas nomeações administrativas na Igreja implicava ingerências políticas.

Além disso, segundo Thomas Charles Bruneau,

durante o pontificado de Pio IX⁴⁴, a situação da Igreja no Brasil revelou indícios de mudanças nas atitudes dos bispos e padres, que assumiram uma postura mais alinhada com a política da cúria romana (...). A postura de

⁴³ *Apud* GARCIA, 2013, p. 97-101.

⁴⁴ Giovanni Maria Mastai-Ferretti (Senigallia, 1792 – Roma, 1878), papa de 1846 a 1878.





bispos brasileiros contra membros da maçonaria, instituição condenada pelo Vaticano, provocou um choque entre a elite política local, as atitudes do imperador D. Pedro II e a Igreja⁴⁵.

Ainda que, na América Portuguesa, desde a ereção do Bispado Primaz da Bahia, no século XVI, ocorressem casos reiterados de desentendimento entre bispos e governadores quanto à jurisdição nos mais diversos processos, os conflitos no século XIX, mais que meras questões internas nos centros da monarquia colonial, já envolviam padres contra burgueses anticlericais até mesmo nas menores freguesias – a nossa Ribeirão Preto contemplou episódios invulgares desses conflitos⁴⁶.

Aqui, quando o Padroado já exalava os seus últimos suspiros, o Bispado de São Paulo exigiu, em 7 de outubro de 1852, que as terras para o patrimônio da capela e a meio, cento e vinte mil réis (120\$000⁴⁷), possam render por ano cinco mil réis (5\$000⁴⁸) para os juizamentos da mesma, além de quaisquer vínculos hereditários pendentes ou de dívidas⁴⁹. Nestes termos, as condições oferecidas em 1852 não atingiram a meta.

Ilustrando tal insucesso, há várias petições em 1852 – como essa abaixo, assinada por Manuel de Nazaré Azevedo (São Bento do Cajuru, 1813 – Ribeirão Preto, 18??) e dois cunhados seus, os igualmente endinheirados irmãos Antônio Soares de Castilho⁵⁰

⁴⁵ *Apud* FREITAS, 2006, p. 17.

⁴⁶ Desde a Assembleia Nacional (*Assemblée nationale*) instaurada em Paris, em 1789, quando girondinos se sentavam à direita e jacobinos à esquerda, convencionou-se dividir as militâncias político-partidárias em dois grandes blocos. De lá para cá, observam-se variantes, mas ainda assim é possível traçar pelo menos três perfis fundamentais. Aqueles à esquerda defendem os direitos sociais e a dignidade no seu mundo da vida de uma maioria de pobres. Aqueles ao centro, de modo algum confiáveis, tendem a acompanhar o bloco majoritário do momento – daí o fisiologismo oportunista ser a sua característica mais evidente. E quanto mais à direita, mais defende os interesses particulares de uma minoria de opressores. No Brasil, desde a segunda metade do século XIX, já tivemos intelectuais de esquerda: Luís Gama (Salvador, 1830 – São Paulo, 1882), Machado de Assis (Rio de Janeiro, 1839-1908), Tobias Barreto (Vila de Campos do Rio Real, 1839 – Recife, 1889), Castro Alves (Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, 1847 – Salvador, 1871), Joaquim Nabuco (Recife, 1849 – Washington, 1910), Aluísio de Azevedo (São Luís, 1857 – Buenos Aires, 1913), Adolfo Caminha (Aracati, 1867 – Rio de Janeiro, 1897) e Lima Barreto (Rio de Janeiro, 1881-1922), entre outros. Naqueles tempos, Antônio Henrique da Fonseca talvez tenha sido o único militante de esquerda em Ribeirão Preto. Em julho de 1882, atuante no fórum da cidade, consta esse advogado provisionado (sem formação acadêmica) na promotoria interina da comarca. Sabemos que ele era “tenente do exército, capitão da Guarda Nacional, advogado provisionado dos auditórios desta villa” – A Província de São Paulo (jornal). São Paulo, 18 de julho de 1882, p. 1. Trata-se de um abolicionista que enfrentou os fazendeiros escravocratas em Araraquara (1883), Jacaré (1883) e Porto Feliz (1885). Em Ribeirão Preto, entretanto, a suposta polarização entre liberais e conservadores, bem como entre padres e maçons, sempre se restringiu a conflitos de interesses particulares entre dois blocos reacionários. Não houve uma esquerda política enquanto oposição articulada na cidade nem nos tempos do Império nem da Velha República.

⁴⁷ Equivalentes, hoje, a R\$ 64.200,00, aproximadamente. Àquela altura, um conto de réis ou 1.000\$000 (um milhão de réis) comprava um quilo de ouro – hoje, em 2025, aproximadamente R\$ 535.000,00.

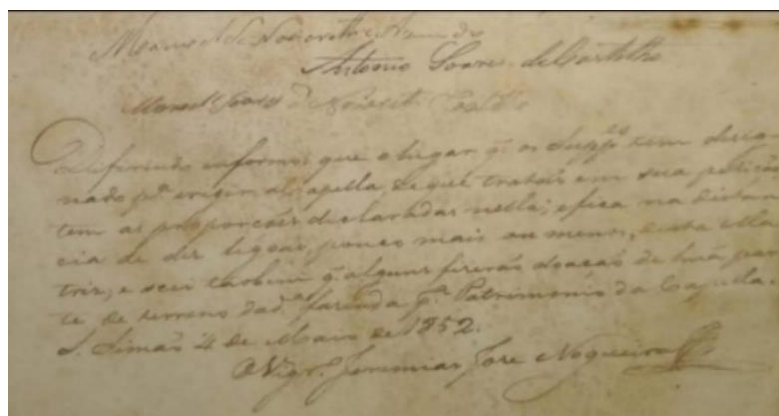
⁴⁸ Equivalentes, hoje, a R\$ 2.675,00, aproximadamente.

⁴⁹ Cf. EMBOABA [DA COSTA], 1955, p. 372.

⁵⁰ No seu segundo matrimônio, Antônio Soares de Castilho se casou com Senhorinha Maria de Nazaré (Franca, 1811 – Ribeirão Preto, 18??), irmã de Manuel de Nazaré Azevedo (cf. LAGES, 2010, p. 234).



(Mogi Guaçu, 180? – Ribeirão Preto, 1868) e Manuel Soares de Nazaré Castilho (Mogi Guaçu?, 1807 – Ribeirão Preto, após 1886)⁵¹.



[Assinaturas de] Manuel de Nazareth Azevedo / Antonio Soares de Castilho / Manoel Soares de Nazareth Castilho / Difirindo informo que o lugar q[ue] os Supp[licant]es tem designado p[ar]a exigir a Capella de que tratão em sua petição, tem as proporções declaradas nella; e fica na distancia de dez léguas, pouco mais ou menos, desta Matriz [de São Simão]; e sei tãobem q[ue] alguns fizerão doação de uma parte de terreno da d[ita] fazenda p[ar]a Patrimônio da Capella. S[ão] Simão 4 de Maio de 1852.

O Vig[ári]o Jeremias Joze Nogueira⁵².

Endereçado às autoridades provinciais ou eclesiásticas e pelo qual os primeiros habitantes (das Palmeiras à Barra do Retiro) reivindicam o reconhecimento das suas terras e argumentavam em prol do patrimônio da capela, este tipo de documento foi recorrente de 1845 até pelo menos 1869 – quando a capela foi finalmente curada – com relevância para os desdobramentos em 1856 e 1863. De fato, em 2 de novembro de 1845, nos “Autos do Patrimônio da Capela de São Sebastião no lugar denominado Bairro das Palmeiras”⁵³, um dos principais proprietários da Fazenda das Palmeiras, de nome José Mateus dos

⁵¹ Também irmã de Manuel de Nazaré Azevedo, Maria Antônia de Nazaré (Franca?, 1818 – Ribeirão Preto, 1872) no seu segundo matrimônio, casou-se com Manuel Soares de Nazaré Castilho (*ibidem*).

⁵² Além deste documento com a sua assinatura, consta o padre Jeremias José Nogueira nos “assentos de batismos, em 1844, no 1º Livro de Batizados da Matriz de São Simão e em documentos de 1851, como vigário da Freguesia de São Simão, quando se queixava ao Presidente da Província de São Paulo de dificuldades referentes ao recebimento da sua cônica. Em 1852, continua como vigário interino de São Simão, logo depois passando a vigário efetivo” (EMBOABA [DA COSTA, 1955, p. 368). Em 1855, ainda atua como vigário da Comarca Eclesiástica de São Simão (cf. PALMA, 2018, p. 7). Em 1856-1857, foi vigário encomendado em *Bethlem do Descalvado* – *Almanak Administrativo, Mercantil, e Industrial da Província de São Paulo para o anno de 1757* dos irmãos Marques. São Paulo, Typographia Imparcial, de J. R. de Azevedo Marques, 1856, p. 116. Residindo em São Simão, de fevereiro a outubro de 1857, foi também vigário em Pirassununga (cf. FOGUEL, 2017, p. 26). Em 1873, ainda respondia pela vara como vigário em São Simão – *ALMANAK – Província de São Paulo para 1873*. Organizado e publicado por Antônio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. São Paulo: Typographia Americana, 1873, p. 501. Em 1879, “foi exonerado do cargo de inspector da instrução publica do districto de Santa Rita do Passa Quatro” – *A Província de São Paulo* (jornal). São Paulo, 29 de maio de 1879, p. 2. O escrivão de órfãos e ausentes da Villa de Lençóis (atual Lençóis Paulista), Marcolino Pinto Cabral, noticiou que “filho do finado José Francisco Unhão” e “natural de Betuverava”, o padre Jaremiás José Nogueira “falleceu sem herdeiros presentes” – *Correio Paulistano* (jornal). São Paulo, 27 de maio de 1882, p. 3.

⁵³ Documento lavrado no cartório do escrivão interino do Juízo de Paz da Vila de Casa Branca – de acordo com a certidão de 23 de abril de 1852, fornecida por Manuel de Nazaré Azevedo (cf. GARCIA, 2013, p. 51).



Reis⁵⁴ (Batatais, 1815 – Ribeirão Preto, 1868), sobrinho de Vicente José dos Reis e filho do capitão Mateus José dos Reis, talvez tenha sido o primeiro a propor São Sebastião como padroeiro de uma capela local, tendo oferecido em doação quarenta mil réis (40\$000⁵⁵) – ainda que igualmente sem êxito. Observa-se que o Bairro das Palmeiras corresponderia, hoje, à Zona Leste da cidade – portanto, distante do atual centro. Os cronistas sinalizam a existência, naqueles tempos, de uma capela primitiva ou provisória também ali, nas Palmeiras – mas não conseguimos localizar onde foi construída nem o que restou dela.

Não obstante, os conflitos entre os posseiros eram reiterados nos anos de 1850: José Borges da Costa (Campanha do Rio Verde, 1793 – Ribeirão Preto, 1867) – um dos fazendeiros mais ricos àquela altura, casado com a viúva de Manuel José dos Reis e sogro de Manuel de Nazaré Azevedo – juntamente com Manuel Fernandes do Nascimento (Itajubá, 1816 – Ribeirão Preto, 1867) e Antônio Soares de Castilho, enfrentaram na justiça o dito Carvalhinho, Antônio José Teixeira Júnior, o qual era contrário à ereção da capela, pois temia a perda das suas terras. Apesar da continuidade dos desentendimentos, em junho de 1856, chegou-se à quantidade de terras exigidas – para que fossem doadas ao santo, no caso, o padroeiro São Sebastião – cujo processo jamais transcendeu a primeira instância.

José Antonio Rodrigues Mendes⁵⁶ (MG, 18?? – Casa Branca, 1871), então juiz municipal e de órfãos, 2º suplente do *termo*⁵⁷ de Casa Branca, em exercício na presente divisão por suspeição do 1º suplente, encontrando-se na Fazenda do Retiro, a 16 de junho de 1856, nomeou Manuel de Nazaré Azevedo, às pressas, como novo fabriqueiro para a

⁵⁴ O corpo de José Mateus dos Reis constou entre os primeiros sepultamentos no cemitério da Capela do Ribeirão Preto (cf. LAGES, 2010, p. 183) – atual Praça XV, quase esquina da Álvares Cabral com Duque de Caxias.

⁵⁵ Equivalentes, hoje, a R\$ 21.400,00, aproximadamente.

⁵⁶ Sabemos que, em 1820, atuava como escrivão da Câmara da Vila de Campanha da Princesa (Arquivo Público Mineiro / Casa dos Contos / Caixa 103 – 20515, Rolo 532) e, em 1840, atuou ainda como professor público de instrução primária na mesma vila – O Universal (jornal). Ouro Preto, 26 de fevereiro de 1840, p. 1. Aceitou “a desistência que faz dos officios de Escrivão de Orphãos da Villa da Casa Branca” – Correio da Tarde (jornal). Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1851, p. 1. Foi nomeado “Partidor do Juízo Municipal e Órphãos do Termo da Villa da Casa Branca” – Diário do Rio de Janeiro, 13 e 14 de abril de 1857, p. 1. Recebeu, no mesmo ano, a mercê do imperador Pedro II, numa portaria de João Carlos da Silva Telles (secretário de governo), “a serventia vitalicia do officio de partidor do juiso municipal e de orphãos do termo da villa da Casa Branca, e se lhe remete inclusa a nota de direitos e emolumentos que tem de pegar na secretaria de estado dos negócios da justiça” – Correio Paulistano, 20 de junho de 1857, p. 2. Consta que foi ainda suplente de vereador no Partido Governista e do cargo de delegado de Casa Branca – Correio Paulistano, 14 de fevereiro de 1869, p. 2. Morreu em 1871, no posto de serventuário vitalício dos officios de contador e partidor naquele termo – Diário de São Paulo, 1º de setembro de 1871, p.2.

⁵⁷ O termo – palavra que remonta ao Período Colonial – designava a abrangência territorial de uma vila (então município).





pretendida capela de São Sebastião – visto que o anterior, Antônio Gomes de Meireles, encontrava-se ausente⁵⁸. Nota-se que nenhuma autoridade da Igreja foi consultada para essa nomeação de última hora – um processo, portanto, sem o aval do poder competente: não há notícia de qualquer homologação eclesiástica.

Em 16 de junho de 1856, ficou decidido o local para edificação da capela à direita do Córrego do Retiro – hoje correspondente aos bairros de Jardim Paulista e Campos Elíseos. Eis que Manuel de Nazaré Azevedo, em 19 de junho de 1856, solicitava a alteração, ainda que igualmente provisória, para o local onde posteriormente se estabeleceria, de fato, o centro da cidade – entre as atuais avenidas Francisco Junqueira e Jerônimo Gonçalves. Esse documento contempla um detalhe curioso: o fabriqueiro chama o local de São Sebastião da Barra do Retiro. Ou seja, a data de 19 de junho não coaduna com o nome de Ribeirão Preto:

Ilustríssimo senhor Juiz Municipal [Jose Antonio Rodrigues Mendes]. Diz Manuel do Nazaré Azevedo, na qualidade de fabriqueiro e curador da capela de São Sebastião da Barra do Retiro que estando a proceder-se a divisão das terras onde a dita capela é interessada e o suplicante julgue como mais conveniente a bem do cômodo desta que o respectivo quinhão seja marcado entre os ribeirões do Retiro e Preto. Portanto, pede a V[ossa] S[enhoria] se digne mandar que os louvados divisores assim observem. Manuel do Nazaré Azevedo⁵⁹.

Tal requerimento do recém nomeado fabriqueiro recebeu, de imediato, despacho favorável do juiz 2º suplente: “Apresente-se aos louvados divisores que deverão atender na forma requerida. Fazenda do Retiro, 19 de junho de 1856. [José Antônio] Rodrigues Mendes”⁶⁰. Juiz e fabriqueiro, por certo, atuaram mancomunados na resolução das diversas demandas – foram os dois, talvez, protagonistas de todo o processo.

Curiosamente, temos a notícia de que o dito juiz assistente de primeira instância, José Antonio Rodrigues Mendes, também atuou como compositor e cantor em Casa Branca, por ocasião dos festejos de uma vitória brasileira na Guerra do Paraguai, pela “rendição dos selvagens paraguayos na Uruguayana”, onde se lê que “depois de entoar com a sua sonora voz um *hymno*, que *ad rem*⁶¹ tão engenhosamente compôz, convidou a todos para estarem em sua casa, onde obsequiou-nos com cerveja”⁶². Ainda assim, mesmo

⁵⁸ O dito fabriqueiro Antônio Gomes de Meireles “não chegou a exercer o seu mandato, nomeado que foi, judicialmente, pelo Juiz Vicente Ferreira de Silos Pereira [de Casa Branca], a 22 de agosto de 1853, deixando de comparecer aos atos judiciais de 1856, apesar de ser para isso notificado, consoante o assinalava, a 16 de junho de 1856, o escrivão Manuel Rufino Arantes” (EMBOABA [DA COSTA], 1955, p. 419-420).

⁵⁹ *Op. cit.*, p. 391.

⁶⁰ *Ibidem*.

⁶¹ Especialmente para a ocasião.

⁶² Correio Paulistano (jornal). São Paulo, 14 de novembro de 1865, p. 3.





com uma notícia não apenas de *práxis*, mas também de *poíesis* musical descrita entre os seus *hobbies*, não podemos incluí-lo como personagem artístico neste livro da música em Ribeirão Preto. Na história da nossa cidade, José Antonio Rodrigues Mendes não foi além de um juiz 2º suplente, ainda que tenha assinado o ofício posteriormente consagrado como principal efeméride da cidade – graças à citada articulação conjunta com o fabriqueiro Manuel de Nazaré Azevedo.

Essa documentação de 19 de junho foi despachada da própria Fazenda do Retiro, nas casas de morada do próprio fabriqueiro Manuel de Nazaré Azevedo, onde o juiz José Antonio Rodrigues Mendes se encontrava hospedado e estabeleceu a divisão das terras entre os posseiros em litígio. As doações à capela, entretanto, seriam mencionadas somente no documento do dia seguinte. Ainda assim, o 19 de junho acabou sendo considerado, oficialmente, o dia de fundação da cidade⁶³. As determinações do juiz 2º suplente, José Antonio Rodrigues Mendes, foram homologadas em sentença definitiva pelo juiz municipal dos termos reunidos de Casa Branca e Mogi Mirim, Delfino Pinheiro de Ulhôa Cintra⁶⁴ (Jacuí, 1807 – Mogi Mirim, 1874), em 6 de setembro de 1856⁶⁵.

Eis o resumo da ópera: o despacho de 19 de junho de 1856 se encerra na Cabeça da Comarca (Casa Branca), em 6 de setembro de 1856, sem qualquer continuidade nas instâncias superiores da Igreja ou do Governo Civil, nem constando o nome Ribeirão Preto no processo àquela altura.

Não há, no Brasil, critérios definidos para se estabelecer as efemérides com as quais se comemoram o aniversário de uma cidade. Uma data de fundação, contudo, restrita à iniciativa de alguns posseiros em legalizar as suas terras, apaziguando litígios – sem intenção expressa de estabelecerem capela curada, freguesia nem vila – não deixa de ser, curiosamente, talvez a única circunstância no país. As maiores autoridades, naquele contexto, encontravam-se aquém das dimensões tanto do Bispado como da Província. Ou seja, com a data de 19 de junho de 1856, comemoramos, em meio a confrontos de terras,

⁶³ Câmara Municipal de Ribeirão Preto: Lei nº 386, de 24 de dezembro de 1954.

⁶⁴ Formou-se na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em São Paulo, em 1834, onde, provavelmente, estudou latim com André da Silva Gomes, o mestre de capela da Sé paulistana. Foi eleito deputado na Assembleia Provincial de São Paulo em várias legislaturas (1838-1839, 1844-1845, 1850-1851, 1858-1859 e 1862-1863). “Foi, de 1852 a 1853, promotor público em Mogi-Mirim e, dessa época até 1864, juiz municipal e de órfãos” (EMBOABA [DA COSTA], 1955, p. 404) – tendo atuado ali também como inspetor da instrução pública – bem como “deputado provincial, e advogado na capital de S. Paulo, juiz municipal em Jacarehy, promotor publico da 7ª comarca [compreendendo Franca do Imperador, Batataes e Casa Branca] em 1852, juiz municipal de Mogy-mirim em 1854” (*Memorial Paulistano para o Anno de 1863*. São Paulo: Typographia Imparcial de J. R. de A. Marques, 1862, p. 111).

⁶⁵ EMBOABA [DA COSTA], 1955, p. 404.





a sentença de um juiz 2º suplente, homologada por um juiz de primeira instância, estabelecendo as divisões no local chamado São Sebastião da Barra do Retiro.

Não obstante, em 15 de julho de 1856, no último despacho do citado José Antonio Rodrigues Mendes, este juiz 2º suplente pressupôs ainda, enquanto não fosse confirmada a sua função pela Igreja, que Manuel de Nazaré Azevedo continuaria

figurando na qualidade de fabriqueiro da nova capela com o orago de São Sebastião do Ribeirão Preto (...), empregando todo zelo, atividade e vigilância na guarda do terreno doado para Patrimônio da mesma capela, não consentindo que se estrague e se usurpe⁶⁶.

Contudo, não há notícia quanto à legalização posterior do processo: Manuel de Nazaré Azevedo jamais se confirmou como fabriqueiro, ainda que a construção de uma capela primitiva ou provisória talvez tenha se iniciado por volta de 1856. Como o Bispo em nenhum momento foi consultado àquela altura, o processo todo nos faz lembrar da Copa de 1958, quando, após a preleção de Vicente Feola para o jogo da Seleção Brasileira contra a União Soviética, um incrédulo Garrincha ponderava junto ao técnico: mas já foi combinado com os russos? Ou seja, no caso das deliberações do juiz 2º suplente para a demarcação da capela em São Sebastião da Barra do Retiro, alguém combinou com o bispo? Tanto foi assim que, só a partir de 1867, sob a supervisão do bispo, todo o processo do patrimônio seria refeito, mediante edital público e regularização das doações.

Manuel Fernandes do Nascimento, devidamente oficializado pelo Bispo de São Paulo, será o próximo fabriqueiro tão somente a partir de 1859⁶⁷. Também o nome de Ribeirão Preto, por mais de uma década, ainda não constou definitivamente de modo oficial. Observa-se, na documentação histórica, um hiato entre 1856 e 1859. Sequer se demarcava, àquela altura, o local onde seria construída, de fato, a futura Capela que se tornará Matriz. Ocorreu antes, provavelmente do outro lado da praça, a construção de uma capela primitiva ou provisória – sobre a qual pouco se sabe. Aliás, por sua efemeridade, pouco se pode esperar do que tenham sido o empreendimento e a manutenção daquela capelinha. Por certo, não lograram êxito os pretendidos zelo e vigilância. Finalmente, quanto à constituição do patrimônio de São Sebastião, se a pretensão católica na devoção dos doadores ao santo mártir fosse prioritária àquela altura, em 1856, a sua Capela de fato – a segunda a ser construída – não tardaria, por parte do Bispo de São Paulo:

⁶⁶ *Op. cit.*, p. 402-403.

⁶⁷ Cf. GARCIA, 2013, p. 208. Manuel Fernandes do Nascimento foi nomeado fabriqueiro, pelo bispo Antônio Joaquim de Melo, em 13 de agosto de 1859 (cf. EMBOABA [DA COSTA], 1955, p. 411).





- Cerca de sete anos para ter a sua área reconhecida, em 28 de março de 1863⁶⁸ – para Plínio Travassos dos Santos (Cravinhos, 1886 – Ribeirão Preto, 1966), esta deveria ser a data da fundação da cidade. O fundador do Museu do Café não estava de todo errado;

- Cerca de 11 anos para a nova proposta de patrimônio pelo Bispado de São Paulo, quando se elevou, em 1867, de cinco mil réis (5\$000⁶⁹) para seis mil réis (6\$000⁷⁰) a exigência para que se rendesse ao menos por ano para a fábrica da capela⁷¹;

- Cerca de 11 anos para a nova demarcação de terras para o Patrimônio mediante edital público, agora sob supervisão do bispo de São Paulo, em 1867.

- Cerca de 12 anos para o seu patrimônio ter sido constituído, em 2 de janeiro de 1868⁷² e só então abençoada, em 25 de março de 1868⁷³;

- Cerca de 13 anos para receber o seu primeiro capelão curado, em 26 de novembro de 1869⁷⁴;

- Cerca de 14 anos para que o então distrito de São Simão fosse elevado à condição de freguesia, por parte do Governo da Província, em 2 de julho de 1870;

- Cerca de 18 anos para ter a sua Câmara dos Vereadores instalada, em 4 de junho de 1874;

- Cerca de 22 anos para atingir as condições dignas ou minimamente estruturais do seu espaço físico enquanto Igreja Matriz – ainda assim, graças aos recursos oriundos da Assembleia Legislativa, em 1878.

O *Almanach da Província de São Paulo* (1887) reitera, com alguns novos detalhes, o que constava do livro do *Tombo da Parochia do Ribeirão Preto* (1885): em 1863, demarcou-se “o terreno mais alto e mais apropriado para nelle ser levantada a ermida, no lugar denominado Barra do Retiro, que mais tarde tomou o de Ribeirão Preto”⁷⁵.

⁶⁸ Este documento foi assinado pelo padre Manuel Eusébio de Araújo (EMBOABA [DA COSTA], 1955, p. 416) – corroborando a crônica *O Município e a Cidade de Ribeirão Preto* (1922, p. 7-9) de João Rodrigues Guião (Valença, 1866 – Ribeirão Preto, 1957).

⁶⁹ Equivalentes, hoje, a R\$ 2.675,00, aproximadamente.

⁷⁰ Equivalentes, hoje, a R\$ 3.210,00, aproximadamente.

⁷¹ EMBOABA [DA COSTA], 1955, p. 420.

⁷² *Op. cit.*, p. 430 – sentença do Dr. Joaquim Manuel Gonçalves de Andrade, vigário geral.

⁷³ *Ibidem*.

⁷⁴ Livro do *Tombo da Parochia do Ribeirão Preto* (1885), p. 7r. – Arquivo da Catedral de São Sebastião de Ribeirão Preto – neste documento, por engano, trocou-se 1869 por 1868.

⁷⁵ *Almanach da Província de São Paulo – Administrativo, Industrial e Commercial para 1887*. Fundado e organizado por Jorge Seckler. V Anno. São Paulo, Jorge Seckler, 1887, p. 477.





Mas quando exatamente se deu esse mais tarde? – ou seja, quando a Barra do Retiro passou a ser Ribeirão Preto? Quando foi iniciada as construções da primeira capela primitiva ou provisória (a capelinha) e da segunda capela (que se tornou depois Matriz)?

Ainda que o Ribeirão Preto já houvesse sido mencionado – nas palavras de Osmani Emboaba da Costa, enquanto “acidente geográfico mais importante da região” – o futuro nome, ainda assim, não obteve um consenso imediato. Portanto, em função do acidente geográfico e nada mais, o nome Ribeirão Preto consta das petições de Manuel Fernandes do Nascimento em nome do “mártir São Sebastião para seu patrimônio, a fim de edificar uma capela, sendo o senhor padroeiro”, nos dias 12, 13 e 14 de março de 1852, elencando vários doadores e tendo como testemunhas João Alves da Silva Júnior, Manuel de Nazaré Azevedo, Mariano Pedroso de Almeida e José Mateus dos Reis⁷⁶.

Já no posto de fabriqueiro, em 23 de agosto de 1859, Manuel Fernandes do Nascimento cita a “aplicação de São Sebastião do Ribeirão Preto”⁷⁷, ainda que prevaleça o santo “mártir de São Sebastião da Barra do Retiro”, tal como consta do recibo também seu, de 26 de agosto de 1861⁷⁸. Ao longo das décadas de 1850 e 1860, ambos os nomes são encontrados nos documentos aqui ou ali, sem que houvesse uma oficialização segura ou mais definitiva. De fato, entre 1856 e 1869, nos tempos dos padres Jeremias José Nogueira (Minas Gerais ou Betuverava?, 18?? – Vila de Lençóis, 1882) e Francisco Belleza⁷⁹, ambos vigários de São Simão, o lugarejo ainda era denominado São Sebastião da Barra do Retiro.

Em 1858, o padre Jeremias José Nogueira, juntamente com João Inácio de Carvalho (“official mestre carapinteiro, e de primeiras letras – homem velho, probo e, official trabalhador”) e Joaquim dito Ferreiro (“negociante e official de ferreiro, maior de quarenta annos”) sofreram embates com o então subdelegado de São Simão⁸⁰, o capitão

⁷⁶ Cf. EMBOABA [DA COSTA], 1955, p. 365-367.

⁷⁷ *Op. cit.*, p. 412.

⁷⁸ *Op. cit.*, p. 414.

⁷⁹ Há notícia do padre português Francisco Belleza na Freguesia de Provesende doando roupas para o Ministério da Guerra de Portugal – Gazeta de Lisboa, 14 de junho de 1833, p. 762. No Brasil, exerceu “o cargo de capellão do curado de Monte Sião”, depois nomeado reverendo padre da Paróquia de São Simão – Diário de São Paulo, 23 de junho de 1868, p. 2. Tal nomeação, em meio aos negócios eclesiásticos do Ministério do Império, por ser sacerdote estrangeiro, foi aprovada somente em 14 de setembro de 1869 – O Apostolo (jornal). [Rio de Janeiro], 19 de setembro de 1869, p. 2.

⁸⁰ Essa notícia não remonta aos assuntos religiosos nem provinciais, mas sim aos fatos policiais. O então subdelegado do Distrito de São Simão, Gabriel de Souza Diniz Junqueira, “morando na sua fazenda [do Ribeirão Preto] em distancia de quatorze legoas mais ou menos”, foi acusado de proteger jagunços na condição de seus agregados, tanto na sua fazenda como dos seus colegas, além de agir de modo mancomunado com os demais agentes públicos daquele distrito, como é o caso do “subdelegado 1º suplente (quasi sempre em exercício) do mesmo districto de S[ão] Simão, Manoel Candido Villella”, perseguindo, entre outros, o carpinteiro (João Inácio de Carvalho) e o ferreiro (Joaquim), para que fossem





Gabriel de Souza Diniz Junqueira⁸¹ (São Simão, 1816 – São Gonçalo do Sapucaí, após 1874), por intermédio do seu assistente, o mineiro Manuel Cândido Vilela (Aiuruoca, 1815 – Fazenda da Prata em São Simão, 1873), o subdelegado suplente⁸². E qual teria sido o motivo das desavenças?

recrutados injustamente, bem como ameaçando o padre (Jeremias José Nogueira) – tudo isso por ocasião das obras na capela. Ambos velhos para o exército, o carpinteiro conseguiu se safar do recrutamento, mas o ferreiro foi preso e remetido a São Paulo e depois ao Rio de Janeiro – *Correio Paulistano* (jornal). São Paulo, 15 de outubro de 1858, p. 3.

⁸¹ Vereador da Câmara Municipal de Casa Branca, com mandato de 1842 a 1844 – *Correio Paulistano* (jornal). São Paulo, 23 de janeiro de 1891, p. 1 – Gabriel de Souza Diniz Junqueira, também comendador, subdelegado e major (antes capitão), foi um dos fazendeiros mais ricos de Ribeirão Preto no século XIX. Em 27 de dezembro de 1873, juntamente com Antonio Caetano de Oliveira, vigário Angelo José Philidory, Antonio Custódio Braga e Antonio Alves Pereira Campos, foi nomeado membro da Comissão Censitária do Recenseamento em Ribeirão Preto – *Diário de São Paulo*, 31 de dezembro de 1873, p. 3. Em 1875, por decreto (nº 107) da Assembleia Legislativa Provincial, a Fazenda de Santa Maria, na então Estrada do Lageado, da sua viúva Maria Cláudia Nogueira, no Município de Ribeirão Preto, passou a pertencer ao Município de São Simão – *Diário de São Paulo*, 27 de maio de 1875, p. 1. Herdou parte da Fazenda do Lageado da sua mãe, Ana Claudina Diniz Junqueira – terras que foram adquiridas depois por Henrique Dumont e Martinico Prado (cf. GARCIA, 2013, p. 98-99). Comprou ainda, em 1870, parte da Fazenda Laureano de Antônio José Teixeira Júnior, o dito Carvalhinho (cf. EMBOABA [DA COSTA], 1955, p. 357), posteriormente adquirida por Francisco Schmidt. Seus negócios se expandiam por várias localidades na Alta Mogiana.

⁸² Além de se manter “1º suplente de subdelegado” quase sempre em exercício, pelo menos desde 1858, Manuel Cândido Vilela já acumulava a função de juiz de paz e presidente da eleição na Freguesia de São Simão, de 7 a 10 de setembro de 1864. Ex-conservador, agora liberal, o fisiológico Vilela foi acusado de uma “nojenta farça” na eleição, cuja “apuração foi a mais fraudulenta e arbitrária”. Ele estaria mancomunado com o subdelegado de polícia, Francisco Maximiano Diniz Junqueira, dito “Chico do Lageado” por conta do nome da sua fazenda, “tenente-coronel chefe de estado maior da guarda nacional (que vergonha, antes era alferes, e nem isso merecia)” que “ameaçava os officiaes da guarda, prometia patentes aos ambiciosos”, e com o “padre Antonio José de Castro, vigário da parochia, e um estado-maior de capangas e peraltas!”. Segundo consta, “antes da eleição”, atuando como suplente de subdelegado em exercício além de juiz, “andou Vilela com officiaes de justiça ameaçando o povo pelos quarteirões: o recrutamento,” – a mesma estratégia empregada, em 1858, contra os citados carpinteiro e ferreiro da capela primitiva de Ribeirão Preto – “serviços oppressivos, processos injustos, taes eram as ameaças do renegado contra seus antigos correligionarios os conservadores. O vigario Castro atroava os ouvidos do povo com toda sorte de impopérios contra os conservadores e fazia sua propaganda de casa em casa, nas cappelas do Ribeirão Preto e Santa Rita” (...) “O padre Antonio até disse publicamente que havia de comer as cabeças de seis conservadores! Oh, se o Sr. bispo [Antônio Joaquim de Melo] soubesse quem é o vigario de São Simão, já nos teria livrado dele! Porém parece que ha um máo gênio que tudo occulta a S. Ex[celência], ha pouco tempo a câmara municipal deste termo [de São Simão] representou ao Sr. bispo contra esse máo padre; o vigário da vara, o digno padre Jeremias [José] Nogueira o mesmo fez, porém não houve a menor providencia e o padre alardeia que o bispo não tem força para o tirar desta infeliz parochia” – *Constitucional* (jornal). Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1864, p. 2 e 3. Tais denúncias foram reiteradas na ordem do dia de 18 de março de 1865 da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo. Vilela foi novamente acusado, em conluio com o padre Antonio José de Castro, de interferência ilegal no encaminhamento das eleições, “cuja mesa fez introduzir na urna uma quantidade de cédulas muito superior ao numero dos votantes”. Os deputados pretendiam “chamar a atenção do governo da provincia sobre os excessos da policia de S[ão] Simão [do dito Vilela], e a do ex[celentíssimo] bispo diocesano sobre o procedimento do vigario Antonio José de Castro”, cujas “más paixões” provam que “em vez de ser aquelle vigario o ministro de Deos, parece antes o alliado de Satanaz” – *Correio Paulistano* (jornal). São Paulo, 29 de março de 1865, p. 2. Tais críticas lograram êxito: esse padre, Antonio José de Castro, em 1867, foi substituído pelo vigário Miguel Martins da Silva, tanto na Instrução Pública como na Paróchia de São Simão – *Correio Paulistano* (jornal). São Paulo, 13 de dezembro de 1867, p. 1. Por fim, em 1873, ainda em São Simão, temos notícia de que Manuel Cândido Vilela terminou os seus dias como “criador de gado vaccum” – *ALMANAK – Provincia de São Paulo para 1873*. Organizado e publicado por Antônio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca.





Porque os mesmos indivíduos [Carvalho, o carpinteiro; Joaquim, o ferreiro] se não quizerão prestar como instrumentos de vindictas particulares, que os subdelegados suplentes [Gabriel de Souza Diniz Junqueira e Manuel Cândido Vilela] tinham a pôr em execução contra o reverendíssimo vigário da vara Jeremias José Nogueira, e porque cooperavam para a construção de uma capella na nova povoação de São Sebastião da Barra do Retiro⁸³.

A indignação do capitão Gabriel de Souza Diniz Junqueira seria por conta da construção da capela primitiva ou provisória? Haveria outro motivo? Não sabemos. Em todos os casos, o vigário da vara, Jeremias José Nogueira, ausentou-se de São Simão para escapar das ameaças:

Um só facto basta para dar idéa do estado d'aquella freguesia [de São Simão], e é o seguinte: o subdelegado [Gabriel de Souza Diniz Junqueira] levou o cynismo ao ponto de tentar contra a vida do vigário de S[imão] Simão, Jeremias José Nogueira, obrigando-o por esta fôrma á abandonar a freguesia, que se acha até hoje sem vigário por não haver quem se queira sujeitar á iguaes violências⁸⁴.

Voltando à questão da primeira capelinha na Praça XV, João Inácio Carvalho (carpinteiro) e Joaquim (ferreiro) estariam trabalhando no seu acabamento, atendendo às iniciativas do padre Jeremias José Nogueira? Por certo, a citada notícia do jornal da época corrobora tal hipótese. Segundo Osmani Emboaba da Costa,

A existência de tal capela é comprovada por um requerimento deferido (...), transladado na ata de 5 de agosto de 1882, da Câmara Municipal: “Requerimento de Abedenago do Nascimento pedindo a esta Câmara conceder terreno no pátio da Matriz e no quarteirão em que existia a antiga capelinha, visto a enorme extensão do pátio da Matriz e deficiência dos terrenos do patrimônio por aforamento”. O pátio em questão compreendia a quadra Visconde de Inhaúma, General Osório, Cerqueira César e Duque de Caxias estando a capelinha situada na quadra compreendida pelas ruas Barão do Amazonas, General Osório, Cerqueira César e Duque de Caxias, com frente para a atual Praça Rio Branco e no centro dessa quadra⁸⁵.

Segundo o cronista ribeirãopretano, nesta capelinha, houve registros, em 1859, do padre Antônio José de Castro⁸⁶, então vigário da vara de São Simão.

Também um ano após a notícia da cooperação do ferreiro e do carpinteiro na construção da capela primitiva ou provisória, o recém nomeado fabriqueiro Manuel Fernandes do Nascimento já reivindicava, na sua citada petição de 23 de agosto de 1859,

São Paulo: Typographia Americana, 1873, p. 502 – transcendendo da cultura da fraude eleitoral para a cultura do boi.

⁸³ Correio Paulistano (jornal). São Paulo, 15 de outubro de 1858, p. 3.

⁸⁴ Correio Paulistano (jornal). São Paulo, 12 de agosto de 1858, p. 2.

⁸⁵ EMBOABA [DA COSTA], 1955, p. 410.

⁸⁶ *Op. cit.*, p. 414. Osmani Emboaba da Costa anota “Antônio Pires de Castro” – e não Antônio José de Castro, mas se trata, seguramente, de um erro.





junto ao bispo de São Paulo, Antônio Joaquim de Melo⁸⁷ (Itu, 1791 – São Paulo, 1861),
autorização para

ter nesta capela pia batismal e *faculdade*⁸⁸ para que se possa administrar todos os sacramentos, [por conta de] muita dificuldade em cumprirem os preceitos da Santa Igreja e receberem os Sacramentos pela distância que se acha esta capela de sua Matriz [de São Simão], como Vossa Excelência Reverendíssima não ignora e desejando para o bem de suas almas, a consolação espiritual⁸⁹.

Pela primeira vez, temos uma iniciativa aparentemente extrínseca aos conflitos entre posseiros e demais litígios políticos. Trata-se de um documento interno da Igreja: uma reivindicação do fabriqueiro oficialmente designado junto ao bispo, para que a capela primitiva da comunidade, cuja obra talvez já estivesse concluída, pudesse funcionar cumprindo, de modo minimamente digno, os rituais católicos. Cabe ressaltar que Manuel Fernandes do Nascimento conseguiu viabilizar um abaixo assinado incluindo as principais lideranças locais:

Luis Antônio de Oliveira, Manuel Soares de Castilho, José Borges da Costa, Antônio Borges da Costa, Fidelis Antônio de Oliveira, Antônio Batista de Carvalho, Francisco Ferreira de Freitas, José Dias de Oliveira, Francisco Antônio do Nascimento, José Antônio Ferreira, Antônio Joaquim de Oliveira, Joaquim Venâncio Valim, Mateus dos Reis Azevedo, Joaquim Aleixo de Oliveira Silva, Joaquim Gonçalves Manso, João Alves da Silva Júnior, Cassiano Nogueira Terra, Sebastião Antônio da Costa, Miguel Antônio da Rosa, Antônio Alves Pereira de Campos, Bernardo Alves Pereira, Manuel Luís Ferreira, Timóteo Dias do Nascimento, Antônio Jacinto de Almeida, Felisbino da Silva e Souza, Manuel José da Costa, José Antônio da Silva, Manuel Antônio da Silva, Alexandre Antônio Maciel, Joaquim Antônio da Silva, José Teixeira da Silva, João Inácio de Souza, Mateus Luís de Pontes, Cassiano de Oliveira e Silva, João Pedro da Silva, Joaquim João Garcia, Francisco Luís de Souza, Francisco Ro[drique]s de Souza, Miguel Bezerra dos Reis, Manuel de Nazaré Azevedo, Filisbino Bezerra dos Reis e Valério Domingos⁹⁰.

Em meio ao processo de fundação que duraria mais de uma década, em 2 de novembro de 1869, ainda que o “seu futuro parece que promete alguma coisa porque já tem mais de três mil almas (...) e está situada no meio de boas culturas”, também o novo vigário São Simão, Francisco Belleza – assinando como “vigário encomendado” – chamou de “Capela do São Sebastião da Barra do Retiro”, mesmo prestes a ser curada,

⁸⁷ Primeiro bispo brasileiro de São Paulo (na função de 1851 a 1861), Antônio Joaquim de Melo foi discípulo, em Itu, do compositor, arquiteto, poeta e pintor Jesuíno do Monte Carmelo – frei carmelita chamado Francisco de Paula Gusmão (Santos, 1764 – Itu, 1819).

⁸⁸ Competência, autorização de mérito.

⁸⁹ EMBOABA [DA COSTA], 1955, p. 412.

⁹⁰ *Op. cit.*, p. 412-413.





quando o caminho já havia sido encurtado para “oito e meia a nove léguas” até a Matriz de São Simão⁹¹.

Segundo Valéria Eugênia Garcia,

A linha memorialista, liderada por Osmani Emboaba, é usada como fonte primária, pois abre um caminho profícuo ao buscar legitimar para o amplo processo de apossamento desenrolado em parte pela divisão judicial das fazendas do Retiro⁹² e Barra do Retiro⁹³. Parcelamento territorial viabilizado pela doação de uma gleba feita em nome de São Sebastião, estabelece a conexão indelével entre acumulação fundiária e desenvolvimento urbano. O Patrimônio de São Sebastião constituído pela sentença despachada a 19 de junho de 1856, nas letras de Osmani Emboaba da Costa, é a certidão de nascimento da comunidade do Ribeirão Preto⁹⁴.

Também nas letras de Martinico Prado, desde 1877 pelo menos, o ano de 1856 já havia sido definido para a fundação de Ribeirão Preto – ainda que não houvesse tal nome consolidado nas fontes primárias da fundação. O latifundiário paulistano, além de Luiz Antônio da Cunha Junqueira⁹⁵ (São Simão, 1847 – Ribeirão Preto, depois de 1890), nomeou cinco entre os seus principais fundadores e benfeitores:

Pernoitei em casa do sympathico sr. Luiz da Cunha Junqueira, e no dia seguinte, acompanhando ainda aguas do [Córrego do] Retiro, cheguei á villa do Ribeirão Preto. Está situada n'um logar alegre e com proporções a vir a ser uma linda povoação. Banham-na as aguas do Ribeirão Preto e do Retiro, e está a villa a 670 metros acima do nível do mar. Foi fundada em 1856 por José Borges da Costa, Manoel Fernandes do Nascimento, João Alves Primo, já falecidos, que fizeram doação do patrimonio, e também por Antonio Alves Pereira e Bernardo Alves Pereira, que ainda existem. O

⁹¹ *Op. cit.*, p. 436.

⁹² A antiga Fazenda do Retiro corresponde hoje, desde a Vila Virgínia, a toda uma Zona Sul ampliada de Ribeirão Preto, incluindo Bonfim Paulista.

⁹³ Também situada no que seria hoje a Zona Sul da cidade, mas mais próxima ao centro, a Fazenda Barra do Córrego do Retiro abrangia dimensões menores que a Fazenda do Retiro. Contudo, entre as duas fazendas, a divisão se deu por meio de litígios judiciais: “O *comuni dividendo* do Retiro e Barra do Retiro tramitou na Comarca de Mogi Mirim, instalada a 17 de julho de 1852” (cf. GARCIA, 2013, p.123).

⁹⁴ *Op. cit.*, p. 33.

⁹⁵ Vereador, coronel da guarda nacional, delegado, latifundiário e presidente do Partido Conservador em Ribeirão Preto (até a sua renúncia por motivos de saúde, em 8 de agosto de 1887), Luis Antônio da Cunha Junqueira – a cidade de Luis Antônio carrega o seu nome em homenagem – fundou, em outubro de 1884, em conjunto com Rodrigo Pereira Barreto e Henrique Dommont, entre outros fazendeiros locais, o “Club da Lavoura e Commercio” em Ribeirão Preto, uma espécie de bancada ruralista *avant la lettre*, com a finalidade “de combater a propaganda abolicionista, inaugurada pelo Governo Geral”, além de outros interesses corporativos. Por conta desse perfil de poder, à época, argumentava-se contra o fim da escravidão, pois desvalorizaria as ações do Banco do Brasil e demais papeis de crédito, gerando desconfiança geral. O capital iria se retrair e o espírito de empresa desapareceria, bem como as economias nacionais emigrariam do nosso país para alimentar o trabalho e as indústrias de outros povos. A queixa dos conservadores era ainda que o comércio sofreria avultados prejuízos, por conta da depressão geral de valores – A Justiça (jornal). Franca, 12 de outubro de 1884, p. 2; e 5 de novembro de 1884, p. 3. Tentando adiar a abolição, em 1888, Luis Antônio da Cunha Junqueira prometia libertar todos os seus escravos até o dia 31 de dezembro de 1888 – Correio Paulistano (jornal). São Paulo, 23 de fevereiro de 1888, p. 2. Na verdade, a brutal desumanidade se dá quando o ser humano é compreendido como um meio, e não como um fim – se assim nos permitem os leitores relembrar a velha perspectiva kantiana, sempre ignorada pela burguesia.





sr. Bernardo Alves é um dos homens mais populares do Ribeirão Preto e de grande prestígio entre o povo⁹⁶.

Salvador José Correia Coelho, por sua vez, na sua crônica de dois anos depois, em 1879, mencionou 1851 como ano da fundação. Apesar, talvez, da sua imprecisão quanto à data (a primeira tentativa documentada se deu em 1845 ou depois só em 1852, como vimos), também elencou Manoel Fernandes do Nascimento, desta vez encabeçando o rol de fundadores – sem mencionar Manuel de Nazaré Azevedo (cuja assinatura está presente nos principais documentos de 1852 e 1856, ainda assim só foi mencionado o seu sogro, José Borges da Costa) nem Manuel Soares de Nazaré Castilho (mas consta o irmão dele, Antônio Soares de Castilho). O cronista salientou a importância de dois amigos seus vivos àquela altura, entre os mais poderosos da vila: o coronel Bernardo Alves Pereira⁹⁷ (MG, 18?? – Ribeirão Preto, 1891) – que já havia sido citado por Martinico Prado – e o capitão Antonio Bernardino Velloso de Almeida⁹⁸ (Portugal, 18?? – Batatais?, 189?), reverenciados como benfeitores inaugurais da cidade:

Em junho de 1851, os cidadãos Manoel Fernandes do Nascimento, José Borges da Costa, Mariano Pedroso de Almeida, Antonio Soares de Castilho, João Alves da Silva Junior, Francisco José da Silva Onça e Antonio Maciel de Pontes, fundaram a povoação do Ribeirão-Preto. Os tres primeiros mencionados constituíram o patrimonio da nascente villa, doando-lhe cada um vinte alqueires de chão. Ulterior e nomeadamente o cidadão mineiro sr. Bernardo Alves Pereira e o nosso bom amigo sr. Antonio Bernardino Velloso tem dado impulso e desenvolvido os elementos que tendem à prosperidade do lugar⁹⁹.

Portanto, se Salvador José Correia Coelho noticiou 1851 como ano da fundação de Ribeirão Preto, por sua vez, Osmani Emboaba da Costa optou por 19 de junho 1856,

⁹⁶ A Província de São Paulo (jornal). São Paulo, 14 de outubro de 1877, p. 1 – citado também por AZEVEDO MARQUES, 1879, p. 134.

⁹⁷ Rico latifundiário mineiro radicado em Ribeirão Preto: vereador, fabricante, juiz, médico, boticário e líder político reacionário, ainda que um maçom anticlerical. Segundo Osmani Emboaba da Costa (1955, p. 413), Bernardo Alves Pereira, solteiro, deixou considerável fortuna como herança às suas três filhas: Preciliana, Virgínia (“tida com a crioula Ignês”) e Clara (“tida com uma crioula por nome Maria Joana”).

⁹⁸ Casado pelo padre Ângelo José Philidory Torres, na Igreja Matriz de Ribeirão Preto, em 27 de outubro de 1870, com a mineira Maria Graciana Nogueira (Garimpo das Canoas, hoje Claraval, 1857 – Franca, 1933) – ela então com 13 anos de idade – Antonio Bernardino Velloso de Almeida nasceu em Portugal. Naturalizou-se brasileiro, em 1872 (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro: Série Interior – Nacionalidades 1,1,16 A9 / A9.0.PNE.30941), quando então já era maior de 21 anos e residia, em Ribeirão Preto, segundo consta, há muitos anos. Em Ribeirão Preto, foi subdelegado de polícia (Diário de São Paulo, 1º de agosto de 1873, p. 2). Atuou também como promotor de capelas e resíduos, vereador (tendo sido vice-presidente da Câmara em 1885), coletor de rendas, juiz de paz e negociante. É possível que, desde 1882, por conta de reiterados conflitos políticos e atentados contra a sua vida, tenha se transferido, com a sua família, para Batatais – ainda que mantivesse cargos públicos em Ribeirão Preto, pelo menos até 1887. O seu filho Antônio Bernardino Velloso Júnior, nascido em Batatais, em 11 de agosto de 1883, casou-se, em São Paulo, em 23 de julho de 1943, então com 60 anos, quando exercia a profissão de advogado.

⁹⁹ CORREIA [COELHO], Salvador J[osé]. *Variedade – Dous mezes no Ribeirão Preto*. In: Correio Paulistano (jornal). São Paulo, 4 de novembro de 1879, p. 2.





reiterando o mesmo entendimento de Martinico Prado e de Manuel Eufrásio de Azevedo Marques (Paranaguá, 1825 – São Paulo, 1878) – ainda que estes dois últimos não definissem dia nem mês específico.

Em todos esses relatos, menciona-se Manuel Fernandes do Nascimento entre os fundadores. O seu protagonismo de fabriqueiro, entre 1859 e 1866, na construção da futura Matriz – em especial, na relevante circunstância de 1863 – foi exaltado por Osmani Emboaba da Costa. Por conta desta função, entretanto, Manuel Fernandes do Nascimento foi assassinado por Manuel Soares de Nazaré Castilho – a tragédia mais marcante nos primórdios da nossa história.

Feita a definitiva escolha do terreno, teve início a construção da projetada Matriz e data dessa época o verdadeiro princípio do povoado, tendo à frente Manuel Fernandes do Nascimento que se empenhava em levar avanti os ideais dos moradores do local, se bem que seu zelo pela causa lhe custasse a vida pois que foi assassinado por querer abrir uma rua que atravessaria o quintal de Manuel Soares Castilho¹⁰⁰.

De fato, Manuel Fernandes do Nascimento foi ferido de morte em 7 de dezembro de 1866, vindo a óbito em 10 de fevereiro de 1867, a mando de Manuel Soares de Nazaré Castilho, que ainda seria fabriqueiro da Matriz, de 1877 a 1880. O mandante do crime, sem condenação, ficou pouco tempo preso¹⁰¹.



Pequena capela, já demolida, na Avenida Portugal com a Rua Prudente de Moraes, em homenagem a Manuel Fernandes do Nascimento – *in tristem memoriam*. Próxima ao local, houve ainda uma placa, mas foi furtada e hoje só resta o seu suporte em péssimo estado (foto de Osmani Emboaba da Costa¹⁰²).

¹⁰⁰ EMBOABA [DA COSTA], 1955, p. 417.

¹⁰¹ Consta o depoimento prestado em Casa Branca, em 19 de novembro de 1867, de Manuel Felix de Campos – o jagunço contratado para o assassinato: “a mulher de Manuel Soares de Castilho”, Maria Antônia de Nazaré, “começou a contar-lhe que Manuel Fernandes do Nascimento”, o fabriqueiro, “havia lhe feito umas desfeitas, querendo arrombar o quintal de seu marido, para nele abrir uma rua, e querendo vingar-se dele queria que, ele, interrogado, lhe desse um tiro e quebrasse-lhe um braço e que para isso lhe deu dez mil réis [atualmente, cerca de R\$ 5.350,00] e uma garrafinha de champanhe cheia de aguardente”. O réu pistoleiro foi condenado à prisão perpétua, ao passo que os ricos negociantes – justamente o casal de mandantes do crime – ainda que fossem presos e acusados, em 1867, nem entraram em julgamento, sendo logo após libertados, não obstante as evidências das provas (cf. EMBOABA [DA COSTA], 1955, p. 417-418).

¹⁰² *Apud* GARCIA, 2013, p. 68.





Como se sabe, Manuel Fernandes do Nascimento é um dos ancestrais de Osmani Emboaba da Costa. Segundo Valéria Eugênia Garcia¹⁰³,

Osmani Emboaba, ao organizar a trama de constituição do território do Ribeirão Preto pela ação pioneira – em parte empreendida por seus bisavós¹⁰⁴ – alinhava um componente afetivo à ordem historiográfica por ele exposta como científica.

Científico ou não, o afeto pelo benfeitor Manuel Fernandes do Nascimento, bem como a atribuição do mérito de ter sido um dos protagonistas na fundação da cidade, para além das relações familiares, já eram narrados por cronistas desde o século XIX:

Alguns dos fundadores do Ribeirão Preto já hoje não respiram; um deles Manoel Fernandes do Nascimento fôra trucidado á curta distancia do ambito da povoação. O assassinio se realisou á traição e emboscada e o rumor publico o atribuiu a ódio particular, sendo aliás a victima um venerando velho e optimo pae de família¹⁰⁵.

Salvador José Correia Coelho, jurista além de cronista, sem relacionar os fatos diretamente, alude sutilmente à impunidade reiterada de Manuel Soares de Nazaré Castilho. A seu benefício, o criminoso contava com a própria riqueza – a qual não raramente se associa à maldade¹⁰⁶. Soma-se ainda, a seu favor, a provável interferência do seu filho, Antônio Sotero Soares de Castilho que, com 30 anos de idade, já atuava em diversos postos importantes do judiciário:

O sr. Antonio Sotero Soares de Castilho é tabellião do publico, judicial e notas, escrivão do juízo municipal, da provedoria, do jury e das execuções criminaes e official do registro de hypothecas. Sem embargo da reconhecida habilitação do nobre cavalheiro, é obvio o defeito da concentração de tantos empregos em uma só pessoa. Um individuo por mais expedito que seja, como é o sr. Castilho, é capaz de tão extensa accumulção quando o fôro solicite continuos e aturados trabalhos dos seus empregados? Da divisão do trabalho resulta facilidade e perfeição da mão d’obra; é um principio economico; é até um brocardo de direito, se assim nos podemos exprimir¹⁰⁷.

Manuel Soares de Nazaré Castilho poderia também, quem sabe, contar com a proteção do seu irmão, Antônio Soares de Castilho: igualmente um negociante bem sucedido e grande fazendeiro. Mas nada sabemos sobre esta última hipótese.

¹⁰³ GARCIA, 2013, p. 69.

¹⁰⁴ Famílias Nascimento & [Emboaba da] Costa.

¹⁰⁵ CORREIA [COELHO], Salvador J[osé]. *Variedade – Dous mezes no Ribeirão Preto*. In: Correio Paulistano (jornal). São Paulo, 4 de novembro de 1879, p. 2.

¹⁰⁶ A relação entre riqueza e maldade não vem de hoje. Heráclito de Éfeso já criticava os seus conterrâneos da classe dominante: “que não lhes falte a riqueza, efésios, para que seja desvendada a sua maldade” (*Fragmento 125a*). O mesmo ensinamento foi reiterado por Jesus de Nazaré: “Um rico dificilmente entrará no Reino dos Céus (...); é mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar no reino de Deus” (Mt, 19:23 e 24). Mas a ideologia reacionária faz com que estes ensinamentos, extrínsecos aos seus interesses, sejam ignorados.

¹⁰⁷ CORREIA [COELHO], Salvador J[osé]. *Variedade – Dous mezes no Ribeirão Preto*. In: Correio Paulistano (jornal). São Paulo, 7 de novembro de 1879, p. 2.





De volta à questão da fundação da cidade, o ano de 1863, por certo, foi dos mais relevantes – justamente quando Manuel Fernandes do Nascimento atuava como fabriqueiro. Outra fonte que corrobora a sua importância é o livro do *Tombo da Parochia do Ribeirão Preto* – mesmo sem mencionar Manuel Fernandes do Nascimento. Para a Igreja, o ano de 1856 sequer constou da sua história. Segundo o relato paroquial, ainda que desprovido de documentação anexa, temos a seguinte cronologia:

1852: alguns mineiros tiveram a intenção de construir uma pequena ermida dedicada a São Sebastião¹⁰⁸;

1853: início da povoação;

8 de novembro de 1862: demarcação no lado esquerdo do Córrego das Palmeiras (nas mediações do atual bairro de Vila Abranches) como mais apropriado para a edificação de uma Ermida de São Sebastião das Palmeiras – lembrando que a primeira tentativa no mesmo local (Fazenda das Palmeiras) e com o mesmo santo padroeiro (São Sebastião) remonta a José Mateus dos Reis, em 1845;

28 de março de 1863: nova e definitiva demarcação na Barra do Retiro – hoje a região central de Ribeirão Preto – data de maior relevância no processo de fundação;

9 de janeiro de 1869: provisão de benção da capela;

26 de novembro de 1869: elevação à condição de capela curada;

15 de julho de 1870: constituição canônica.

Por sorte, em meio às disputas políticas, nós nos livramos do gentílico palmeirense, em 1863, graças ao padre mineiro Manuel Eusébio de Araújo (Urucuia, 1802 – Fazenda Lageado, Ribeirão Preto, 1869), contraditando a deliberação eclesiástica do ano anterior, de 1862, do padre Jeremias José Nogueira, o vigário da vara. Assim não fosse, fatalmente, a nossa cidade se chamaria Palmeiras – cujo centro se localizaria no atual extremo Leste da cidade, para além da Rodovia Anhanguera. Neste sentido, segundo a Igreja, o ano de 1863 foi o mais decisivo para a demarcação da capela e futura Matriz.

¹⁰⁸ Numa petição de maio de 1852, José Borges da Costa, o seu genro Manuel de Nazaré Azevedo, Antônio Soares de Castilho e o seu irmão Manuel Soares de Nazaré Castilho, entre outros, para a invocação de São Sebastião das Palmeiras (nas proximidades da atual Vila Abranches), alegam a boa localização e a cultura das matas: “o ponto destinado para ela tem proporções para nele se criar uma povoação, pois tem boa aguada, é alto, e arejado, sendo campo, e tendo nas suas vizinhanças boas e grandes matas de cultura; e estando já pronto parte dos materiais necessários para se levantar a mesma capela o que não podem fazer sem a competente licença que passam a implorar do Ilustríssimo e Reverendíssimo Vigário Capitular deste Bispado” (*apud* EMBOABA [DA COSTA], 1955, p. 369).





No livro do *Tombo da Parochia do Ribeirão Preto*, constam ainda as demais efemérides da Matriz até 1881. Para uma melhor cronologia, invertemos, abaixo, a sequência do segundo e terceiro parágrafos:

Em 1852 alguns mineiros que habitavaõ o Sertão que hoje forma a Parochia do Ribeirão Preto tomaraõ a resolução de edificar uma pequena Ermida sob a invocação de S. Sebastião (...).

Antonio José Teixeira J[úni]or, vulgo Carvalhinho, fez tenáz opposição a escolha do locál, á vista do que, José Borges da Costa, Antonio Soares de Castilho e Joaõ Alves da Silva co-proprietarios da fazenda do Ribeirão Preto, fiseraõ doaçaõ de 145 hectares de terras para patrimonio do Martyr S. Sebastião, sob a invocação de S. Sebastião do R[ibeira]m Preto.

Em 28 de Novembro de 1862, como se vê de um livro existente na parochia o R[everendo] Padre Jeremias José Nogueira entãõ Vigario da Vara da Casa Branca, demarcou, de ordem do Ex[celentíssim]o Senhor Bispo o lado esquerdo do córrego das Palmeiras como o mais apropriado para ser edificada a Ermida sob a invocação de S. Sebastião das Palmeiras.

Consta porem do mencionado livro, que em 28 de março de 1863 o R[everen]do Padre Manoel Eusebio de Araujo commissionedo pelo R[everen]do Vigario da Vara em cumprimento das ordens do Ex[celentíssim]o S[enh]or Bispo Diocesano, demarcou outro terreno que julgou mais apropriado á edificação da Ermida, no lugar denominado Barra do Retiro, tomando mais tarde o de Ribeirão Preto (...).

A actual povoação teve pois principio no anno de 1853 e a Capella que servia de matriz teve provisão de bençaõ em 9 de janeiro de 1868 [*sic*, o ano correto é 1869].

Capela curada, por provisão de 26 de novembro de 1868 [*sic*, o ano correto é 1869] sendo cannonicamente instituída em 15 de julho de 1870.

O territorio da Parochia é um triangulo formado pelo Rio Pardo e Moggy Guassú, Serra Azul, Corrego da Cachoeira, e passando pela estação de Cravinhos e fazenda velha do Lageado, formando um angulo agudo no Pontal, onde se une o Rio Pardo e o Mogy Guassu, tendo por baze a Serra Azul, Cachoeira e fazenda velha do Lageado.

De Cravinhos ao Pontal 116 kilometros e em sua maior largura 70 Kilometros mais ou menos.

Pertenceu outr'ora á Comarga eclesiastica do Belem do Descalvado, sendo annexa a de Batataes no anno de 1871.

Creada Freguesia por Lei Provincial nº 51 de 2 de Abril de 1870.

Villa por Lei Provincial nº 67 de 12 de abril de 1871.

Por Lei Prov[inci]al nº 34 de 7 de Abril de 1879 foi mudada a denominação para Villa de Entre-Rios, voltando á primitiva da Villa do Ribeirão Preto por Lei Provincial nº 99 de 30 de junho de 1881

Por sentença do Exm. Sr. Dr. Juiz de Direito foi determinado que o aforamento do terreno do patrimonio da matriz fosse cobrado na razão de 20[\$000] r[éi]s¹⁰⁹ annuaes por palmo de frente, com 200¹¹⁰ de fundos, sendo este o único rendimento que possui actualmente a Matriz¹¹¹.

Completando o processo de emancipação eclesiástica, constaram solicitações ao Bispo de São Paulo, Sebastião Pinto do Rego (Angra dos Reis, 1802 – São Paulo, 1868),

¹⁰⁹ Equivalentes, hoje, a R\$ 10.700,00, aproximadamente.

¹¹⁰ 200 palmos equivalem a aproximadamente a 46 metros.

¹¹¹ Livro do *Tombo da Parochia do Ribeirão Preto* (1885), página 1v – Arquivo da Catedral de São Sebastião de Ribeirão Preto. Este relato também se encontra transcrito no *Almanach da Provincia de São Paulo – Administrativo, Industrial e Commercial para 1887*. Fundado e organizado por Jorge Seckler. Quinto Anno. São Paulo, Jorge Seckler, 1887, p. 477-478.





a partir de 1867, para que a Capela fosse curada. Uma daquelas iniciativas remonta ao tenente-coronel Francisco Maximiano Diniz Junqueira, enfatizando a

urgente necessidade que os habitantes daquele lugar [Capela de São Sebastião do Ribeirão Preto] tinham da administração dos Sacramentos e que já tinham a sua igreja pronta, com os devidos paramentos e ao mesmo tempo pedindo a elevação de capela curada, V[ossa] Exc[elênc]ia mandara que o pároco informasse, por isso enviando agora a V[ossa] Exc[elênc]ia a informação exigida, humilde e reverentemente P[ede] a V[ossa] Exc[elênc]ia se digne conceder a licença ao M[uito] Ver[erendíssimo] pároco para benzer a igreja e os seus paramentos e ao mesmo tempo implora a graça de elevar a dita capela à categoria *de* capela curada¹¹².

Daí se reiniciou o processo burocrático de constituição de patrimônio, incluindo edital público para verificar as questões jurídicas das doações e da sua legalidade, levando ainda dois anos até que a Capela fosse curada, tendo o dito Chico do Lageado representando a comunidade. Em dezembro de 1867, já na função de novo fabriqueiro, temos também o coronel Bernardo Alves Pereira à frente dos procedimentos, de acordo com as orientações e regras do Bispado, com a intermediação do novo vigário de São Simão, Miguel Martins da Silva¹¹³ (Taubaté, 1839-1918). Outros posseiros/doadores colaboraram no processo, entre eles João Alves da Silva Júnior, João Alves da Silva Primo, Mariano Pedroso de Almeida, Antônio Alves Pereira de Campos e Antônio Maciel de Pontes.

Remetendo a documentação à sede do Bispado de São Paulo, houve o seguinte encaminhamento do vigário de São Simão:

Informo que as testemunhas são fidedignas, e que por isso merecem todo crédito, e outrossim que os avaliadores são conhecedores dos terrenos e fiquei ciente de que a doação é legal, e que os terrenos valem e rendem muito mais do que determina na carta de Comissão. O que tudo afirmo sob a fé do meu cargo. Capela do Ribeirão Preto, 9 de dezembro de 1867.

O Vigário Miguel Martins da Silva¹¹⁴

Há um ponto no qual discordamos de Osmani Emboaba da Costa. Diferentemente do nosso cronista-mor, entendemos que, a partir de 1867, estando os procedimentos sob tutela da Igreja, em nenhum momento se alude ao processo de 1856. De fato, em 1867, inicia-se a oficialização por parte da Igreja.

¹¹² EMBOABA [DA COSTA], 1955, p. 419.

¹¹³ Miguel Martins da Silva foi discípulo, em Taubaté, do padre Chico de Paula (também professor de latim), tendo recebido a primeira tonsura clerical em 1857. Foi ordenado em 1864, atuando como coadjutor das paróquias de Taubaté e São Luis do Paraitinga. A partir de 1867, exerceu o posto de vigário em São Simão, Bragança, Bananal, Guaratinguetá, Casa Branca e Jundiá. Em 1881, tornou-se cônego honorário da Catedral de São Paulo. Em 1900, o papa Leão XIII o distinguiu com o título de monsenhor protonotário apostólico. Homem rico, mas com voto de pobreza, doou toda a sua fortuna à constituição do patrimônio do Bispado de Taubaté, sua terra natal – cf. A Notícia (jornal). Santos, 9 de junho de 1914, p. 1.

¹¹⁴ EMBOABA [DA COSTA], 1955, p. 430.





Em 2 de janeiro de 1868, o vigário geral, Joaquim Manuel Gonçalves de Andrade¹¹⁵ (Freguesia do Campanário, na Ilha da Madeira, 1807 – São Paulo, 1879), deferiu a sentença favorável¹¹⁶ para a constituição do patrimônio. Finalizando a sua curta participação na Paróquia de São Simão, o vigário Miguel Martins da Silva benzeu a Capela na Barra do Retiro, em 25 de março de 1868. Restou ainda a solicitação de Manuel Soares de Nazaré Castilho (sem ser ainda fabriqueiro, pois a função, àquela altura, era exercida por Bernardo Alves Pereira), à frente dos demais ditos homens bons, em outubro de 1868, sendo deferida pelo Bispado, autorizando que a “Capela da Barra do Retiro” fosse finalmente curada. Naquela ocasião, em 2 de novembro de 1869, o padre Jeremias José Nogueira (vigário da vara de São Simão) argumentou da seguinte forma sobre as dimensões do templo ribeirãopretano, não obstante as reiteradas observações quanto à precariedade da sua construção e mau acabamento:

A capela já tem um templo que suposto seja pequeno, contudo pode servir de Matriz no presente, embora não esteja bem acabado. A capela possui os paramentos necessários para a celebração dos Ofícios Divinos não solenes, e administração dos sacramentos. O futuro desta povoação é lisongeiro não só pela fertilidade das suas abundantes culturas, como pela boa qualidade de seus campos e pastagens, que por isso exporta muito gado e outros animais. Ela já tem grande crescimento, e pela maneira que vai aumentando pode em pouco tempo tornar-se uma grande povoação¹¹⁷.

Respondendo, portanto, às questões dos templos católicos construídos no que hoje chamamos Praça XV (que ia até à Cerqueira César), o mais provável é que, em 1856, tenha se iniciado, ainda que fosse uma construção precária, a capela primitiva ou provisória. É provável que a dita capelinha já estivesse pronta em 1859 – mas não sabemos se durou muito nem quando foi demolida. Já a segunda Capela teve a sua construção iniciada provavelmente em 1863. É possível que já estivesse pronta em 1867, na medida do possível, tendo em vista que a construção sempre careceu de zelo e cuidado. O nome Ribeirão Preto se estabelece, de fato, com a Capela se tornando Matriz, a partir de 1869 e 1870 – só em 15 de julho de 1870, por exemplo, ocorreu a sua constituição canônica. Mais precisamente, a denominação definitiva se estabelece em 1874, com a instalação, ainda que igualmente precária, da Câmara dos Vereadores.

¹¹⁵ O Dr. Joaquim Manuel Gonçalves de Andrade estudou em Funchal e se ordenou padre em 1831. Foi bacharel pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco (turma acadêmica de 1832 a 1836), cônego da Catedral de São Paulo, cavaleiro da Ordem de Cristo e vigário geral do Bispado de São Paulo – tendo sido ainda, por duas vezes, em 1875 e 1878, presidente conservador da Província de São Paulo.

¹¹⁶ EMBOABA [DA COSTA], 1955, p. 430.

¹¹⁷ Op. cit., p. 437.



Martinico Prado (1877) e Azevedo Marques (1879)	Salvador José Correia Coelho (1879)	Livro do Tombo da Paróquia (1885)	Osmani Emboaba da Costa (1955) e outros cronistas locais
Fundadores em 1856: José Borges da Costa, Manoel Fernandes do Nascimento e João Alves Pereira. Benfeitores ainda vivos em 1877: Antônio Alves Pereira e Bernardo Alves Pereira.	Fundadores em 1851: Manoel Fernandes do Nascimento, José Borges da Costa, Mariano Pedroso de Almeida, Antonio Soares de Castilho, João Alves da Silva Junior, Francisco José da Silva Onça e Antonio Maciel de Pontes. Benfeitores ainda vivos em 1879: Antonio Bernardino Velloso de Almeida e Bernardo Alves Pereira.	Fundadores em 1852: José Borges da Costa, Antonio Soares de Castilho e João Alves da Silva [Júnior ou Primo?]. 1862: O padre Jeremias José Nogueira demarcou o lado esquerdo do Córrego das Palmeiras como o mais apropriado para ser edificada a Ermida sob a invocação de São Sebastião das Palmeiras (Zona Leste da cidade). 1863: O padre Manoel Eusébio de Araújo demarcou outro terreno que julgou mais apropriado à edificação da Ermida, no lugar denominado Barra do Retiro, tomando mais tarde o de Ribeirão Preto (Centro da Cidade). PS: não há argumentos jurídicos!	Data de fundação em 1856: O fabriqueiro Manuel de Nazaré Azevedo efetivou uma nova demarcação para a capela: não mais à direita do Córrego do Retiro (Jardim Paulista e Campos Elíseos), mas sim entre os ribeirões do Retiro e Preto (atual Centro). 1862: Padre Jeremias José Nogueira remarca ainda para o Bairro das Palmeiras a construção da capela (reivindicação desde 1845). 1863: Como as terras do Bairro das Palmeiras não tinham sido juridicamente legalizadas, o que não acontecera com as da Barra do Retiro, “legalizadas para o Santo Padroeiro em 1856”, o padre Manuel Eusébio de Araújo remarca o local para a atual Praça XV – daí o princípio do povoado, tendo à frente o fabriqueiro Manuel Fernandes do Nascimento.

Quadro dos fundadores e demais circunstâncias da fundação de Ribeirão Preto (tabela dos autores).

Em números de vezes, constam assim os nomes dos fundadores citados pelos quatro conjuntos de cronistas: José Borges da Costa¹¹⁸ (4), Manuel Fernandes do Nascimento (3), Bernardo Alves Pereira (3), Antônio Soares de Castilho (3), João Alves da Silva Júnior¹¹⁹ (2 ou 3), padre Manuel Eusébio de Araújo (2), padre Jeremias José

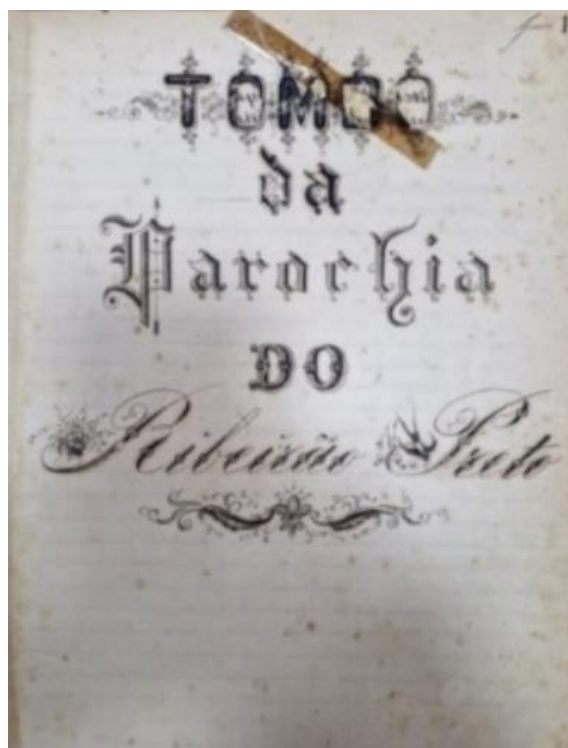
¹¹⁸ José Borges da Costa e Maria Felizarda constam do rol de doadores da Fazenda do Retiro para o patrimônio de São Sebastião do Ribeirão Preto, em 20 de março de 1853, com 9 alqueires (cf. LAGES, 2010, p. 242; GARCIA, 2013, p. 52).

¹¹⁹ João Alves da Silva Júnior consta do rol de doadores para o patrimônio de São Sebastião do Ribeirão Preto, em 19 de dezembro de 1852, da Fazenda do Retiro (juntamente com Ana Delfina Bezerra), com 30 alqueires e, em 1856, da Fazenda da Barra do Retiro (juntamente com Pulcina Maria de Jesus), com 2 alqueires (*ibidem*).



Nogueira (2), Antônio Alves Pereira (2), Mariano Pedroso de Almeida¹²⁰ (2), Francisco José da Silva Onça (2 – não foi citado por Osmani Emboaba da Costa, mas sim por José Antônio Lages), Antonio Bernardino Velloso de Almeida (2), João Alves Pereira de Campos¹²¹ (2) e João Alves da Silva Primo (1 ou 2).

Curiosamente, o fabriqueiro Manuel de Nazaré Azevedo, o protagonista de 1856, não constou das crônicas no século XIX – nem muito menos os juízes de primeira instância de Casa Branca daquele processo: solenemente ignorados.

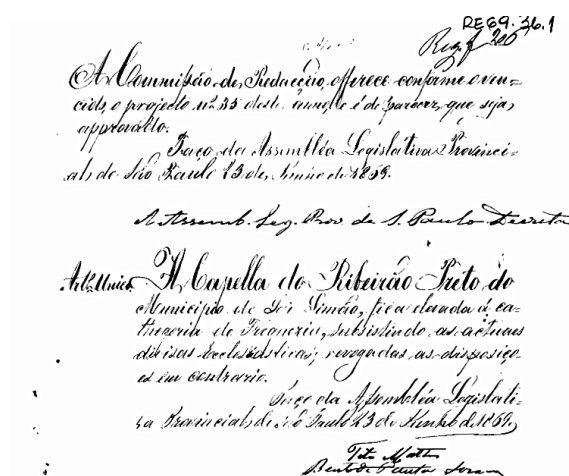


Seguem, abaixo, os respectivos documentos legislativos, referentes aos desdobramentos político-administrativos de Ribeirão Preto nos últimos anos do Império, os quais podem ser confrontados com as citadas informações no Livro do *Tombo da Parochia do Ribeirão Preto*. Nem sempre, as datas da Igreja coincidem precisamente com as datas da Província.

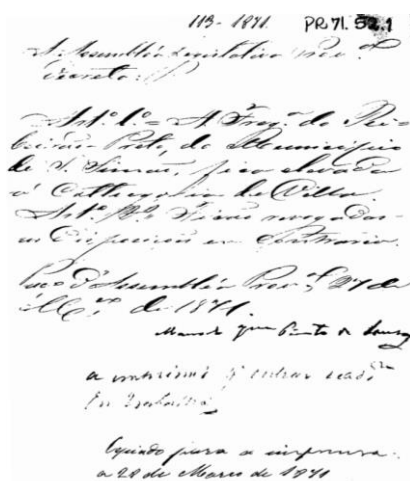
¹²⁰ Mariano Pedroso de Almeida e Maria Lourenço do Nascimento constam do rol de doadores da Fazenda do Retiro para o patrimônio de São Sebastião do Ribeirão Preto, em 22 de abril de 1853, com 2 alqueires (*ibidem*).

¹²¹ Osmani Emboaba da Costa (1955, p. 414-415) cita João Rodrigues Guião, o qual, por sua vez, deve ter tido Martinico Prado como referência, para documentar a atuação de João Alves Pereira na fundação da cidade juntamente com José Borges da Costa e Manuel Fernandes do Nascimento, na condição, em 1852, de coproprietários da fazenda Ribeirão Preto – com a doação de 145 hectares de terras para servir de Patrimônio à futura matriz sob a invocação de São Sebastião. PS: Não localizamos outras fontes deste fundador.





Ribeirão Preto foi elevada à condição de capela curada à freguesia por conta do Projeto 35, de 23 de junho de 1869¹²². A sua promulgação, pelo presidente da Província, deu-se a 2 de julho de 1870, pela Lei nº 51 – após ter sido sendo canonicamente instituída, pelo Bispado, em 15 de julho de 1870.



A Freguesia de Ribeirão Preto, do Município de São Simão, foi elevada à categoria de Vila a 28 de março de 1871¹²³. A sua promulgação se deu pela Lei nº 67, de 12 de abril de 1871. A instalação tardia da Câmara dos Vereadores, entretanto, remonta a 22 de fevereiro de 1874 (eleição dos primeiros vereadores e juizes de paz) e 4 de junho de 1874 (posse da maioria dos vereadores).

De acordo com o *Recenseamento do Brasil em 1872*¹²⁴, Ribeirão Preto era formada por 4695 livres com 857 escravizados, totalizando 5552 habitantes – só 5% eram alfabetizados. Havia cerca de 19% de pardos; 17% de pretos, menos de 1% de caboclos e 63% de brancos. O fato da sede do Município de São Simão contar com o número menor 3507 habitantes, contribuiu para o rápido desmembramento. Sobre os habitantes de Ribeirão Preto, a maioria era paulista com uma pequena percentagem de mineiros. Nota-

¹²² AALSP – Império, Identificador 20499, Caixa 625, página 1, Código 39, RE. 69.036, de 13 e 23 de junho de 1869.

¹²³ AALSP – Império, Identificador 17976, Caixa 572, página 1, Código 39, PR. 71.052, de 27 e 28 de março de 1871.

¹²⁴ *Província de S. Paulo – Quadro Geral da População da Parochia de S. Sebastião do Ribeirão Preto. In: Recenseamento do Brasil em 1872*. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística do Império, 1872, p. 355-357.



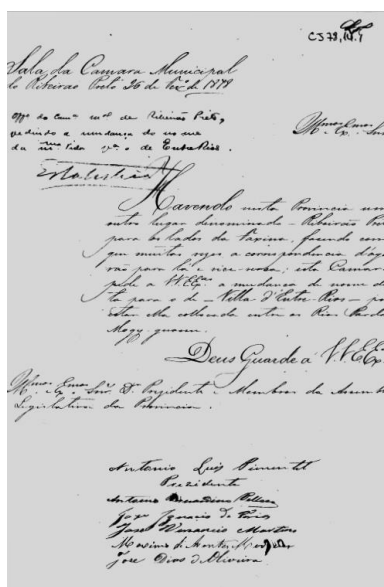
se que, em 1872, os estrangeiros eram apenas três portugueses na freguesia: ainda não havia o processo imigratório que se tornará contundente anos mais tarde.

Salvador José Correia Coelho foi sensível às mazelas patriarcais desde os primórdios da vila. Ele criticou as autoridades pela negligência no fomento à educação das mulheres:

A lei nº 40 de 3 de Abril de 1873 art. 1º §§ 1º e 2º, dotou a localidade com cadeiras de primeiras letras, uma para o sexo masculino e outra para o feminino, mas esta ultima ainda não foi provida; o que é deploravel em presença do grande numero de meninas que aspirão o ensino¹²⁵.

Em 1879 e em 1887 há críticas, ainda que breves, quanto à precariedade interna da igreja: “a Matriz, unico templo da localidade, é construida de todo o ponto de madeira e ornamentada no frontespicio de duas torres: no interior nada tem que mereça especial menção”¹²⁶. Diziam ainda que “é pequena, e mal construída”, bem como o seu “cemiterio pequeno, mal cercado de taboas, falto de fiscalisação”¹²⁷. Por certo, o zelo e o cuidado dos fabriqueiros na conservação da Igreja Matriz não devem ter sido as suas maiores virtudes.

Em 1878, a vila mudou de nome – de Ribeirão Preto para Vila d’Entre Rios:



Solicitação da Câmara Municipal de Ribeirão Preto à Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, a 26 de fevereiro de 1878, propondo a mudança de nome para *Vila d’Entre-Rios*, por conta da sua localização entre os *Rios Pardo e Mogy-guassu*. Conforme argumentado no ofício, havia outra localidade com o mesmo nome na Província de São Paulo, situada na região de Faxina (atual Itapeva), resultando em extravios de correspondências¹²⁸ – originando a Lei nº 34, de 7 de abril de 1879.

¹²⁵ CORREIA [COELHO], Salvador J[osé]. *Variedade – Dous mezes no Ribeirão Preto*. In: *Correio Paulistano* (jornal). São Paulo, 4 de novembro de 1879, p. 2.

¹²⁶ *Op. cit.*, p. 1.

¹²⁷ *Almanach da Província de São Paulo – Administrativo, Industrial e Commercial para 1887*. Fundado e organizado por Jorge Seckler. V Anno. São Paulo, Jorge Seckler, 1887, p. 478.

¹²⁸ AALSP – Império, Identificador 12965, Caixa 312, página 1, Código 39, CJ 78.014, de 26 de fevereiro de 1878.

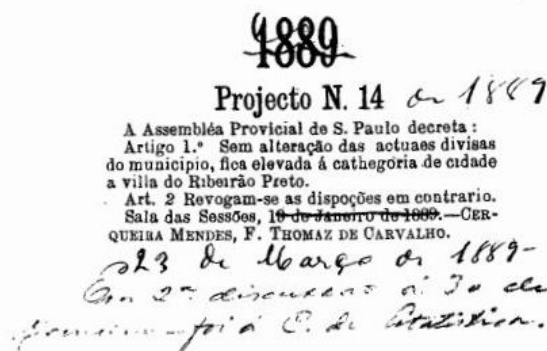
Sabemos, contudo,

a despeito do decreto da assembleia provincial que este anno mudou, a requerimento da camara municipal, a denominação de Ribeirão Preto para a de Entre-Rios, nas conversações e correspondencias particulares tem prevalecido o costume d'uma pessoa designar a localidade pelo qualificativo de Ribeirão-Preto. Não se transformão a esmo e impunemente os usos d'um povo; elle resiste e sempre vence. O Turco apoderou se de Bysancio e trocou o nome de Constantinopla pelo de Istambul, mas até hoje perdura o antigo¹²⁹.

O cronista do Correio Paulistano tinha razão nos seus argumentos – ainda que o destino de Ribeirão Preto tenha sido distinto daquele de Constantinopla. Se na Turquia prevaleceu posteriormente Istambul, por aqui o nome *Vila d'Entre-Rios* não vingou.



Após dois anos, reverteu-se a lei anterior: a antiga denominação *Ribeirão Preto* voltava à vigência em 4 de fevereiro de 1881¹³⁰. Com a Lei nº 99, tal deliberação foi promulgada em 30 de junho de 1881.



Com o Projeto nº 14, de 23 de março de 1889, a Assembleia Legislativa de São Paulo, sem alteração das divisas do município, decretou “a elevação à categoria de cidade, da então Villa de Ribeirão Preto”, atendendo à solicitação da Câmara dos Vereadores, por conta “do desenvolvimento material, sua grande area, sua população, ellevada a mais de trez mil almas no perimetro da villa, seu comércio ativo, sua lavoura florecente e ja uma das primeiras da província”¹³¹. A sua promulgação se deu por conta da Lei nº 88, de 1º de abril de 1889.

¹²⁹ CORREIA [COELHO], Salvador J[osé]. *Variedade – Dous mezes no Ribeirão Preto*. In: Correio Paulistano (jornal). São Paulo, 4 de novembro de 1879, p. 2.

¹³⁰ AALSP – Império, Identificador 18786, Caixa 588, página 1, Código 39, PR 81.081, de 4 de fevereiro de 1881.

¹³¹ AALSP – Império, Identificador 19880, Caixa 610, página 5, Código 39, PR 89.071, de 23 de março de 1889.



Estabeleceu-se a condição também emancipada de uma Comarca própria – após ter pertencido, sucessivamente, às comarcas de Mogi Mirim, Casa Branca e Batatais. Em meio ao processo, “a lei nº 63 de 12 de Maio de 1877 criou a comarca de S. Simão composta dos termos de S. Simão e Ribeirão-Preto”¹³². Finalmente, com a Lei nº 80 de 25 de agosto de 1892, foi instalada a comarca a 10 de outubro de 1882, conferindo a Ribeirão Preto uma maior autonomia não apenas político-administrativa, mas também jurídica¹³³.

Por fim, com a bula pontifícia *Diocesum Nimiam Amplitudinem* de Pio X¹³⁴ de 7 de junho de 1908, Ribeirão Preto se tornou sede de bispado, com a sua nova Matriz elevada à condição de Catedral¹³⁵.

Apesar destes progressos históricos, tendo em vista a nossa boa emancipação, ainda nos resta a humilde condição provinciana de ir à capital com o pires na mão – ainda que a esperança de fazer jus aos impostos recolhidos aqui seja reiteradamente pequena. Mas não apenas o paulistanocentrismo impede, em boa parte das vezes, o pleno desenvolvimento dos projetos ribeirãopretanos mais ousados. Também os políticos locais nem sempre são lá tão amigos das ideias mais avançadas, ainda mais das artes e do patrimônio.

Voltando aos seus tempos inaugurais, situada entre as picadas das *Goyazes* (os caminhos percorridos pelos bandeirantes paulistas rumo ao Norte e para além do Tratado das Tordesilhas), a Alta Mogiana começou a ser ocupada enquanto cultura de subsistência, quando as *Minas Gerais do Ouro* já se encontravam, há muito tempo, cansadas e exauridas. As culturas destes primeiros proprietários de terras de Ribeirão Preto são anteriores, em várias décadas, às plantações de café e à chegada dos trilhos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.

Bons tempos aqueles, desde o Império Romano até os primórdios de Ribeirão Preto, quando o conceito de cultura se restringia à agricultura! No Brasil, entretanto, desde o início do século XIX – como consequência do neologismo iluminista com a metáfora de se cultivar também as atividades intelectuais, mas talvez tenham exagerado na adubação das mentes – surgem novas acepções de cultura: a cultura das ciências (o

¹³² CORREIA [COELHO], Salvador J[osé]. *Variedade – Dous mezes no Ribeirão Preto*. In: Correio Paulistano (jornal). São Paulo, 4 de novembro de 1879, p. 2.

¹³³ *Efemérides*. Ribeirão Preto: Secretaria da Administração / APHRP.

¹³⁴ Giuseppe Melchiorre Sarto (Riese, 1835 – Roma, 1914), papa de 1903 a 1914.

¹³⁵ Por ocasião da instituição da Arquidiocese e Província Eclesiástica de São Paulo, com as suas novas dioceses sufragâneas: Campinas, Ribeirão Preto, Taubaté, São Carlos do Pinhal e Botucatu.





cultivo das ciências), a cultura da filosofia (o cultivo do pensamento crítico) e a cultura das artes (o cultivo das artes) – apenas que o inferno está cheio de boas intenções. Por ocasião do IV Centenário do Descobrimento, surge ainda a tal cultura brasileira: tudo que era produzido no Brasil, de modo mais generalizado, virou cultura. Finalmente, desde o século XX, a cultura já não designa mais nenhum cultivo específico e se tornou uma ideologia entre as abstrações mais enganosas. A cultura abstrata passou a ser o que os políticos determinam para o seu próprio governo – por isso, nada há de mais antiartístico e alienado que a política da cultura. A metafísica de uma cultura abstrata se estabelece enquanto carta branca para todo tipo de arbitrariedade.

Por ser a cultura uma metáfora malograda da agricultura, a questão aqui não diz respeito à agricultura fundamental ao sustento, ainda mais se for uma agricultura de bem-estar, essencial para o ser humano desde a pré-história. O problema é a agrocultura: sempre ideológica e de mal-estar. Há que se diferenciar a agricultura da agrocultura. A cultura *agri* (do campo, de *ager*) é o cultivo do campo – o *agri*, em função genitiva, complementa o substantivo, mantendo-se o lastro semântico de cultura, desde a Antiguidade: sempre o cultivo de algo. Já a agrocultura, aqui numa acepção neológica, é a cultura agrocêntrica: adjetivo na sua função adjunta e acessória, que acompanha o substantivo independente, enquanto abstração ideológica.

O significado tardio e genérico de cultura – portanto, sem raízes, sem consistência – vem destituído da obrigação de um complemento que possa esclarecer a sua natureza: dizem simplesmente que é cultura e nada mais, sem mencionar o mais importante, o que está sendo cultivado. A cultura – esse substantivo isolado cujo uso é recente, sem complemento esclarecedor – torna-se um conceito dito guarda-chuva que supostamente tudo abrange. Mas, sendo tudo, logo é qualquer coisa; logo é nada. Essa cultura abstrata nada abriga nem protege, antes sufoca e exclui.

A agrocultura, por ser agrocêntrica, o que se coloca ao centro é o *lobby* agro, com os seus *CEOs* e a sua especulação financeira. Excluem-se, da mesa do agro, os trabalhadores rurais e toda a comunidade diretamente e indiretamente prejudicada pela exploração agrocentrada. Reforça-se, nesse sentido, que a agrocultura é uma abstração ideológica nefasta, enquanto a agricultura é o processo de subsistência do ser humano ao longo da história.

Se a agricultura é o cultivo do campo com seus saberes – sem esquecer a luta de classes e o campesinato, com a figura do camponês, do homem da roça – por sua vez, a





agrocultura despreza, por interesse próprio, a discussão em torno da luta de classes, pois é a voz do latifundiário.

Também chamada *agrobusiness* (agronegócio), a agrocultura de hoje é diferente da agricultura de antigamente, segundo Martin Heidegger, “quando o camponês cultivava o solo – pois cultivar ainda significava cuidar e proteger – ele não desafiava o chão cultivável na sua agricultura. Quando o grão é semeado, a semente favorece as forças do crescimento e nutre sua prosperidade”. Já a agrocultura, “desafiando a natureza, tornou-se a indústria motorizada da alimentação”¹³⁶, pois a natureza se reduz agora a um organismo a ser saqueado e extenuado.

Eis que o *agrobusiness* e a indústria da cultura são um só: ambos destroem conjuntamente tanto os campesinatos históricos (o lavrador que cuida da terra) como a sua arte popular (os cantos, a música instrumental e as danças próprias e diferenciadas em cada comunidade do campo).

Voltemos à questão da (agri)cultura – antes do processo involutivo da (agro)cultura. Aliás, temos até uma descrição dos primórdios da natureza do Ribeirão Preto, antes da sua urbanização, redigida por Salvador José Correia Coelho, em 1879:

O Ribeirão Preto tem suas nascentes nas cabeças do bairro denominado Cravinhos e como desce durante o seu percurso, às vezes rápido e às vezes placido, por propriedades particulares, servindo com suas águas aos moradores das margens, não são ellas tomadas na villa para beber senão que de madrugada: os habitantes da villa consomem para esse fim as de cisternas que são optimas, incolores, inodoras, frias e inspidas. O Ribeirão Preto banha as abas da villa; suas águas vistas no próprio leito são azuladas brandamente; extrahidas porém mostram-se crystallinas e boas de beber. O ribeirão é *nimiamente*¹³⁷ piscoso e habitado pelo nosso crocodilo (*jacaré*) ao longo das ribanceiras. O morador ribeirinho vive com o feroz amphibio em continua hostilidade, porque aquelle accusa a este de lhe devorar frequentemente algumas criações. A terra das hortas da villa é tão rigorosa que resiste a que vinguem perfeitamente as hortaliças delicadas como alface, repolho, couve etc., sendo ellas ali de qualidade inferior. *Nec veró terræ ferre omnes omnia possunt*, como disse Virgílio¹³⁸.

Belas palavras do cronista, citando o poeta romano Virgílio, *nec uero terrae ferre omnes omnia possunt* – ou seja, “nem toda terra pode produzir de tudo” (*As Geórgicas*, II, 109). Vale lembrar que o lastro grego, no latim, para designar a agricultura enquanto processo de cultivo da natureza, sem destruí-la, é *geōrgía* (γεωργία), literalmente agricultura ou terra cultivada, e o seu referente verbal, *geōrgéō* (γεωργέω), a ação de cultivar, tornando a terra necessariamente fértil. Logo, no âmbito da agricultura – que

¹³⁶ HEIDEGGER, 2000 [1953], p. 14.

¹³⁷ De maneira nimia: em demasia, em extremo, de sobejo, bastante ou imensamente.

¹³⁸ CORREIA [COELHO], Salvador J[osé]. *Variedade – Dous mezes no Ribeirão Preto*. In: Correio Paulistano (jornal). São Paulo, 9 de novembro de 1879, p. 1.





nada tem a ver com a agroultura neoliberal – são condições primordiais a preservação do planeta, o respeito aos biomas e a dignidade material do campesinato e de todos os trabalhadores responsáveis pela produção de alimentos.

Voltando a Martinico Prado, trata-se de um latifundiário paulistano que, em 1879 – naquele mesmo ano deste último relato – irá se tornar um dos maiores plantadores de café na Alta Mogiana. Antes desta data, pelo menos desde 1877, publicou crônicas no jornal *A Província de São Paulo* sobre a cultura do porco e a cultura do boi – até então predominantes em Ribeirão Preto. Martinico Prado reportou, inclusive, certa hostilidade em relação à cultura do café por parte dos primeiros agricultores.

Ainda assim, definindo a primeira leva de posseiros, segundo Salvador José Correia Coelho,

o mineiro é mais propenso para a criação de gado bovino, lanigero, suíno, etc. e para a lavoura de viveres e cereaes do que para a cultura do café, mas transportando-se para territorio differente, mudou de habito e se fez agricultor do precioso arbusto¹³⁹.

Sobre as “terras de cultura”, apesar da qualidade do solo, os incêndios, porém, sempre ameaçaram as nossas matas:

As terras do Municipio são roxas de primeira sorte, proprias para a lavoura de café, canna, algodão e cereaes. As mattas virgens algum tanto estragadas pelo fogo, porém de extraordinaria vegetação. Poucos montes bem formados¹⁴⁰.

Martinico Prado, numa crítica virtuosa, já chamava a atenção para a cultura piromaniaca do incêndio e da fumaça – desde sempre queimando os nossos bosques e florestas. Hoje, bem sabemos, tais queimadas prejudicam a saúde de todos e destroem a flora e a fauna. Não obstante, a crônica de Martinico Prado deve ser lida com distanciamento crítico: apesar da sua condição abolicionista, foi um latifundiário na defesa dos próprios interesses – ainda que criticando outros latifundiários, mas já incluindo outros agricultores menores na sua censura. Tendo em vista a fama histórica da terra roxa do café, não deixa de ser paradoxal, todavia, o assim descrito difícil processo de estabelecimento daquela cultura na região:

Até aqui quase nada se tem feito no Ribeirão Preto em relação á lavoura de café, cuidando seus habitantes exclusivamente na criação de porcos e internada de gado comprado em outros pontos. A grande distancia do mercado impedia que fosse tentada essa cultura, cujo transporte absorvia quase que o seu valor. E para isso concorreu também o ser a melhor parte do municipio propriedade de meia dúzia de indivíduos, que possuíam consideraveis extensões de terras, impedindo que pessoas de fóra ahi

¹³⁹ *Op. cit.*, p. 2.

¹⁴⁰ *Almanach da Província de São Paulo – Administrativo, Industrial e Commercial para 1887*. Fundado e organizado por Jorge Seckler. V Anno. São Paulo, Jorge Seckler, 1887, p. 478.





fossem estabelecer-se, e que poderiam introduzir a nova cultura de todo oposta aos costumes dos seus habitantes. Ainda hoje, a grande maioria da população manifesta-se em completa hostilidade á cultura do café, e consideram os plantadores que têm ahi comprado terras, como uns barbaros, que levam áquellas paragens a pobreza, a ruina aos seus antigos habitantes. Habitados a lançar o incendio ás capoeiras e mattas, afim de prepararem *verdes*¹⁴¹ para o gado, cuidando em plantar os generos alimenticios sufficientes apenas á sua manutenção, viviam na abundância sem trabalho. Hoje o receio de que o fogo invada as plantações de café, a necessidade de prender o gado e o porco, exigem maior porção de trabalho; o que os contraria e faz amaldiçoar o café que chamam de fructa de jacú. Sentem-se constrangidos, apertados como dizem, e almejam vender suas terras afim de refugiarem-se para o sertão, onde possam viver mais em liberdade, e onde não exista a maldita planta. Entretanto, são todos apologistas do seu uso como bebida, de que até abusam. Para mostrar quanto são aquelles homens apologistas da creação do porco e gado, passo a referir o que diz lá um dos homens mais abastados e proprietario de milhares de alqueires de terra própria café. Fallando *trovado*¹⁴², em linguagem da roça diz ele: *Si estiveres morto pega o teu porco. / Si estiveres quebrado pega o teu gado / Mas com o café não tenho fé*. Traduzindo o pensamento destas palavras, querem ellas dizer que a creação do porco é de lucro incomparável, seguindo-se-lhe a do gado, nada valendo o café. Este homem vota ao cafelista uma orgerisa especial, não vende terrenos, receioso que nelles possam introduzir essa plantação, e escolhe para fazer pastagens os melhores e mais altos, só com o fim de inutilisa-los para o futuro¹⁴³.

Antes de adquirir terras em Ribeirão Preto, mas já um acionista envolvido com a Companhia Paulista de Estradas de Ferro (fundada em 1872), Martinico Prado se opôs à extensão dos trilhos da sua rival concorrente, a Companhia Mogiana (também fundada em 1872), a qual planejava há vários anos chegar à Alta Mogiana. No oportunismo do seu protesto, contudo, toma os seus interesses particulares como se fossem de toda a população. Como se pode observar, aquela concorrência capitalista – quase sempre incompatível ao bem comum – não viabilizou a continuidade dos projetos. A malha ferroviária para passageiros no Brasil, hoje, quase inexistente, é das mais precárias. Boa parte das antigas estações foram demolidas, como a outrora bela estação de Ribeirão Preto, ou caíram em ruínas. Afinal, o Brasil é o país das demolições e das ruínas – isto é, do memoricídio. Também não existem mais Cia Paulista nem Mogiana.

Ventila-se no presente uma grave questão para estes municípios [Casa Branca, Pirassununga e Ribeirão Preto, entre outros] e que não póde deixar de interessar grandemente o seu futuro e actualidade. Refiro-me ao prolongamento da linha ferrea até elles. Por uma dessas aberrações peculiares ao estado actual das cousas, com o sacrificio do bom senso, da economia, conveniencia publica e particular, a companhia Mogyana, trata, contra o desejo unanime dos habitantes desses logares, de prolongar a sua linha ferrea a S. Simão, guiado pelo espírito da inveja e de hostilidade á [Companhia de Estradas de Ferro] Paulista. Além dos continuados favores

¹⁴¹ Capim.

¹⁴² Cantado.

¹⁴³ A Provincia de São Paulo (jornal). São Paulo, 20 de outubro de 1877, p. 1.





obtidos dos cofres publicos, aos quaes tem onerado em extremo, só almeja ella cercar a Paulista, e para isso não hesitará ante todos os meios. (...). Não concebo idéia mais grotesca que a da Mogiana, em levar a sua linha a Ribeirão Preto¹⁴⁴.

A crítica de Martinico Prado, contrária à Cia. Mogiana e defendendo os interesses da sua rival, a Cia Paulista, foi reiterada pelo vereador Antônio José Ferreira – conforme consta da ata da Câmara Municipal, de 6 de março de 1880¹⁴⁵. Ainda que a Câmara tenha aprovado o encaminhamento da representação à Assembleia Provincial, a Cia. Mogiana se saiu vitoriosa da contenda, tendo escrito alguns dos primeiros capítulos mais importantes na história do desenvolvimento de Ribeirão Preto. Foi a Cia. Mogiana que nos deixou o seu saudoso legado.

Eis que a sua belíssima estação, inaugurada em 1883, foi barbaramente demolida, em 1967, pelo prefeito Welson Gasparini (Batatais, 1936 – Ribeirão Preto, 2024) – para que, próxima ao seu lugar, fosse construída umas das estações rodoviárias mais feias, disfuncionais e sujas do Brasil. Sim, a burrice dos nossos políticos talvez seja mais que isso: falta amor à cidade.

Na sua crônica sobre as belezas de Ribeirão Preto, Antenor Nascentes, em 1926, nos dá a dimensão do centro da cidade desde a chegada com o trem da Mogiana:

Atravessando a praça da estação, cruza-se com o ribeirão de aguas escuras, a que deve a cidade o seu nome. O ribeirão está canalizado: o canal apresenta elegante balaustrada. Tem-se assim uma impressão de Belo Horizonte ou de S. João d'El-Rey, onde também um ribeirão paralelo á linha do trem corta o meio da praça da estação. Defronte se nos depara a rua General Osorio, que é a principal. Ahi é que estão as lojas mais importantes, os bancos: sente-se que ahi palpita o coração da cidade. A rua General Osorio vai ter á praça principal, a Praça 15 de novembro. A Praça 15 tem um lindo jardim, dos mais lindos do Estado e do Brasil. No canto da rua General Osorio fica a herma do Dr. Luiz Pereira Barreto, o grande sábio a que tanto devem os paulistas. No interior ficam coreto, bar, canteiros com arvores cortadas de modo caprichosamente interessante. Na praça ficam o Hotel Central, a Casa Alemã, o Teatro Carlos Gomes.

Nas fotos a seguir, temos alguns dos locais narrados por Antenor Nascentes, desde a Estação da Companhia Mogiana, percorrendo a Rua General Osório, até a Praça XV, com a herma de Luís Pereira Barreto (Resende, 1840 – São Paulo, 1923) – inaugurada dois anos antes, após articulação política do seu sobrinho, Fábio de Sá Barreto – próxima ao Coreto e ao Trianon (o citado bar), bem como ao Theatro Carlos Gomes e também à Casa Alemã.

¹⁴⁴ *Ibidem*.

¹⁴⁵ Cf. EMBOABA [DA COSTA], 1955, p. 431.





Rua General Osório: ao fundo, a Estação da Companhia Mogiana (foto de Ernesto Kühn).





Estação da Mogiana vista da Rua General Osório (foto de Aristides Motta, 1927)



Vista da Vila Tibério (1934): à esquerda, a Rua Martinico Prado, então interrompida pela Estação da Mogiana. Na sua continuidade, a Rua General Osório, até os fundos do Teatro Pedro II.



À esquerda, o Coreto; ao centro, o Trianon; ao fundo, o Teatro Carlos Gomes – vistos da esquina da General Osório com Álvares Cabral na inauguração da herma médica de Pereira Barreto, depois removida ao outro extremo da praça (foto de Aristides Motta, 11 de janeiro de 1924).





Casa Alemã – esquina da Tibiriçá com General Osório (cartões postais de Theodor Preising, 1937).

Martinico Prado também enaltecia a fertilidade das terras em Ribeirão Preto. Ao lado de Luís Pereira Barreto, podem ser considerados os pioneiros da cultura cafeeira. O entusiasmo de Martinico Prado com o potencial agrícola de Ribeirão Preto era admirável, tal como consta no seu discurso pronunciado na Assembleia Legislativa em São Paulo, em 6 de março de 1879:

Não há na provincia de S. Paulo município algum cuja importancia possa approximar-se à do Ribeirão-Preto. Campinas, Limeira, Rio-Claro, Araras, Descalvado, Casa Branca etc., tudo é pequeno, rachitico, insignificante diante desse incomparável colosso. Ainda mais, todos esses municipios reunidos, não pódem disputar ao Ribeirão-Preto. A primasia, quanto á qualidade e extensão de seus terrenos de cultura. Para ser mais exacto ainda direi: reunidos os terrenos de toda a provincia onde existem plantações de café, não poderão produzir tanto como pôde só o município do Ribeirão Preto, não compreendendo ainda a prodigiosa zona de terras baixas, todas da mais apurada qualidade possível. (...). Será difficil existir no Brazil uma massa tão compacta, extensa, e sem manchas, de boas terras como no Ribeirão Preto¹⁴⁶.



Chácara de Martinico Prado (foto de Ernesto Kühn) – demolida em 1975.

¹⁴⁶ Correio Paulistano (jornal). São Paulo, 11 de novembro de 1879, p. 2.





No seu glossário de verbetes sobre a Província de São Paulo – uma publicação póstuma de 1879 – Azevedo Marques divulgava informações histórico-geográficas sobre Ribeirão Preto, também tendo como referência a crônica anterior de Martinico Prado (1877):

Nova e ainda pouco importante povoação situada a NNO da capital, da qual dista 60 leguas ou 234 kil. pouco mais ou menos, á margem dos ribeirões de seu nome e do Retiro. Foi creada freguezia com a denominação de *S. Sebastião do Ribeirão-Preto* por lei provincial de 2 de abril de 1870. Foi elevada á villa, desmembrando-se o seu território do município de S. Simão a que pertencia, por outra lei de 12 de Abril de 1871, que designou-lhe as divisas. A sua população pelo recenseamento de 1873 era de 5,552 habitantes, sendo 857 escravos; a parochia dá 14 eleitores. Os detalhes que em seguida transcrevemos são tomados de uma bem elaborada série de artigos que sobre este município publicou no jornal *Provincia de S. Paulo* o illustrado Sr. Dr. Martinho Prado Júnior (...). “Confinam com este município os seguintes: S. Simão, Cajurú, Batataes, Jaboticabal, Araraquara e S. Carlos, e dista a Villa – de S. Simão, 8 leguas, ou 44,4 kil.¹⁴⁷; de Cajurú, 6, ou 33 kil.; de Batataes, 7, ou 38,5 kil.; de Araraquara 11, ou 61 kil.; de Pirassununga, 17, ou 94,5 kil.; e de Casa-Branca, 20, ou 111 kil”. A excelência das terras para a cultura do café, na qual já se empregam importantes fazendas, promete rápido desenvolvimento e um futuro lisonjeiro a este município, que possui além d’isso outras condições de progresso. Actualmente tem duas escolas publicas de primeiras letras¹⁴⁸.

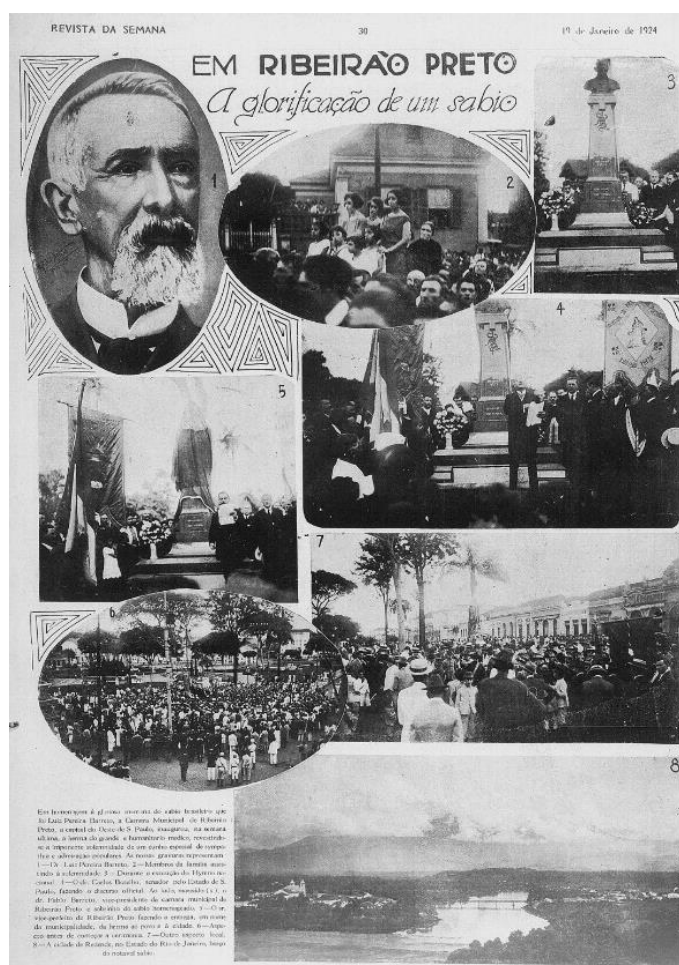
Pereira Barreto, antes mesmo de Martinico Prado, já se entusiasmava com o potencial de Ribeirão Preto para lhe tornar ainda mais rico. Ao contrário do seu sobrinho, Fábio de Sá Barreto, que inaugurou a água parada para a proliferação do mosquito da dengue na Praça XV, por sua vez, o sanitarista Pereira Barreto havia sido justamente um pioneiro no estudo do *Stegomyia fasciata* (antigo nome do *Aedes aegypti*). Mas tenhamos cuidado, não obstante alguma virtude científica, a sua condução intelectual, como todo reacionário, o fez confundir o conhecimento em si com a sua deturpação: Pereira Barreto foi um dos principais teóricos da eugenia na Velha República – sendo a eugenia, como sabemos, a questão protagonista da cultura do racismo no Brasil, ainda que pouca estudada ou discutida. Entretanto, é indiscutível o seu mérito como pioneiro na introdução da cultura do café em Ribeirão Preto: o seu artigo *A Terra Rôxa*, publicado entre as matérias da *Secção Scientifica*, destaca o progresso paulista “perante os symptomas da agonia geral que observamos em todo este vasto Império”¹⁴⁹.

¹⁴⁷ Passados pouco mais de 20 anos, da década de 50 para a década de 70 do século XIX, a distância entre Ribeirão Preto para São Simão diminuiu de dez para oito léguas – cerca de 66 km para 44,4 km. Provavelmente, já se encontravam novas soluções viárias.

¹⁴⁸ AZEVEDO MARQUES, 1879, p. 134.

¹⁴⁹ A Provincia de São Paulo (jornal). São Paulo, 6 de dezembro de 1876, p. 1.





Revista da Semana. Rio de Janeiro: Anno XXV, nº 4, 19 de janeiro de 1924, p. 30.

Observa-se um desenvolvimento acentuado em Ribeirão Preto, no final do século XIX e no início do século XX. Vejamos alguns dados de 1904 e 1905: Francisco Schmidt possuía 4.043.300 pés de café, enquanto Martinico Prado possuía 2.112.700 – só para citarmos os dois maiores produtores. Havia 21.522 trabalhadores na produção agrícola, sendo 4.717 brasileiros e 16.805 estrangeiros, abrangendo 261 propriedades, num total de 50.296 alqueires – além de 36.275 cabeças de animais¹⁵⁰. Pena que toda esta riqueza não tenha sido convertida em prol de uma sociedade mais justa, com mais arte e melhor formação do pensamento crítico.

Por fim, entre todos os latifundiários e grandes fazendeiros aqui citados, nenhum deixou um legado mais importante para a música que Francisco Schmidt, notadamente os espaços físicos do Theatro Carlos Gomes – obra monumental por ele idealizada e patrocinada – e a Sala de Concertos da Tulha, ainda que, neste segundo caso, pensada

¹⁵⁰ Secretaria de Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. *Estatística Agrícola e Zootécnica de Ribeirão Preto no Anno Agrícola de 1904-1905*. São Paulo: Typographia Brazil de Carlos Gerke & Rothschild, 1907.



originalmente para a sua fazenda do café, mas cuja construção, de tão bem feita e acabada, sobreviveu aos tempos e hoje se encontra requalificada para a música de câmara. Tanto o Theatro Carlos Gomes como a Sala de Concertos da Tulha remontam ao final do século XIX. Se esta está em pleno uso, aquele aguarda por novos tempos de reconstrução poética.

Quanto à importância para o café, João Pedro da Veiga Miranda (Campanha, 1881 – Ribeirão Preto, 1936), já dizia na inauguração da sua herma na Praça Schmidt:

Duzentos annos tem o café de existencia em terras do Brasil, e até hoje dois nomes se identificaram absolutamente com elle, como si delle derivassem, como si sómente delle houvessem tirado a propria razão de ser. O nome de um municipio e o nome de um cidadão, Ribeirão Preto e Francisco Schmidt¹⁵¹.



Diário da Manhã (jornal). Ribeirão Preto, 10 de abril de 1904, p. 1.

¹⁵¹ Correio Paulistano (jornal). São Paulo, 23 de outubro de 1927, p. 8.





OS PRIMEIROS PADRES DE RIBEIRÃO PRETO

Em vez de ser aquelle vigario o ministro de Deos, parece antes o alliado de Satanaz¹⁵².

Do que se tem notícia, o primeiro padre a se relacionar com o cotidiano religioso dos moradores do distrito de São Sebastião da Barra do Retiro foi o mineiro Manuel Eusebio de Araújo. Natural de Urucuia, nasceu em 1º de fevereiro de 1802. Foi ordenado padre em Goiás. Atuou em Mococa, entre 1848 e 1850, transferindo-se para São Simão, na região do futuro curato de Ribeirão Preto, onde consta ter realizado assentos de batismos. Pode até ter sido ele que reiterou São Sebastião como orago da capela primitiva nas Palmeiras, mencionada desde 1845. “Em 1857, o padre Manuel Eusébio de Azevedo residia na Fazenda das Palmeiras, onde tinha a sua propriedade e era recenseado como eleitor”¹⁵³. Em 1863, viabilizou, junto ao Bispado de São Paulo, a escolha definitiva do local para a construção da nova capela que se tornará a Igreja Matriz de São Sebastião do Ribeirão Preto. “Sepultado em 1º de janeiro de 1869”¹⁵⁴, o padre Manuel Eusébio de Araújo morreu numa casa da Fazenda do Lageado – propriedade do citado Gabriel de Souza Diniz Junqueira – aquele dos conflitos com o padre Jeremias José Nogueira e os operários da obra da capela primitiva, em 1858, quando trabalhou como subdelegado em São Simão – lá envolto em polêmicas policiais¹⁵⁵. Não pudemos verificar, contudo, a relação entre o nosso primeiro padre e o nobre que o hospedava.

¹⁵² Trata-se da crítica dos deputados conservadores, na Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, contrária ao vigário da vara de São Simão, Antônio José de Castro, o qual atuou na capela provisória ou primitiva antes de Ribeirão Preto se tornar vila, tanto como padre em registros da igreja, como político liberal em campanhas eleitorais: “O vigário Castro atroava os ouvidos do povo com toda sorte de impropérios contra os conservadores e fazia sua propaganda de casa em casa, nas cappelas do Ribeirão Preto e Santa Rita” – *Correio Paulistano* (jornal). São Paulo, 29 de março de 1865, p. 2.

¹⁵³ LAGES, 2016, p. 24.

¹⁵⁴ EMBOABA [DA COSTA], 1955, p. 417.

¹⁵⁵ Em 1858, entre as notícias dos *Negocios de Batataes*, houve denúncias contra os “CELEBERREMOS Junqueiras”. Dizia-se ainda de Gabriel de Souza Diniz Junqueira, que o seu irmão, José Martiniano Diniz Junqueira, “assassinou a José Ferreira de Carvalho nas Cabeceiras do Bebedo[u]r[o]”. Questionava-se, se “será falso que Balbino Azarias, assassino de Bento Antonio Dias de Castro na freguezia de Conceição do Rio Verde (província de Minas), sendo preso e depois condemnado pelo jury de Baependy a vinte annos de prisão, veio para a freguesia de S[ão] Simão na companhia do subdelegado Gabriel de Souza Diniz Junqueira, e por elle foi qualificado votante e nomeado OFFICIAL DE JUSTIÇA, cujo emprego está exercendo? Será falso que o publico sensato e morigerado reprova e estigmatiza o procedimento do indigno subdelegado e elle diz-lhe que em face que TEM MUITO DINHEIRO PARA LIVRAR BALBINO? Será falso que na fazenda do Gambá do subdelegado Gabriel de Souza Diniz Junqueira existem cinco facinoras capangas, e os dous *martyres da virtude*, José Joaquim Ventania, e Manoel Alexandre? Será falso que existe na fazenda do Lageado de Gabriel de Souza Diniz Junqueira o malvado Domingos Roza, que perpetrou um assassinato em Cajurú, 6 legoas de distancia? Será falso que móra com o subdelegado Gabriel de Souza Diniz Junqueira e é seu capanga Beato Rodrigues que assassinou José Pimenta no districto de Araraquara? Será falso que um monstro conhecido pelo nome de Corumbá, facinora de profissão, que atormentado pelos remorsos que lhe affligem a consciência ou deseioso de ainda mais facilmente cevar a sua ferocidade, internou-se no sertão, acaba de ser chamado por Gabriel de Souza Diniz Junqueira para a sua fazenda sita na freguezia de S[ão] Simão? Será falso que foi Corumbá quem assassinou Manoel José em Cajurú, de cujo



A capela – antes de ser matriz – foi abençoada pelo novo vigário de São Simão Miguel Martins da Silva – no posto desde 1867, tendo substituído ao extremista liberal Antônio José de Castro. Pouco depois, ele perdeu o posto em São Simão para o novo vigário, Francisco Belleza, em 1869. Desempregado, Miguel Martins da Silva concorreu à Capela de Ribeirão Preto que estava sendo curada. Contudo, por reivindicação dos moradores locais, o pedido do padre desempregado foi indeferido. O posto de primeiro vigário curado de Ribeirão Preto, por ele pretendido, acabou sendo ocupado pelo corso Ângelo José Philidory Torres (Bastia, Córsega, 1825 – São Simão, 1899).

Vigários	Capetões	Sacristãos	Músicos	Fabricadores
P. Ângelo José Philidory Torres	P. João de Viani	Barcel de Mauro	Francisco Eusebio dos Anjos	Antonio M. dos Reis
Capetão de Ribeirão Preto em 28 de Abril de 1868.	Capetão de Ribeirão Preto em 28 de Abril de 1868.	Capetão de Ribeirão Preto em 28 de Abril de 1868.	Capetão de Ribeirão Preto em 28 de Abril de 1868.	Capetão de Ribeirão Preto em 28 de Abril de 1868.
P. Nunzio Greco	P. Nuno Greco	Capetão de Ribeirão Preto em 28 de Abril de 1868.	Capetão de Ribeirão Preto em 28 de Abril de 1868.	Capetão de Ribeirão Preto em 28 de Abril de 1868.
Capetão de Ribeirão Preto em 28 de Abril de 1868.	Capetão de Ribeirão Preto em 28 de Abril de 1868.	Capetão de Ribeirão Preto em 28 de Abril de 1868.	Capetão de Ribeirão Preto em 28 de Abril de 1868.	Capetão de Ribeirão Preto em 28 de Abril de 1868.

Livro do Tombo da Parochia do Ribeirão Preto (1885), p. 7r (Arquivo da Catedral de São Sebastião de Ribeirão Preto).

Com lacunas documentais irrecuperáveis, esse Livro do Tombo da Parochia do Ribeirão Preto deveria ter existido, pelo menos, desde 1869, quando a capela foi curada. Mas foi elaborado tardiamente, só em 1885. Infelizmente, nem sempre os padres são amigos da história: se Ângelo José Philidory Torres foi omissos, Nunzio Greco (Nápoles, 1836 – Espírito Santo do Pinhal, 1914) só o instituiu no oitavo ano do seu curato.

assassinato foi absolvido, segundo consta, pela venalidade de tão incensado juiz de direito de então? Será falso que o subdelegado Gabriel de Souza Diniz Junqueira recebe participação dos guardas da cadeia de S[ão] Simão de que esta estava sendo arrombada, e, distando sua casa apenas alguns passos da cadeia, deixa so ficar muito a commodo, e lá se vai o preso José da Silva Teixeira, condemnado pelo jury de Casa Branca a seis annos de prisão pelo crime de castração perpetrado em um menino?" – Correio Paulistano (jornal). São Paulo, 4 de agosto de 1858, p. 3.



Ângelo José Philidory Torres foi o primeiro capelão da capela curada e, em seguida, o primeiro vigário paroquial da Matriz. De origem francesa, presbítero secular do hábito de São Pedro, natural da Vila de Bastia, na Corsega¹⁵⁶, viveu no Brasil desde 1853. Infelizmente, em nossa pesquisa, não encontramos registros iconográficos dele, nem de nenhum padre anterior.



Antigo cartão postal de Bastia (Córsega) – cidade natal do padre Ângelo José Philidory Torres.

Sua habilitação, enquanto padre estrangeiro, deu-se no Bispado de São Paulo, em 1866¹⁵⁷, ano em que também foi naturalizado brasileiro¹⁵⁸ – então vigário encomendado da *Villa de São Sebastião do Jaguary*, atual Camanducaia, situada na Província de Minas Gerais, mas à época pertencente ao Bispado de São Paulo. Em Jaguari, fundou uma escola secundária, em 1866¹⁵⁹, onde atuou como professor. Ao que consta, ainda em Jaguari, militante conservador¹⁶⁰, exerceu um antagonismo contrário à maçonaria e mesmo a outros conservadores, seus desafetos pessoais. Foi apelidado pelos seus adversários políticos de “o Jesuíta” – claro que não por conta de conhecimentos de grego ou latim, nem por ser versado em ciências, artes e filosofia, mas devido ao anticlericalismo positivista dos maçons – conservadores, liberais ou republicanos. Em 1869, Ângelo José

¹⁵⁶ Diário de Notícias (jornal). São Paulo, 9 de abril de 1889, p. 1.

¹⁵⁷ Curia Metropolitana de São Paulo / Secção Primeira / Padres Estrangeiros, 1866, Angelo José Filidory, Estante 3, Gaveta 51, N° 8.

¹⁵⁸ Decreto (Brasil) n° 1297, de 22 de junho de 1866.

¹⁵⁹ Diário de Minas (jornal). Juiz de Fora, 21 de setembro de 1866, p. 2.

¹⁶⁰ Noticiador de Minas (jornal). Ouro Preto, 3 de março de 1869, p. 2.





Philidory Torres solicita a sua transferência para Ribeirão Preto, para assumir o posto de capelão curado:

Excelentíssimo Senhor Vigário Capitular. O padre Ângelo José Philidory [Torres], vigário encomendado de São Sebastião do Jaguari, Província de Minas Gerais, Bispado de São Paulo, vem perante Vossa Excelência pedir-lhe se digne removê-lo da dita Freguesia e nomeá-lo cura da capela do Ribeirão Preto. Esta graça espera o suplicante da proverbial bondade de Vossa Excelência Reverendíssima se digne mandar que se lhe dê Provisão. Espera Receber Mercê. São Sebastião do Jaguari, a 10 de novembro de 1869. Padre Ângelo José Philidory [Torres]¹⁶¹.

Foi nomeado capelão curado em 26 de novembro de 1869. Também atuou na demarcação territorial, ação que, mais tarde, corroborou a emancipação de Ribeirão Preto.

Em 1874, juntamente com o comendador Gabriel de Souza Diniz Junqueira e o subdelegado Antônio Alves Pereira de Campos, entre outras autoridades, integrou a comissão de recenseamento da Província de São Paulo, responsável pelo levantamento censitário de Ribeirão Preto¹⁶² – de acordo com a nomeação, em 27 de dezembro de 1873, assinada por João Carlos da Silva Telles, secretário de governo da presidência da província¹⁶³.

Em 1875, em São Simão, há notícia de um envolvimento musical do padre Ângelo José Philidory Torres, para além do *cantochão*, com a provável atuação de um mestre de capela e demais músicos profissionais com orquestra e coro no *canto de órgão*¹⁶⁴. Entretanto, o jornalista simonense – a notícia foi redigida em 29 de novembro de 1875 – não se interessou em nos deixar detalhes sobre a *poíesis* e a *práxis* da arte do som no tempo naquele episódio:

constou [a festa do Divino Espírito-Santo] de nove dias de novenas com musica, duas missas cantadas, dous sermões, duas procissões e um solemne *Te Deum*, celebrado pelo muito digno reve[rendo] padre Jeremias José Nogueira, vigário da vara desta comarca, servindo de acolytos os ver[erendos] padres José Bento da Costa, vigário desta villa [de São Simão], e o rev[erendíssimo] vigario do Ribeirão-Preto, padre Angelo Felidoro [*sic*, Philidory], que mais uma vez fez repercutir, na igreja de Jesus-Christo, as suas palavras de viva fê e certeza a respeito á vinda do Divino Espirito-Santo sobre a cabeça dos apóstolos¹⁶⁵.

¹⁶¹ EMBOABA [DA COSTA], 1955, p. 435.

¹⁶² Correio Paulistano (jornal). São Paulo, 3 de janeiro de 1874, p. 5.

¹⁶³ Diário de São Paulo, 31 de dezembro de 1873, p. 3.

¹⁶⁴ Do século XVI ao século XIX, no Brasil, a música grafomediada se dividia em dois universos musicais, ambos contemplando a escritura das solfas: 1) *Cantochão*, o mesmo que canto gregoriano (não obstante os antigos cantos ambrosiano e bizantino também serem cantochão), a monodia católica a uma voz sem acompanhamento instrumental composta pelos mestres anônimos da Alta Idade Média; 2) *Canto de Órgão*, toda a produção musical do Renascimento e da Época do Baixo Contínuo composta por compositores da época, incluindo os gêneros ópera, sacro, concertante, serenata, militar, artinha, lundum e modinha, com vozes e instrumentos e contemplando os recursos da homofonia, da melodia acompanhada e da polifonia.

¹⁶⁵ A Província de São Paulo (jornal). São Paulo, 11 de dezembro de 1875, p. 2.





Em 1877, houve um conflito entre os dois grupos rivais locais, ambos burgueses reacionários, envolvendo mais interesses pessoais que político-partidários, ainda que disputando votações na Câmara Municipal: 1) grupo de baixo ou de forte influência maçônica, com patente anticlericalismo (nas imediações da Rua Visconde do Rio Branco), formado por Antônio Alves Pereira de Campos, Antonio Bernardino Velloso de Almeida, Bernardo Alves Pereira (cujas residências eram cedidas para as sessões da Câmara Municipal – ver foto abaixo), Custódio Gonçalves Braga, Felix Gonçalves Braga, José Bento Junqueira, Luiz Herculanio de Souza Junqueira, Luís Antônio da Cunha Junqueira, Manuel José da Cunha, Manuel José de França, Ramiro Luiz de Oliveira Pimentel e Venâncio José dos Reis, entre outros; 2) grupo de cima ou conservadores do dito partido jesuíta (nas mediações da Igreja Matriz), formado por Ângelo José Philidory Torres, Antônio Gonçalves Valim, Jacinto José de Souza e João Gonçalves dos Santos, entre outros¹⁶⁶.



Casa que pertenceu a Bernardo Alves Pereira, localizada, então, na Rua Visconde do Rio Branco nº 42-44, onde foram realizadas as primeiras reuniões da Câmara Municipal a partir de 1874¹⁶⁷.

Entre março e junho de 1877, aliado do coronel João Gonçalves dos Santos, o padre Philidory Torres, conservador extremista, teve que ser transferido às pressas para São Simão, deixando Ribeirão Preto em meio a um conflito contrário ao grupo do coronel Bernardo Alves Pereira.

Num processo daquele ano, sem exceção, mencionam o boato que Philidory programava-se para juntar mais de 200 homens. O padre estaria pronto a liderar um assalto à vila com o objetivo de assassinar todos os maçons e atear fogo na casa maçônica¹⁶⁸.

Anteriormente, Antonio Bernardino Velloso de Almeida e Bernardo Alves Pereira foram acusados de terem sido os mandantes do assassinato de Jacinto José de Sousa (aliado do padre Ângelo José Philidory Torres), por ocasião das eleições de 1876:

¹⁶⁶ Cf. GARCIA, 2013, p. 252-254.

¹⁶⁷ *Op. cit.*, p. 119, segundo levantamento de Rubem Cione (Marcondésia, 1918 – Ribeirão Preto, 2007).

¹⁶⁸ *Op. cit.*, p. 254.





Os mandantes, Bernardo Alves Pereira e Bernardino Velloso de Almeida. Entre os muitos cúmplices, Antônio Alves Pereira de Campos e Manoel José França. E os capangas, Chico Barbudo, Cangote Cheiroso e Lilica. Jacinto foi atirado em frente à igreja, em 3 de outubro de 1876, enquanto protegia a urna da eleição que, após o tiroteio, foi levada pelos ditos capangas. Apenas a título de parêntese, trata-se de um exemplo perfeito da personificação de agregados que sobrevivem à custa da violência. Para completar o quadro de ódios, as testemunhas são claras em afirmar que não havia desacordo entre partidos políticos, ambos se diziam conservadores, havia sim divergências pessoais. De outro lado dessa rixa, estava o partido chefiado pelo então vigário Ângelo José Philidory Torres, que se opunha ao partido chefiado por Bernardo Alves Pereira, a quem se creditava filiação maçônica. Dessa forma, não foi por mera coincidência que ratificada a eleição de Antônio Bernardino Velloso de Almeida em 1877, o vigário deixa a cidade como atesta o auto de prestação de contas de Antônio Gonçalves dos Santos Primo, que simultaneamente concede exoneração ao fabriqueiro e ao pároco¹⁶⁹.

Ainda em 1877, se o padre Ângelo José Philidory Torres foi exonerado, por sua vez, por falta de provas, a denúncia foi julgada improcedente: Bernardo Alves Pereira, Antônio Bernardino Velloso de Almeida, Luiz Antônio da Cunha Junqueira, Antônio Alves Pereira de Campos, entre outros, todos se beneficiaram da impunidade e, na sequência, vários conquistaram postos na Câmara no mandato de 1877 a 1880.

É difícil estabelecer, hoje, os desdobramentos das relações pessoais naquela época. Mas por certo elas se deterioraram. Além de ter sido, em 1870, na Igreja Matriz, o vigário que celebrou a cerimônia de casamento de Antonio Bernardino Velloso de Almeida, dois anos depois, em 24 de novembro de 1872, Ângelo José Philidory Torres, na mesma Matriz, também batizou uma criança de cor parda, sua escravizada, de nome Venerando, nascida em 25 de outubro de 1872, cujo padrinho foi justamente Jacinto José de Souza¹⁷⁰. Em 1873, constou o seu nome como segundo suplente de subdelegado, sendo o primeiro delegado o coronel Luis Antônio da Cunha Junqueira e, por sua vez, como subdelegado, Antonio Alves Pereira de Campos, portanto, atuando em conjunto com os dois no serviço público¹⁷¹.

Além dessas desavenças, o próprio cura também havia sofrido graves acusações. No ano anterior, em 19 de dezembro de 1876, na sessão da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, foi, pelo presidente, apresentada uma petição assinada por Custódio Gonçalves Braga (do citado grupo de Bernardo Alves Pereira) – feita ao juízo municipal e aprovada por três votos a dois – denunciando o vigário da paróquia por crime de estupro com

¹⁶⁹ *Op. cit.*, p. 164

¹⁷⁰ Registros do Arquivo da Catedral de Ribeirão Preto.

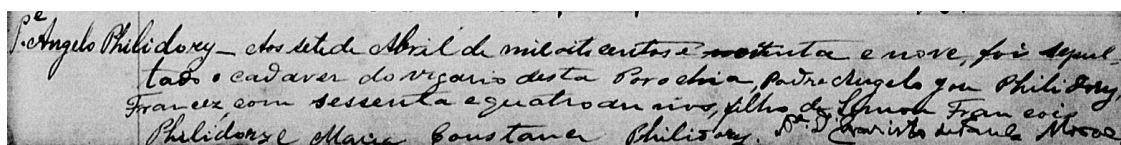
¹⁷¹ *ALMANAK – Provincia de São Paulo para 1873*. Organizado e publicado por Antônio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. São Paulo: Typographia Americana, 1873, p. 503.





violência e de ter ainda provocado aborto. Tais fatos foram comunicados ao presidente da província e ao bispo diocesano em São Paulo. Os supostos crimes, entretanto, não foram comprovados. Sequer há notícias de processo que tenha sofrido nem de condenação em primeira instância¹⁷². Finalmente, é possível que tenha havido algum acordo pela não condenação, mas procedendo-se com a exoneração do padre, em 1877, como já citado anteriormente.

Mesmo envolvido com os temas do estupro e do aborto – como em geral ocorre com todo conservador – o padre Philidory Torres, contudo, não era negacionista. Ainda em 1877, atuou, conforme as normas profiláticas da época, no combate à varíola, cujo surto assolou São Simão¹⁷³ – onde morreu, em 6 de abril de 1899¹⁷⁴, sem maiores notícias de conflitos. Ao que consta, não tinha familiares no Brasil¹⁷⁵.



Padre Angelo Philidory – Aos sete de Abril de mil oitocentos e noventa e nove, foi sepultado o cadaver do vigario desta Parochia, Padre Angelo José Philidory, Francez, com sessenta e quatro anos, filho de Linou François Philidory e Maria Constaner Philidory – Assento de óbito em São Simão, a 7 de abril de 1899, redigido pelo P[adre] V[igário] Evaristo de Paula Moraes.

Houve quem comparasse, à época, a qualidade do curato entre os dois padres: José Ângelo Philidory Torres e o seu sucessor, Nunzio Grecco. No caso, o cronista, Salvador José Correia Coelho, era amigo do italiano, mas não sabemos se teve contato direto com o francês. Por outro lado, sabemos que o cronista enaltecia a figura pública de Bernardo Alves Pereira e se declarava amigo de Antonio Bernardino Velloso de Almeida, ambos maçons inimigos políticos e pessoais de José Ângelo Philidory Torres, como acabamos de verificar diante dos fatos. Assim, toda crônica de época deve ser lida com distanciamento crítico, ainda que a testemunha convivesse proximamente às autoridades envolvidas:

O primeiro vigario da parochia fôra o padre Angelo José Philidory Torres, natural de Bastia, na Corsega, aonde, passados annos, regressára, sendo substituido pelo nosso amigo r[e]v[er]en[d]o s[en]ho[r] padre Nunzio Greco, de nacionalidade italiana. Este distincto sacerdote é bem aceito dos seus freguezes e aproveitado cultor das lettras. O padre Philidory porem deixou na parochia uma triste chronica. Suas antigas ovelhas o accusão de molície, de avareza, de envolver-se nas intrigas politicas da localidade etc.

¹⁷² Arquivo do Estado de São Paulo.

¹⁷³ Correio Paulistano (jornal). São Paulo, 4 de dezembro de 1887, p. 2.

¹⁷⁴ Diário de Notícias (jornal). São Paulo, 9 de abril de 1889, p. 1.

¹⁷⁵ Correio Paulistano (jornal). São Paulo, 5 de dezembro de 1891, p. 2.





e afirmação que repatriando se conduzira connosco grossos cabedades extrahidos d'um arraial embryonario¹⁷⁶.

Dos tempos do Império e do Padroado, o último padre, em Ribeirão Preto, foi o citado Nunzio Grecco – o primeiro com atividades musicais comprovadas na sua atuação religiosa na Matriz local. Napolitano, nasceu em 18 de agosto de 1836. Imigrou para o Brasil por volta de 1874, tornando-se padre em 14 de junho de 1875 e “brasileiro naturalizado por Carta Imperial de 18 de outubro de 1876”¹⁷⁷ – transferido, enquanto coadjutor, para a Vila Franca do Imperador, atual Franca (janeiro de 1875 até janeiro de 1877) e, posteriormente, para Penha do Rio do Peixe, atual Itapira (até abril de 1877). Foi, então, em Ribeirão Preto, “nomeado vigário a 10 de abril de 1877”¹⁷⁸, tomando posse a 22 de abril do mesmo ano¹⁷⁹.



Padre Nunzio Grecco, mais jovem e mais velho.

No curato de Nunzio Grecco, temos notícia de uma reforma na velha matriz. Em 27 de fevereiro de 1878, a Câmara Municipal de Ribeirão Preto solicitou “quatro contos de réis para as obras da Igreja Matriz” à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo¹⁸⁰, visando a melhorias estruturais ou talvez uma ampliação – nos dias de hoje, aproximadamente R\$ 2.140.000,00. De fato, em 14 de outubro de 1878, na sentença do

¹⁷⁶ CORREIA [COELHO], Salvador J[osé]. *Variedade – Dous mezes no Ribeirão Preto*. In: *Correio Paulistano* (jornal). São Paulo, 4 de novembro de 1879, p. 2.

¹⁷⁷ Livro do *Tombo da Parochia do Ribeirão Preto* (1885), p. 7r. – Arquivo da Catedral de São Sebastião de Ribeirão Preto.

¹⁷⁸ *Ibidem*.

¹⁷⁹ Segundo levantamento de Marcio Carlos, cronista de Itapira.

¹⁸⁰ Arquivo da Assembleia Legislativa de São Paulo, doravante AALSP – Império, Identificador 6754, Caixa 196, página 2, Código 39, CF. 78.067 de 27 de fevereiro de 1878.





juiz Simpliciano da Rocha Pombo (Franca, 1838 – Batatais, 1897), relativa à prestação de contas do fabriqueiro da Matriz na Vila do Ribeirão Preto, Manuel Soares de Nazaré Castilho, já constava que “tanto mais que é público que a Igreja Matriz foi aumentada e melhorada, continuando ainda as obras que são de indeclinável necessidade e para que muito tem consumido o atual vigário [Nunzio Grecco]”¹⁸¹.

Não obstante os bons recursos oriundos da Assembleia, sabemos que a reforma nunca se concretizou a contento. Desde sempre, o zelo e o cuidado não foram as maiores virtudes dos nossos fabriqueiros ribeirãopretanos. Quem sabe o desvio de verba pública tenha sido mais ameno que os crimes cometidos pelo fabriqueiro Manuel Soares de Nazaré Castilho.

E daí temos mais notícias de violência entre os benfeitores da cidade. No ano seguinte, em 1879, já fabriqueiro da Matriz desde o ano anterior, o mesmo Manuel Soares de Nazaré Castilho, sobre quem suspeitamos que tenha desviado verbas das melhorias da Matriz, foi acusado de mandante em outra tentativa de assassinato. Desta vez, a vítima foi o seu próprio enteado, Cândido Alves de Oliveira, “por problemas de herança de terras”¹⁸². Antes de ser solto, Manuel Soares de Nazaré Castilho foi “preso e posto de gargalheira” – segundo a carta aberta, publicada em São Paulo, em 10 de agosto de 1880, destinada ao presidente da província e ao chefe da polícia, redigida em sua solidariedade, por João Franco de Moraes Otávio¹⁸³ (Atibaia, ca. 1808 – Ribeirão Preto, 1893), fabriqueiro antecessor da mesma Matriz, em 1877. Ele havia sido preso, em 12 de abril de 1879, “por crime de tentativa de morte na pessoa de Antonio Bernardino Velloso”¹⁸⁴ – aquele mesmo acusado do assassinato de Jacinto José de Sousa. Eis que agora, o algoz se torna vítima.

¹⁸¹ *Apud* GARCIA, 2013, p. 161.

¹⁸² LAGES, 2010, p. 240-241.

¹⁸³ Na assim dita capivara deste latifundiário, constam homicídios e tentativas de homicídios, agressões físicas, falsificações de moeda, tortura e maus tratos de escravizados. Criminoso contumaz, João Franco de Moraes Otávio, além de coronel da Guarda Nacional e fabriqueiro da Matriz, em 1877, foi proprietário da Fazenda Monte Alegre – atual *Campus* da USP – antes dela ter sido comprada, em 1890, pelo coronel Francisco Schmidt.

¹⁸⁴ *Jornal da Tarde* (jornal). São Paulo, 16 de abril de 1879, p. 2. No dia seguinte, o episódio repercutia também na imprensa da Corte: Escreveram do Ribeirão Preto á *Provincia de S[ão] Paulo*: “Hontem (11) [de abril de 1879], foi preso João Franco de Moraes Octavio, por crime de tentativa de morte na pessoa do collecter de rendas geraes desta villa, Antonio Bernardino Velloso. A prisão foi effectuada pelo delegado de polícia, Bernardo Alves Pereira, a mando do juiz municipal 1º suplente do termo, Luiz Antonio da Cunha Junqueira, visto o Dr. juiz municipal, Miguel dos Anjos Barros, jurar suspeição, por ser amigo de Franco. Corre como certo que o mencionado collecter continua em perigo de ser assassinado pelos capangas do dito Franco” – *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 17 de abril de 1879, p. 2.





João Franco de Moraes Otávio, numa pacífica cena com a sua esposa e filhas.

Já os dois com histórico de homicídios, João Franco de Moraes Otávio e Manuel Soares de Nazaré Castilho – argumentando a favor do próprio “direito e liberdade”, tal como hoje ainda é característico dos poderosos – protestavam contra a suposta injustiça sofrida, pois “experimentavam na cadeia pública da cidade inqualificáveis torturas e assídua vigilância”. Alegavam ainda que, “sob pena de multa, ninguém pode ser preso sem culpa formada; assim como não pode preso algum ser amarrado ou posto em ferros”. É nesta hora que até mesmo os maiores contraventores clamam pelos direitos humanos. Por fim, João Franco de Moraes Otávio, intercedendo também por Manoel Soares de Nazaré Castilho, tentou inverter a condição de algozes para perseguidos. Vejamos os seus argumentos – cuja estratégia de modo algum nos é estranha:

Eu e o sr. Castilho somos dois velhos *valetudinários*¹⁸⁵ e por isso muito sofremos com a grande prisão, a qual na sombra da lei, se nos impôs, assim fomos vítimas inocentes de inimigos rancorosos, os quais sobre nós queriam cevar seus ódios¹⁸⁶.

Voltando ao relato sobre o padre Nunzio Grecco, há notícia de que ele próprio também será vítima num atentado:

Na noite de 14 do corrente [abril de 1885], o vigário padre Nunzio Grecco, foi vítima de uma tentativa de assassinato. Um malvado, prevalecendo-se das trevas da noite, disparou um tiro contra aquelle sacerdote, ferindo-o levemente¹⁸⁷.

Segundo Valéria Eugênia Garcia, que teve acesso ao “inquérito policial referente a tiros disparados contra a casa paroquial”, de 9 de junho de 1885,

no depoimento da testemunha Antônio Gonçalves Gomide, [este] informou que o vigário Nunzio Grecco tinha muitas inimizades. Outro depoente, o italiano Nicolau Pahsio afirmou que Bento Ferreira Lopes, um dos suspeitos do atentado, não era afeiçoado do padre Grecco e já havia entrado com uma demanda junto ao bispo, reclamando a recusa do vigário em

¹⁸⁵ Que possui a saúde frágil; que fica doente com facilidade (*Dicionário Online de Língua Portuguesa*).

¹⁸⁶ A Província de São Paulo (jornal). São Paulo, 10 de agosto de 1880, p. 2.

¹⁸⁷ Correio Paulistano (jornal). São Paulo, 22 de abril de 1885, p. 2.





realizar uma missa de corpo presente para o filho do alferes Diogo Carlos Cardoso¹⁸⁸.

Por sorte, o padre sobreviveu ao atentado, talvez por ter se abrigado “na casa da sua Madalena, localizada logo aos fundos da sua residência”¹⁸⁹ – aqui numa inspirada metáfora bíblica de outra testemunha. Segundo relatos da época, Nunzio Grecco dispunha de “amantes manteúdas” – mulheres supostamente sustentadas pelo padre – uma delas reconhecida pela alcunha de “Bem Bem”:

O negociante mineiro, de nome Manuel Ferreira Lousada, disse que a conduta do padre como homem não era regular nos seus deveres para com a disciplina da Igreja, porquanto era público e notório que tinha amantes manteúdas, e precisando-se mesmo, o nome de uma dessas, conhecida pela alcunha de “Bem Bem”, em cuja casa ele testemunha, via o padre desta freguesia entrar e sair a qualquer horário do dia¹⁹⁰.

A Bem Bem, portanto, seria a Madalena do padre. Não obstante, militante do Partido Conservador¹⁹¹, “a 11 de agosto de 1887”¹⁹², “concederam-se as honras de conego [honorário] da cathedral da diocese de S. Paulo ao padre Nunzio Grecco, vigario encomendado da freguesia de S. Sebastião do Ribeirão Preto, da mesma diocese”¹⁹³. Tal honraria foi “confirmada por provisão do Ex[celentíssi]mo Senhor Bispo Diocesano em data de 25 de agosto”¹⁹⁴ no mesmo ano de 1877. No ano seguinte, em 24 de outubro de 1888, ainda em São Paulo, noticiava-se que “o conego honorario Nuncio Grecco, vigario do Ribeirão Preto nesta provincia”, recebia a maior honraria do Império (e que ainda hoje é a maior condecoração do Estado Português, mesmo em tempos republicanos), tornando-se “Cavalleiro da Ordem de Christo”¹⁹⁵.

Da Matriz de Ribeirão Preto, o vigário Nunzio Grecco foi “exonerado, a pedido, do parochiato, em data de 17 de abril de 1890”¹⁹⁶ – uma vez que já havia sido nomeado para Jaboticabal, desde outubro de 1889¹⁹⁷, então não apenas a maior cidade da região como também a de maior área em toda a Província de São Paulo. Enquanto Ribeirão Preto contava com pouco mais de 10 mil habitantes, o número em Jaboticabal chegava quase

¹⁸⁸ GARCIA, 2013, p. 169.

¹⁸⁹ *Ibidem*.

¹⁹⁰ *Ibidem*.

¹⁹¹ Correio Paulistano (jornal). São Paulo, 13 de novembro de 1886, p. 3.

¹⁹² Livro do *Tombo da Parochia do Ribeirão Preto* (1885), p. 7r e 7v – Arquivo da Catedral de São Sebastião de Ribeirão Preto.

¹⁹³ Correio Paulistano (jornal). São Paulo, 13 de agosto de 1887, p. 1.

¹⁹⁴ Livro do *Tombo da Parochia do Ribeirão Preto* (1885), p. 7v – Arquivo da Catedral de São Sebastião de Ribeirão Preto.

¹⁹⁵ Correio Paulistano (jornal). São Paulo, 1º de novembro de 1888, p. 2.

¹⁹⁶ Livro do *Tombo da Parochia do Ribeirão Preto* (1885), p. 7v – Arquivo da Catedral de São Sebastião de Ribeirão Preto.

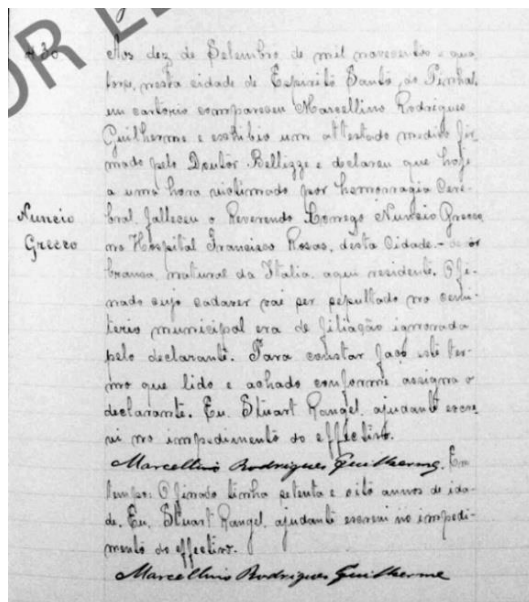
¹⁹⁷ Sentinela da Monarquia (jornal). Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1889, p.1.





aos 30 mil. Em Pirangi, pertencente à Paróquia Nossa Senhora do Carmo de Jaboticabal, há notícias de desbravadores erguendo o “Santo Cruzeiro do Compromisso”, dando origem à fundação do povoado. À sua sombra, em 1897, foi edificada a primeira capela em honra de Santo Antonio, onde o cônego Nunzio Grecco presidiu a primeira missa.

Consta que o cônego Nunzio Grecco atuou ainda em Espírito Santo do Pinhal, onde morreu em 9 de setembro de 1914.



Registro de óbito do padre Nunzio Grecco – Livro de Registro de Óbitos (1908-1921) de Espírito Santo do Pinhal (Registro 430)





A CULTURA RACISTA DA CÂMARA MUNICIPAL

Ainda nos tempos do Padroado, a mesma Câmara dos Vereadores que reivindicava a nossa emancipação jurídico-administrativa mostrava-se racista e violenta contra os pretos, pardos e pobres. No artigo 41 do *Código de Postura da Camara Municipal da Villa de Ribeirão Preto*, redigido em 10 de março de 1883, os vereadores determinavam que:

Art. 41 - Fica prohibido dentro da Villa, as danças chamadas batuques e catêretês; sob pena de multa de 20\$000 e 5 dias de prisão ao dono da casa onde se derem taes danças e 5\$000 de multa e 24 horas de prisão a cada dançador.

Ficaõ prohibidos dentro da Villa, as danças chamadas batuques e catêretês; sob pena de multa de 20\$000¹⁹⁸ e 5 dias de prisão ao dono da casa onde se derem taes danças e 5\$000¹⁹⁹ de multa e 24 horas a prisão a cada dansador²⁰⁰.

Está claro que a intolerância contra as religiões de matriz africana não foi exclusiva dos vereadores de Ribeirão Preto nem das demais vilas e cidades nos tempos do Império – nem tão pouco se restringe aos pastores (neo)pentecostais de hoje. De fato, a arbitrariedade remonta ao Padroado português desde o século XVI, quando já se proibia, em todo o reino, os folguedos com ajuntamentos de negros com os seus cantos e as suas danças. No Brasil, desde os primórdios da colonização, as autoridades portuguesas também proibiam as danças que passaram a ser chamadas de batuques desde pelo menos os tempos do 1º Conde de Bobadela no Rio de Janeiro²⁰¹.

Entretanto, o estudo dos batuques desde o período colonial, tendo em vista a repressão sofrida, é indissociável da história de resistência e luta dos pretos e pardos no Brasil. Numa palavra: as artes, pelo seu potencial transformador por meio da *poíesis* e da

¹⁹⁸ Equivalentes, hoje, a R\$ 10.700,00, aproximadamente.

¹⁹⁹ Equivalentes, hoje, a R\$ 2.675,00, aproximadamente.

²⁰⁰ AALSP – Império, Identificador 21324, Caixa 646, página 60, Código 39, RE 83.041, documento registrado em São Paulo, a 21 de julho de 1883. A data da redação ribeirãopretana está rasurada.

²⁰¹ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro: *Regimento do Senhor General pelo qual proíbe aos negros desta cidade, para que não se ajuntem em batuques no campo* (código 60, volume XXIV/00447, f. 50) – documento datado a 20 de junho de 1743, do governador e capitão general da Capitania do Rio de Janeiro e Minas Gerais, Gomes Freire de Andrade, “proibindo a reunião de negros na cidade do Rio de Janeiro em batuques no campo”, alegando que seja “preciso evitar as desordens que frequentemente sucedem de haver ajuntamento de negros pelos parques e mais praças”, com as suas “danças, as que chamam vulgarmente de batuques”.





práxis, podem contribuir na reconstrução e na valorização prioritária da memória dos ancestrais africanos e das populações originárias nos seus mundos da vida no Brasil.



Bumba meu Boi na Fazenda Vassoural – Centro Municipal de Memória & Museu de Sertãozinho.





**FRANCISCO CAETANO DOS ANJOS GAIA:
A CULTURA AMUSA CONTRA O MESTRE DE CAPELA**

O mancebo Chico-Gaia, o mais sublime ornamento do professorado primário d'esta província [de São Paulo], que lhe escorre scintilante, abundante, coriscante dos lábios, os melodiosos e espantosos sons de inimitável clarineta; começou a produzir canções incríveis na sublimidade d'aquelle reverendíssimo auditorio²⁰².

Ainda no vicariato (1877-1890) de Nunzio Grecco, consta a nomeação do primeiro e único mestre de capela na então *Villa d'Entre-Rios*. Francisco Caetano dos Anjos Gaia (São Sebastião, no Canal da Ilhabela, 1850 – Pitangueiras, 1913) – também conhecido por Chico-Gaia²⁰³ – foi o primeiro músico profissional que se tem notícia na nossa cidade. Exemplo de atuação conjunta do padre com o seu mestre de capela, temos na notícia de 21 de abril de 1883, pela qual sabemos das antigas práticas do Padroado no crepúsculo do Império: a missa latina e demais obras musicais na procissão e nas novenas, bem como o registro musical de uma Banda de Música, apresentando-se no seu Coreto no Largo da Igreja Matriz – talvez uma corporação devotada ao santo padroeiro. Lembramos que São Sebastião, por conta da tragédia do rei Sebastião I, igualmente mártir, tornou-se um dos santos mais venerados em Portugal, cuja devoção também é indissociável da história brasileira.



Possivelmente, a banda citada acima (década de 80 do século XIX). São várias as incertezas: não sabemos o nome da banda – São Sebastião? – nem quem seria o padre ao centro – Nunzio Grecco? Comparando com as duas fotos dele, porém, não se pode ter certeza. Ao lado do padre, também sentado, o segundo da direita para a esquerda, talvez esteja o mestre de capela e professor Francisco Caetano dos Anjos Gaia, o Chico-Gaia. Essa seria a única foto do mestre de capela ribeirãopretano – mas não sabemos ao certo.

²⁰² *Ribeirão Preto – Uma Conjuração* – Ribeirão Preto, abril de 1882 – A Província de São Paulo (jornal). São Paulo, 18 de abril de 1882, p. 1.

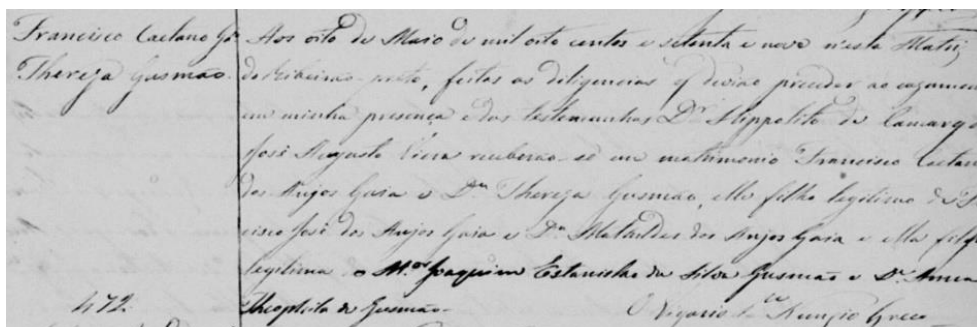
²⁰³ Não devemos confundir o nosso mestre de capela Francisco Caetano dos Anjos Gaia (1850-1913), em Ribeirão Preto, chamado Chico-Gaia, com o seu xará em São José dos Campos, Francisco dos Anjos Gaia (1872-1933), também maestro e também chamado Chico-Gaia.





A Província de São Paulo (jornal). São Paulo, 21 de abril de 1883, p. 1.

Nascido em São Sebastião, em frente à Ilhabela, em 1850, Francisco Caetano dos Anjos Gaia obteve a sua formação musical provavelmente junto à Sociedade Musical no Município de São Sebastião²⁰⁴, dirigida por Benedito Xavier Teixeira Sobrino e Manoel Ladislão de Mattos – este último, também professor de piano²⁰⁵. Filho de Mathildes dos Anjos Gaia e de Francisco José dos Anjos Gaia, atuou em São Sebastião como professor de primeiras letras²⁰⁶ e escrivão da câmara²⁰⁷ até a sua remoção para Ribeirão Preto, em 1878, substituindo aqui o professor Bernardino de Almeida Gouvêa Prata²⁰⁸. Em 1879, casou-se, em Ribeirão Preto, com Thereza da Silva Gusmão.



[Casamento de] Francisco Caetano Gaia [com] Thereza Gusmão – Aos oito de Maio de mil oitocentos e setenta e nove nesta Matriz do Ribeirão Preto, feitas as diligencias q[ue] devião preceder ao casamento em minha presença e das testemunhas Dr. Hippolito de Camargo e José Augusto Vieira receberam-se em matrimonio Francisco Caetano dos Anjos Gaia e D[ona] Thereza Gusmão, elle filho legitimo de Francisco José dos Anjos Gaia e D[ona] Mathildes dos Anjos Gaia e ella filha legitima de M.^{te} Joaquim Estanislao da Silva Gusmão e D[ona] Anna Theophila de Gusmão. [Assinatura:] O Vigário P[adre] Nunzio Grecco²⁰⁹.

²⁰⁴ ALMANAK – Província de São Paulo para 1873. Organizado e publicado por Antônio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. São Paulo: Typographia Americana, 1873, p. 297.

²⁰⁵ Almanach da Província de São Paulo – Administrativo, Industrial e Commercial para 1887. Fundado e organizado por Jorge Seckler. V Anno. São Paulo, Jorge Seckler, 1887, p. 594-595.

²⁰⁶ Diário de São Paulo (jornal). São Paulo, 13 de dezembro de 1877, p. 1.

²⁰⁷ Almanak da Província de São Paulo para o ano de 1873. São Paulo, Typographia Americana: 1893, p. 297.

²⁰⁸ A Província de São Paulo (jornal). São Paulo, 24 de outubro de 1878, p. 2.

²⁰⁹ Livro de Registro de Matrimônios da Catedral de São Sebastião do Ribeirão Preto de 1870 a 1882 – Registro 471, p. 56 r.



Militante do Partido Conservador, tal como o seu pai, por certo teria afinidades políticas com o padre Nunzio Grecco – ainda que se beneficiando com o prestígio do seu cunhado, Joaquim Estanislau da Silva Gusmão (cujo pai é seu homônimo), um maçom republicano que figurava entre as mais importantes autoridades locais.

Clarinetista, maestro e também provavelmente compositor – mesmo que não tenhamos localizado qualquer solfa da sua pena – Francisco Caetano dos Anjos Gaia foi nomeado, em 1º de abril de 1881, por um ano, pelo bispo de São Paulo, Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, mestre de capela da Igreja Matriz na então denominada *Villa d'Entre-Rios* – cerca de três meses antes do retorno ao nome Ribeirão Preto.

É possível que o padre Nunzio Grecco tenha influenciado na nomeação de Francisco Caetano dos Anjos Gaia para o mestrado de capela da Matriz. Na verdade, não sabemos. Para tanto, foi expedida uma “provisão eclesiástica”,

Nomeando o cidadão Francisco Caetano dos Anjos Gaia, por tempo de um anno, para o cargo de mestre da capella da matriz de Entre-Rios.

A Provincia de São Paulo (jornal). São Paulo, 1º de abril de 1881, p. 2.

Ainda que a nomeação do mestre de capela da Matriz de São Sebastião tenha sido por um ano, é provável que Francisco Caetano dos Anjos Gaia tenha atuado ao longo dos anos 80 do século XIX no referido posto. Como mestre de capela, passou a ser responsável pela composição e execução do repertório religioso na Igreja Matriz de São Sebastião e nos demais eventos canônicos realizados no termo de Ribeirão Preto. Também seria o responsável pela composição dos corpos estáveis sacros, em geral formados por aprendizes, além de dirigir as apresentações oficiais promovidas pelo poder público, seja da Igreja Católica, seja da Câmara Municipal. Em ambos os casos, eram funções musicais públicas no contexto do Padroado.

Ainda em 1881, temos notícia da música fúnebre, dirigida por Chico-Gaia, por ocasião da morte do padre Joaquim Estevão de Mattos, vigário da paróquia de São Sebastião. Estando na Matriz da Vila de Entre Rios (“antigo Ribeirão Preto”), em 15 de junho de 1881, “as suas magoadas harmonias, às supplicas que os amigos do sr. Gaia enviavam a Deus por alma do falecido vigario, de envolta com as saudades dos Sebastianistas emigrados nesta villa”²¹⁰.

²¹⁰ Correio Paulistano, 19 de junho de 1881, p. 2





O padre Nunzio Grecco, em 1888, numa notícia de jornal, por ocasião de uma missa celebrada de 7º dia, menciona não apenas a “corporação musical” – talvez uma banda acompanhando um coro polifônico ou quem sabe mesmo um partido musical com coro e orquestra – do nosso mestre de capela, como também descreve a sua função numa exéquia: “A corporação musical do sr. Francisco Gaia cantou o *libera-me* no fim da Missa, na ocasião da encomendação”. A função litúrgica contou com a presença dos convidados do padre: “autoridades todas, senhoras da melhor sociedade do lugar²¹¹, todos os empregados da Companhia Mogyana, os representantes das Colonias Italiana e Portuguesa, as escolas públicas de ambos os sexos, o contingente policial e as irmandades do Santíssimo Sacramento e do Rosario”²¹². O vigário, ainda na sua notícia, descreveu a ornamentação de luto da capela-mor na Matriz, com uma eça erguida ao centro e duas coroas depositadas. Antônio de Queirós Teles²¹³ (Jundiaí, 1831 – Campinas, 1888), “benemérito paulista”, foi o defunto homenageado. Tal como o padre Nunzio Grecco, seu amigo, o defunto também era um militante do Partido Conservador.

O universo musical de Chico-Gaia não se restringia à música sacra. Sabemos que, enquanto clarinetista, apresentava-se também com a “requinta” (clarineta aguda) gêneros como “quadrilhas, valsas, habaneras e polkas”, bem como formações instrumentais incluindo, além da clarineta solista, “sanfona, piano e oficleide”.

Consta que Chico-Gaia ainda permaneceu em Ribeirão Preto até 1895, quando se transferiu para Sertãozinho, onde, com apoio de uma de suas filhas, Maria dos Anjos Polo Gaia, fundou a primeira escola local e uma banda de música. Também foi fundador da primeira loja maçônica local, a Loja Maçônica Amor e Luz e, juntamente com seu pai, contribuiu na fundação da Santa Casa da Misericórdia. Após aposentar-se como professor, passou a ter escritório de contador²¹⁴. Mais tarde, transferiu-se para Pitangueiras, onde morreu em 23 de outubro de 1913.

Como mestre de capela, cargo que acumulava com o de professor, Francisco Caetano dos Anjos Gaia organizou o ensino da música junto ao seu partido musical. Algumas atividades artísticas eram praticadas no próprio espaço físico da sua aula

²¹¹ Não foi possível verificar se a senhora Bem-Bem – a dita Madalena do padre Nunzio Grecco, uma entre as suas manteúdas – esteve presente entre as tais senhoras da melhor sociedade.

²¹² Correio Paulistano (jornal). São Paulo, 17 de maio de 1888, p. 2.

²¹³ Nomeado por Pedro II, em 1887, como primeiro e único conde de Parnaíba, havia concluído os seus estudos de Direito na Faculdade do Largo de São Francisco, em 1854. Foi presidente da Província de São Paulo, em períodos entre 1886 e 1887; deputado provincial, de 1856 a 1861; presidente da Câmara de Itu; e presidente da Companhia de Estradas de Ferro Mogiana, de 1873 a 1886. Trata-se, entretanto, de um escravocrata indigno: atuou como adversário dos abolicionistas até os últimos anos da escravidão.

²¹⁴ O Commercio de São Paulo (jornal). São Paulo, 5 de fevereiro de 1908, p. 5.





pública, onde ensinava aos meninos as primeiras letras, incluindo outros entre os seus ofícios, tais como guarda-livros (contador), relojoeiro e pescador. Esta multifariedade de atividades didáticas na sala de aula, contudo, foi censurada pela inspetoria da instrução pública. O tenente-coronel Antônio Henrique da Fonseca²¹⁵ havia sido recentemente nomeado, num ato da presidência da Província de São Paulo, em 22 de dezembro de 1881, para o cargo de “inspector da Instrução Pública do Districto do Ribeirão-Preto”²¹⁶. Cerca de 20 dias após assumir a função e querendo mostrar serviço, o recém-nomeado inspetor determinou, de forma monocrática, após visitar o espalho acadêmico, o fechamento drástico da aula do professor mestre de capela, conforme consta, abaixo, do ofício daquela beligerante inspetoria (publicado num jornal da época na capital da província). Veja-se que o moralismo do inspetor, com o seu regramento de bons costumes, faz-nos lembrar da censura identitária de nossos tempos: sempre um mesmo perfil de norma cultural em evidente antagonismo às artes. O inspetor da instrução pública, na sua evidente demagogia, fazia questão de enfatizar publicamente a sua neutralidade política, bem como a sua conduta ilibada no perfeito cumprimento dos seus deveres:

Como não sou político, tanto se me dá que o sr. professor Francisco Gaia, seja conservador, ou liberal, ou republicano, como que não seja nada: porém, que, como sou, muito e muito cumpridor de meus deveres, tanto já se me dá que ele, como empregado publico, não seja restrictamente cumpridor de suas obrigações²¹⁷.

Igualmente um cidadão de bem autoproclamado, o discurso do inspetor faz-nos lembrar também do atual moralismo neoliberal de classe média:

Sou homem de bem, pois, busco dar exemplos a minha família, mato-me a trabalhar para deixar como herança a meus filhos, não montes de ouro, mas apenas um nome honrado, uma reputação ilibada.²¹⁸

Eis que temos o primeiro caso de ódio da cultura contra a arte na nossa cidade. Aqui reproduzimos o documento da denúncia, envolta em cinismo, do inspetor contra o professor mestre de capela:

O inspetor do districto Antonio Henrique da Fonseca, inspetor de que se trata, dirigiu ao professor Francisco Caetano dos Anjos Gaia, o seguinte ofício: “Inspeção Litteraria da Instrucção públicas, Ribeirão preto, 16 de

²¹⁵ Não localizamos documentos definitivos que comprovem se o inspetor de instrução pública (o tenente-coronel denunciante do nosso professor Gaia) e o citado advogado provisionado (o capitão da Guarda Nacional e defensor dos escravizados), ambos de nome Antônio Henrique da Fonseca, são a mesma pessoa. Todavia, os perfis desiguais de conduta, bem como os diferentes estilos de textos publicados em jornais, levam-nos a concluir que sejam, mais provavelmente, apenas homônimos. Caso sejam a mesma pessoa, entretanto, tal relato só reitera que a consciência para o bem comum e a admiração pelas artes nem sempre coincidem numa mesma pessoa.

²¹⁶ A Província de São Paulo (jornal). São Paulo, 25 de dezembro de 1881, p. 3.

²¹⁷ A Província de São Paulo (jornal). São Paulo, 16 de fevereiro de 1882, p. 2.

²¹⁸ *Ibidem*.





Janeiro de 1882. Ilm. sr – Communico a v[ossa] m[er]c[ê], para dar inteiro cumprimento, que nesta data feicho a escola de que v[ossa] m[er]c[ê] é professor (hilaridade), visto como em minha visita hoje feita, acompanhado pelo sr. dr. promotor publico e juiz municipal supplente em exercicio, apenas encontrei o número de quatro alumnos, e estes sem adiantamentos alguns. Outro-sim, também notei que a escola compunha-se de officina de relojoaria (hilariedade) e casa de ensaio de música (hilariedade), e como seja isto contrario às leis escolares, e accrescendo mais que o professor devia estar com vestimentas próprias e com gravata, etc. (hilaridade prolongada) enquanto durar as funções do ensino, isso não aconteceu com v[ossa] m[er]c[ê] que não esta decentemente como devia; pelo que o suspendo das funções de professor até que venha da inspectoría geral ordem em contrario. Deus Guarde a v[ossa] m[er]c[ê]. [Assinado]: Antonio Henrique da Fonseca, inspector do districto. Ilm. Sr. Francisco Caetano dos Anjos Gaia, professor” (Hilariedade prolongada)²¹⁹.

Segundo a missiva, o espaço físico da sala de aula não poderia ser utilizado para outros fins. O inspetor, entre outras “hilariedades”, denunciava que a sala de aula do professor mestre de capela havia se tornado uma “casa de ensaio de música”, bem como não usava gravata, considerada obrigatória em sala de aula naqueles tempos, além de constatar um número reduzido de estudantes. Contra o professor mestre de capela, o inspetor da instrução pública reiterava ainda, em outra publicação, o que entendia por irregularidades no serviço público.

- 1º Que o professor Francisco Gaia nem meia duzia de discipulos tem de frequência na aula;
- 2º Que elle se importa tanto com isso, como o sr. redactor se importará por ventura, com as indigestões do imperador da China;
- 3º Que a sala da aula além de não ter a precisa decencia, porque não é mais do que o despresado commodo de uma taberna, como attestam as prateleiras, tem um destino múltiplo:
 - a) É aula de música;
 - b) É gabinete de relojoeiro;
 - c) É escriptório do contador do juízo;
 - d) É depósito de objetivos, etc etc;
- 4º Que o mesmo professor Francisco Gaia em vez de compadecer-se, não direi do atraso de seus quatro discipulos, porém, do dinheiro que a província lhe paga, na presunção de que este sacrificio é bem empregado, e é todo em prol dos analfabetos d’esta villa, só cuida em ser:
 - a) Contador do juízo;
 - b) Avaliador em inventários;
 - c) Escrivão *ad-hoc*;
 - d) Partidor *ad-vem*;
 - e) Relojoeiro;
 - f) Chefe de banda de musica;
 - g) Mestre de capella;
 - h) Pescador;
 - i) Balanceador de casas commerciaes;
 - j) Guarda livros de outras ditas;
 - k) Secretario interino da Camara Municipal, da qual era presidente o irmão de sua exma senhora [Thereza da Silva Gusmão], o sr. dr. [Joaquim Estanislau da Silva] Gusmão²²⁰

²¹⁹ Correio Paulistano (jornal). São Paulo, 18 de fevereiro de 1882, p. 2.

²²⁰ A Provincia de São Paulo (jornal). São Paulo, 16 de fevereiro de 1882, p. 2.





Joaquim Estanislau da Silva Gusmão (homônimo do seu pai), tenente-coronel formado em medicina no Rio de Janeiro e presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto nas legislaturas de 1881-1883 e 1887-1889 – o influente cunhado que talvez também tenha salvo Chico-Gaia de uma punição maior.

Em defesa de Chico-Gaia, diversas testemunhas manifestaram-se por escrito ao governo paulista, tais como Ildefonso de Asis Pinto, promotor público de São Simão e Manoel Jose de França, juiz municipal, que atestaram contrariedade nas acusações anunciadas pelo inspetor público e que os objetos armazenados nas prateleiras da sala de aula em nada atrapalhavam a aprendizagem dos estudantes. Do mesmo modo, em apoio ao Chico-Gaia, a Câmara Municipal de Ribeirão Preto determinou a continuidade da aula, apontando que o inspetor literário não tinha competência para o fechamento da escola e a suspensão do professor²²¹. Em outras palavras, muitos reconheciam em Chico-Gaia um talento multifário e não alguém dado à balbúrdia, conforme o inspetor sugeria.

Por sorte, houve uma *Conjuração* em apoio ao Chico-Gaia, em 23 de março de 1882 – o que demonstra a capacidade de articulação política do mestre de capela. A reunião se deu na casa do vigário Nunzio Grecco. Além de citarem a sentida ausência do amigo próximo e líder político conservador, o “sagaz manda-chuva” Antonio Bernardino Velloso de Almeida – que se achava refugiado nas matas de Batatais, fugindo da perseguição imposta pelo “tenente-delegado Fonseca, um homem terrível, que em caso de justiça a nada atende” – registrou-se a presença, com oratórias eloquentes, do comandante comendador Joaquim Antônio de Paula Machado, do cronista literário Dr. Salvador José Correia Coelho, do coronel Luis Antônio da Cunha Junqueira e do

²²¹ Correio Paulistano (jornal). São Paulo, 19 de março de 1883, p. 5.





subdiretor Paranhos²²². Chico Gaia foi enaltecido e adquiriu o apoio que precisava para reverter a situação e manter-se no cargo de professor, já com a vitaliciedade em 1887²²³ e aposentadoria em 1890²²⁴.

Finalizando esse capítulo, cabe um breve comentário sobre a atitude hostil do inspetor público. Tal constatação antiartística e anti-intelectual, supondo a tal incompatibilidade entre escola pública e aula de música, pode até parecer um obscurantismo obsoleto do século XIX. Infelizmente, longe de ser uma ignorância superada, durante a última gestão municipal em Ribeirão Preto (2017-2024), também o prefeito Antônio Duarte Nogueira Júnior – vulgarmente²²⁵ conhecido pela alcunha de Nogueirinha, do PSDB²²⁶ – procedeu com o mesmo antagonismo que remonta ao antigo inspetor da instrução pública, apenas que agora por meio da sua Secretaria da Educação.

Um projeto como o USP Música Criança foi rejeitado pela sua suposta ilegalidade. A tecnocracia decisória neoliberal argumenta que é ilegal investir em arte. O orçamento público, segundo disseram, deveria se restringir ao âmbito da educação. Aliás, nem arte dizem, pois confundem arte com cultura. Uma mesma burrice prevalece, portanto, desde o século XIX até a gestão municipal de Nogueirinha: não compreendem que as artes e os esportes são os melhores caminhos pedagógicos na formação de corpo e alma do cidadão desde a mais tenra idade. Passados quase 150 anos, a nossa resposta à incapacidade cognitiva dos terroristas da tecnocracia, hostis às artes, permanece a mesma que aquela do nosso antigo mestre de capela: as artes não são mero entretenimento, como no caso da indústria da cultura – o único universo musical que a mente neoliberal assimila – mas constituem um caminho dos mais fecundos para o desenvolvimento do conhecimento humano e para a estruturação de um pensamento crítico e emancipado.

²²² A Província de São Paulo (jornal). São Paulo, 19 de abril de 1882, p. 1.

²²³ Correio Paulistano (jornal). São Paulo, 21 de abril de 1883, p.1.

²²⁴ Correio Paulistano (jornal). São Paulo, 30 de agosto de 1890, p. 1.

²²⁵ Devemos diferenciar o vulgar (tom popular) do banal (ordinário). O vulgar (o popular propriamente dito) tem a ver com uma determinada população – não com o *kitsch* nem com a imitação alienada, muito menos com o chulo. A assim chamada *Bíblia Vulgata* (*Bíblia Vulgar* ou *Popular*), por exemplo, do século IV, indica que se trata de uma tradução popular para o latim, por ser então um idioma mais acessível que o grego. Portanto, não há pesquisa séria sem uma diferenciação rigorosa entre arte popular (o vulgar próprio que surgiu numa determinada população, o seu senso comum) e indústria da cultura (banalidade do clichê massificado) enquanto universos distintos.

²²⁶ Há uma tendência histórica, reconhecida internacionalmente, dos partidos social-democratas traírem as classes trabalhadoras. No Brasil, desde 2018, o PSDB se alinhou à direita neoliberal, a mais mesquinha. Não é por menos, este partido moribundo talvez seja um caso de decadência da social-democracia entre as mais patéticas em todo o mundo – perdeu o posto de partido preferido do eleitorado de direita para a extrema direita, a mais tosca.





BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO MARQUES, Manoel Eufrázio de. *Apontamentos Historicos, Geographicos, Biographicos, Estatisticos e Noticiosos da Província de S. Paulo seguidos da Chronologia dos acontecimentos mais notaveis desde a fundação da Capitania de S. Vicente até o anno de 1876 – publicados por deliberação do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Volume Segundo. Rio de Janeiro: Typhographia Universal de Eduardo & Henrique Laemmert, 1879.

CORREIA [COELHO], Sebastião J[osé]. *Variedade – Dous mezes no Ribeirão Preto*. In: *Correio Paulistano* (jornal). São Paulo, 4, 6, 7, 9 e 11 de novembro de 1879.

CORREIA COELHO, Sebastião José. *Passeio à minha terra*. São Paulo: Typographia da Lei, 1860.

COSTA, Alexandre [da Silva]. *Heráclito – Fragmentos contextualizados*. Rio de Janeiro: Difel, 2002 (tradução, apresentação e comentários). Obs: Contendo, em edição bilíngue, a integral dos fragmentos de Heráclito (segunda metade do século VI e primeira metade do século V a. C.).

DAMASKIOS. *Das Leben des Philosophen Isidoros*. Tradução de Rudolf Asmus. Leipzig: Felix Meiner, 1911.

DERRIDA, Jacques. *L'Écriture et la différence*. Paris: Seuil, 1967.

EMBOABA [DA COSTA], Osmani. *História da Fundação de Ribeirão Preto*. In: *Revista de História*. São Paulo: [Departamento de História da FFLCH-USP], volume 10, nº 21-22, 1955.

FOGUEL, Israel. *Pirassununga, 1904 – os apontamentos*. Clube dos autores (livro digital), 2017.





FREITAS, Naimôra Maria Barbosa de. *A criação da Diocese de Ribeirão Preto e o Governo do Primeiro Bispo: D. Alberto José Gonçalves*. Tese de doutorado. Franca: Faculdade de História, Direito e Serviço Social da UNESP, 2006.

GARCIA, Valéria Eugênia. *Do santo? Ou de quem... – Ribeirão Preto – Gênese da cidade mercadoria*. Tese de Doutorado. São Carlos: IAU-USP, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2013.

HEIDEGGER, Martin. *Die Frage nach der Technik* [1953]. In: *Vorträge und Aufsätze*. Band 7. Gesamtausgabe I. Abteilung: veröffentlichte Schriften 1910-1976. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 2000.

LAGES, José Antônio. *A saga de Manoel Fernandes do Nascimento*. Ribeirão Preto: monografia, s.d.

LAGES, José Antônio. *Ribeirão Preto revisitada*. 1ª. ed. Ribeirão Preto: Nova Enfim, 2016.

LAGES, José Antônio. *Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro – povoamento da região por entrantes mineiros na primeira metade do século XIX*. 2ª. ed. São Paulo: Nelpa, 2010.

MARTIN, Susanne. *Kulturindustrielle Wissenschaft*. In: GROSZ, Stefan. *Aufsätze zur Ideologiekritik*. Münster: AStA der Uni Münster, nov. 2016.

MARTINS, Roberto Vasconcellos. *Fazendas de São Simão – Meados do século XIX*. [Ribeirão Preto]: edição do autor, 1998.

MARX-ENGELS-WERKE 3 (MEW 3) – Institut für Marxismus-Leninismus beim Zentralkomitee der Sozialistischen Einheitspartei Deutschlands. Berlim [Hauptstadt der DDR]: Dietz, 1978.

NASCENTES, Antenor. *Um plano geral de turismo – Ribeirão Preto*. In: *Vida Doméstica* (revista do lar e da mulher), ed. 101. Rio de Janeiro, julho de 1926, p. 77 e 78.





PAIVA, Eduardo França. *Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial*. Revista de História 133. São Paulo: FFLCH-USP, 2º semestre de 1995.

PALMA, Renato Ribeiro. *A descendência de José Vieira da Fonseca e os Ribeiros do Vale*. Clube dos autores (livro digital), 2018.

REGISTRO, Tânia Cristina. *História da fotografia - levantamento documental sobre a fotografia em ribeirão preto (1890-1950)*. Ribeirão Preto: APhRP, dezembro de 2006.

RICCIARDI, Rubens Russomanno. *Contra o identitarismo neoliberal – um ensaio de Poiesis Crítica pela apologia das artes*. São Paulo: Contracorrente, 2023.

SUIDAE LEXICON. *Ex recognitione Immanuelis Bekkeri*. Berolini: Georgii Reimeri, 1854.

ARQUIVOS CONSULTADOS

Arquivo da Assembleia Legislativa de São Paulo.

Arquivo da Catedral de São Sebastião de Ribeirão Preto.

Arquivo do Estado de São Paulo.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa.

Arquivo Público e Histórico “Prof. Divo Marino” de Ribeirão Preto.

Arquivo Público Mineiro.

Centro de Memória das Artes do Departamento de Música da FFCLRP-USP.





SOBRE OS AUTORES

Rubens Russomanno Ricciardi, compositor, maestro, filósofo das artes e pianista, é professor titular do Departamento de Música da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, sendo orientador pleno de mestrado acadêmico pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais (Linha de pesquisa Crítica da Cultura / *Poiesis* Crítica) pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades também pela USP. Graduado (Licenciatura em Música) pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e com especialização (Musicologia) pela Universidade Humboldt de Berlim, sua carreira acadêmica contempla Mestrado (dissertação sobre Hanns Eisler), Doutorado (tese sobre Manuel Dias de Oliveira), Livre-docência (tese em Poética Musical) e Concurso para Professor Titular (Performance em Regência/Piano) pela ECA-USP. Suas linhas de pesquisa são 1) Filosofia das Artes e Crítica da Cultura - *Poiesis* Crítica e 2) Processos de desenvolvimento artístico: Performance em Música Brasileira - história, interpretação-execução, processos composicionais e editoriais. Fundador do Curso de Música pela USP em Ribeirão Preto, com o seu bacharelado pioneiro em Viola Caipira/Brasileira, é também fundador e diretor artístico do Ensemble Mentemanuque (grupo dedicado à música contemporânea e à reconstrução de memória da música brasileira) e da USP-Filarmônica (orquestra de estudantes de graduação, bolsistas da USP), numa perfeita interface da extensão artística com lastro no ensino e na pesquisa. É também, pela USP, professor responsável pelo Festival Música Nova Gilberto Mendes, bem como coordenador e fundador do Núcleo de Pesquisa em Ciências da Performance em Música (NAP-CIPEM), do Centro de Memória das Artes, do Projeto USP-Música-Criança (com polos em Ribeirão Preto e São Joaquim da Barra) e das séries Concertos USP em São Carlos (Saguão do Teatro no Campus II) e Ribeirão Preto (Theatro Pedro II), Filô Direito têm concerto na FDRP-USP e dos projetos acadêmicos com ópera e balé sinfônico no Teatro do Campus da USP de Ribeirão Preto. Sua obra sinfônica *Candelárias* foi premiada no México. Tem artigos e capítulos de livros publicados no Brasil, em Portugal e na Alemanha. Suas composições de câmara e sinfônicas têm sido apresentadas em centros musicais no Brasil, na América do Norte (Canadá, EUA e México) e na Europa (Espanha, Suíça, Itália, França e Alemanha). É parecerista da FAPESP. Destacam-se, na sua bibliografia, os livros *As Solfas de Mogi das Cruzes* (em conjunto com Odair Aparecido de Paula), pelo Edital Itaú Rumos, e *Contra o Identitarismo Neoliberal - um ensaio de Poiesis Crítica pela Apologia das Artes*, pela Editora Contracorrente.

Lucas Eduardo da Silva Galon é Professor Doutor do Departamento de Música da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP). Compositor, multi-instrumentista, maestro e escritor/pesquisador, é Doutor (2016) e Mestre (2011) em Artes e graduado (2006) em Música, sempre pela Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP). Realizou pós-doutorado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP em Ribeirão Preto (2019). Também se graduou em Filosofia pelo Centro Universitário Claretiano (2021). Foi docente da UNAERP entre 2011 e 2020, tendo lecionado como professor substituto e colaborador também na Universidade Federal de São Carlos (CECH-UFSCar, 2014) e USP (FFCLRP-USP, 2018). É diretor artístico (cargo honorário) da Academia Livre de Música e Artes (ALMA), onde atuou entre 2014 e 2023 como diretor artístico-pedagógico, sendo ainda cofundador desta instituição. Atuou como coordenador artístico e pedagógico da Instituição Aparecido Savegnago (2008-2023) e USP Música-Criança (desde 2016 sendo este seu projeto de extensão junto à FFCLRP-USP), autor dos projetos das três instituições. Foi um dos coordenadores artísticos do *Festival Fiato al Brasile* (de 2016 a





2019 e em 2023), que ocorre na Itália, Brasil e Finlândia. É diretor artístico do Festival Música Nova Gilberto Mendes (desde 2017). Como escritor, publicou uma série de três HQs sobre compositores brasileiros pelo Selo ALMA Publicações (2021-2022). Publicou, em 2022, o livro *Villa-Lobos - Conceitos Fundamentais* pela editora da Fundação do Livro e Leitura de Ribeirão Preto. Como intérprete, é instrumentista no Brasil Matuto Ensemble, desde 2014. Atuou como maestro convidado na Orquestra Sinfônica de Ribeirão Preto (OSRP), USP Filarmônica, Orquestra Jovem Acadêmica (ALMA) e dirigiu por três anos o Coro Experimental da UNAERP. Tem atuado com frequência como diretor artístico e regente de óperas e concertos internacionais. Como compositor, suas obras musicais e arranjos têm sido apresentados no Brasil, na Itália, Suíça e Estados Unidos. Em 2018, estreou duas de suas obras na *Miami University*, em *Oxford* (OH) nos EUA, atuando como maestro convidado da *Morpheus Chamber Ensemble* e como professor e compositor residente. Tem publicado com frequência, bem como participado de simpósios e congressos, nas áreas de Filosofia da Arte, Filosofia da Música, História da Música, História da Arte, Educação Artística, Educação Musical, *Performance* Musical, Filosofia Política e Filosofia da Religião (inclusive em países como Portugal, Itália e Chile) – com a linha de pesquisa da *Poiesis* Crítica. Foi redator de quatro projetos sociais em música e outras artes ao longo da carreira, sempre no interior de São Paulo. Foi fundador e curador do Circuito Cultural e Artístico da Instituição Aparecido Savegnago em Sertãozinho, de 2019 a 2023. É membro efetivo do NAP-CIPEM (Núcleo de Pesquisa em *Ciências* da Performance em Música) e parecerista da Revista da Tulha, ambos ligados à FFCLRP-USP. Em 2024, frente à ALMA, à USP Filarmônica e à Cia Minaz, estreou como compositor, libretista (em conjunto com Paulo Eduardo de Barros Veiga) e maestro a sua ópera *The Young King*, inspirada no título homônimo de Oscar Wilde.

Paulo Eduardo de Barros Veiga, em 2023, atuou como professor Contratado III por prazo determinado em Teoria e Prática de Ensino Musical junto ao Departamento de Música da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (DM-FFCLRP-USP). Entre 2021 e 2022, foi Professor Colaborador Temporário no mesmo departamento, pelo Programa PART (Programa de Atração e Retenção de Talentos da USP). Disciplinas: História e Filosofia da Arte; Música brasileira; Harmonia e Contraponto. Pós-doutorado (2018-2022) realizado no DM-FFCLRP-USP, com bolsa concedida pela FAPESP, sob supervisão de Rubens Russomanno Ricciardi. De 2013 a 2024, ministrou aulas de latim, de grego e de língua portuguesa na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP (FDRP-USP), enquanto curso de extensão universitária coordenado por Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho. Atualmente, junto ao Departamento de Computação e Matemática da FFCLRP-USP, participa de um projeto de pesquisa voltado à produção de uma plataforma de dados de imagem biomédica (*Software 3D Slicer*). Sob coordenação de Sonia Pujol (*Harvard University*) e de Luiz Murta (FFCLRP-USP), atua na tradução brasileira do *software* e propõe soluções em língua portuguesa. Mestrado (2009-2011) e doutorado (2013-2017) em Estudos Literários, com ênfase em poesia latina, pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara da UNESP (FCLAr-UNESP), sob orientação de Márcio Thamos. Recebeu apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do governo canadense, tendo participado do Programa *Emerging Leaders in the Americas Program* (ELAP), pela *University of Winnipeg*. Em 2007, graduou-se em Letras (Licenciatura e Bacharelado em Português e Licenciatura e Bacharelado em Latim) pela FCLAr-UNESP. Em 2023, tornou-se licenciado em Música pelo Centro Universitário Claretiano. Foi professor do Centro Universitário Moura Lacerda e do Centro





Universitário Barão de Mauá, onde ministrou aulas de Crítica Literária, Teoria da Literatura, Literatura Portuguesa, Literatura Brasileira, Literatura de Matriz Indígena e Africana, Literatura Inglesa, Literatura Estadunidense, Produção Textual e Metodologia Científica, além de participar do Núcleo Docente Estruturante e de demais atividades de extensão. Na Barão de Mauá, também realizou trabalhos editoriais junto à Revista Vocábulo (atual *Transições*) e produziu e gravou aulas EaD sobre Retórica e Semiótica para o curso de Comunicação. Em 2011, entre o mestrado e o doutorado, residiu em Londres, onde estudou inglês sob certificação (*Proficiency CEFR Level C2, IELTS CEFR Level B2 e Advanced*). É membro da Associação Brasileira de Professores de Latim (ABPL). Já foi membro, por muitos anos, da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos (SBEC). Participa dos seguintes grupos de pesquisa: a) Núcleo de Pesquisa em Ciências da *Performance* em Música (NAP-CIPEM-FFCLRP-USP); b) Grupo de Pesquisa LINCEU Visões da Antiguidade Clássica; c) Grupo PoMA Poética e Métrica na Antiguidade. Há mais de seis anos, atua como violinista na USP Filarmônica, no Ensemble Mentemanuque e na Oficina Experimental da USP. Em fevereiro e março de 2024, foi professor substituto na Barão de Mauá, ministrando as disciplinas: Literatura Infantojuvenil e Teoria da Literatura II.

Odair Aparecido de Paula se graduou em História pela Universidade de Mogi das Cruzes, em 1998, com Mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP, em 2011. Atuou como pesquisador na área esportiva pelo Clube Esperia, entre 1998 e 2014. Integrou a equipe de pesquisadores no projeto Resgate *Barão do Rio Branco* – Brasil 500 anos – seção Espanha, em 2000. Foi técnico de pesquisa no projeto *Mapeamento e Resgate de Aspectos da Cultura Tradicional de Comunidades Afrodescendentes de Mogi das Cruzes*, Casa do Congado - IPHAN – Crespial – UNESCO (2014-2015). Integra o projeto *Águas da Mantiqueira*, sob os auspícios da Fundação Toyota Brasil e FUNDEPAG, desde 2016, e da Casa Mestria, desde 2014, entidade responsável por pesquisas relacionadas aos grupos tradicionais afrodescendentes de Mogi das Cruzes. Atualmente é professor e gestor da rede pública de Ensino do Estado de São Paulo. Destaca-se, na sua bibliografia, o livro *As Solfas de Mogi das Cruzes* (em conjunto com Rubens Russomanno Ricciardi), pelo Edital Itaú Rumos.









O primeiro volume da História da Música em Ribeirão Preto – de Rubens Russomanno Ricciardi, Lucas Eduardo da Silva Galon, Paulo Eduardo de Barros Veiga e Odair Aparecido de Paula – ao mesmo tempo que propõe uma discussão sobre a revitalização do centro da cidade a partir da poética de reconstrução dos espaços físicos de excelência, denunciando ainda, desde a Velha República, a tragédia da demolição do patrimônio histórico-arquitetônico, descreve com riqueza de detalhes os conflitos, as aventuras e as principais personagens ribeirãopretanas do século XIX. O resultado das pesquisas, além de compilações das crônicas anteriores, contempla novas consultas às fontes primárias, bem como um pensamento crítico que procura desvelar as contradições entre civilização e barbárie. A partir desse levantamento histórico, estrutura-se um cenário que possibilita uma compreensão diferenciada da arte do som no tempo – a música – em Ribeirão Preto. Por fim, o leitor poderá tomar conhecimento de informações inéditas nos campos da história, das artes e da política.

Este é um estudo em Poíesis Crítica – a nova epistemologia para a pesquisa em artes no Brasil.



MINISTÉRIO DA
CULTURA



Esta edição conta com o patrocínio da Usina Alta Mogiana e integra o projeto Núcleo de Formação de Leitores (PRONAC 2310591), Lei de Incentivo à Cultura do Governo Federal.